



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM, CULTURA E IDENTIDADE

HÉLLEN NÍVIA TIAGO

**“PODER POR AMOR AO PODER”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS
RELAÇÕES DE PODER EM *1984*, DE GEORGE ORWELL**

CATALÃO (GO)

2015

HÉLLEN NÍVIA TIAGO

**“PODER POR AMOR AO PODER”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS
RELAÇÕES DE PODER EM *1984*, DE GEORGE ORWELL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior.

CATALÃO (GO)

2015

HELLEN NÍVIA TIAGO

**“PODER POR AMOR AO PODER”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS
RELAÇÕES DE PODER EM 1984, DE GEORGE ORWELL.**

Data da defesa:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior (Orientador)
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

Prof. Dra. Grenissa Stafuzza
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

OBS: SUBSTITUIR POR FOLHA JÁ ASSINADA NO ATO DA DEFESA

É que no momento, e sem que eu possa ainda prever um fim, meu discurso, longe de determinar o lugar de onde fala, evita o solo em que se poderia apoiar. É um discurso sobre discursos, mas não pretende neles encontrar uma lei oculta, uma origem recoberta que só faltaria libertar; não pretende tampouco estabelecer, por si mesmo e a partir de si mesmo, a teoria geral da qual eles seriam os modelos concretos. Trata-se de desenvolver uma dispersão que nunca se pode conduzir a um sistema único de diferenças, e que não se relaciona a eixos absolutos de referência; trata-se de operar um descentramento que não permite privilégio a nenhum centro. Tal discurso não tem por papel dissipar o esquecimento, reencontrar no âmago das coisas ditas, e onde elas se calam, o momento de seu nascimento (quer se trate de sua criação empírica ou do ato transcendental que lhes dá origem); não tenta ser recolhimento do originário ou lembrança da verdade. Tem, pelo contrário, de “fazer” as diferenças; constituí-las como objeto, analisá-las e definir seu conceito.

(FOUCAULT, 2007, p. 230)

AGRADECIMENTOS

Até o mais seguro dos homens e a mais confiante das mulheres já passaram por um momento de hesitação, por dúvidas enormes e dúvidas mirins, que talvez nem merecessem ser chamadas de dúvidas, de tão pequenas. (...) E em tempos em que quase ninguém se olha nos olhos, em que a maioria das pessoas pouco se interessa pelo que não lhe diz respeito, só mesmo agradecendo àqueles que percebem nossas descrenças, indecisões, suspeitas, tudo o que nos paralisa, e gastam um pouco da sua energia conosco, insistindo. (MEDEIROS, 2008)

São tantos agradecimentos... Gratidão é a palavra que expressa toda a minha felicidade! Como é bom poder agradecer a todos que fizeram parte desta minha batalha, mesmo aqueles que não acreditaram que eu pudesse estar aqui hoje, ou que a minha luta seria em vão... não foi!

Essa conquista só foi possível porque tive grandes pessoas que estiveram ao meu lado, acreditando em meu pequeno sonho, acreditando em mim, em meu potencial e em minha vontade de vitória!

Agradeço a Deus, fonte de sabedoria e fortalecedor da minha caminhada... Obrigada pela coragem para questionar realidades e propor novas possibilidades.

Muito obrigada mãe – Vágna – sem você nada seria ou teria importância! Obrigada pela amizade, apoio, educação, amor, meu amor incondicional! Pelas vezes que me aconselhou, por acreditar em mim e sempre me dizer “tenta pelo menos, se não der certo, valeu a tentativa”, se não fosse por isso, não estaria onde estou!

Ao meu pai, Sílio Tiago, meu amigo, que se fez presente mesmo distante, mas amigo, que não permitiu que quilômetros separassem nossos corações... Sou muito grata pelo auxílio e incentivo...

De maneira muito especial agradeço à minha família, meu alicerce, obrigada pelos ensinamentos, pelos exemplos e principalmente pela compreensão, pelos eventos que não estava com vocês, pela ausência, pelos encontros perdidos, saibam que sem vocês eu nada seria!

Aos colegas que muito contribuíram para minha pesquisa, por nossas longas tardes de estudo e diversão nos congressos e atividades afins, em especial Ana Carla Rio, uma maranhense de coração goiano.

Agradeço a todos os professores, bases da minha formação, do ensino infantil à pós graduação. Agradeço à professora Ms. Jaqueline Fernandes, orientadora da graduação, obrigada por indicar-me os caminhos que quero eternamente percorrer!

Em especial ao meu orientador que, atenciosamente, me auxiliou no percurso da AD, àquele que, com extrema sensibilidade teceu apontamentos e questionamentos que muito contribuíram para esta pesquisa. Muito obrigada a você que me auxiliou com extrema dedicação na construção deste trabalho, um grande exemplo de profissional que levarei para sempre.

Agradeço ainda, pela paciência e apoio aos meus estudos, ao meu “namorado”, Chester Ferreira, há tempos construimos um sentimento recíproco e verdadeiro.

Agradeço à CAPES pelo incentivo financeiro e oportunidade de dedicação ao projeto de pesquisa.

Enfim... Agradeço a todos aqueles que amo e que contribuíram de alguma maneira para a realização deste trabalho, pela torcida, pelo incentivo, por secarem as minhas lágrimas, dividirem comigo as alegrias, compartilharem minhas dúvidas e anseios... Saibam que sem vocês a vitória não estaria completa. Obrigada a todos!

RESUMO

A obra *1984*, escrita por George Orwell, retrata uma sociedade em que o Estado se impõe sobre a população de forma totalitária, tanto pelo controle das ações dos indivíduos quanto pela criação de diversos aparelhos de controle e vigilância espalhados em vários pontos da cidade, seja nos espaços de trabalho ou nos espaços domésticos e públicos. Nesse regime autoritário, o Estado oprime e tortura indivíduos, provocando resistência de alguns e adesão de outros. Tais questões serão observadas na sociedade retratada no romance, de forma que possamos problematizar como o poder interpela e constitui os sujeitos, influenciando os modos de produção de sujeitos controlados por tais dispositivos de poder. Nesse sentido, apoiados na Análise do Discurso, com contribuições foucaultinas, propusemo-nos a refletir sobre a constituição do sujeito e as relações de poder que emergem da obra *1984*, através de instrumentos normalizadores que “promovem” a docilização do sujeito submetido à sociedade totalitária, narrada no romance de George Orwell. Partindo de tal objetivo, recorreremos aos estudos de Michel Foucault presentes nos livros *A Arqueologia do saber* (2007), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1999), *Microfísica do Poder* (1986), dentre outros, nos quais a discussão sobre a temática do poder ganha destaque. Tomaremos o conceito de enunciado como procedimento de análise de sequências do romance para observar as seguintes questões: como o poder se exerce no romance? Quais as possibilidades de resistência ao poder totalitário implantado no romance? Para tanto, serão observadas as práticas e os processos discursivos que promovem o controle social e a constituição dos sujeitos. Portanto, este trabalho se propõe a analisar como se constitui (em) o(s) sujeito(s) na obra de Orwell, e como o poder é exercido, governando e docilizando os transgressores. As análises realizadas indicam que, em primeira instância, há um efeito de exclusão do sujeito rebelde, que passa a ser caracterizado como rebelde/resistente. Em um segundo momento, observa como o sujeito “rebelde”, ao ser exposto às práticas disciplinares, exercidas na prisão, se converte aos preceitos do Partido, alterando a posição ocupada no início da narrativa. Destarte, a partir das análises das sequências narrativas, recortadas e analisadas de nosso objeto de pesquisa, verificamos que há a emergência de discursos voltados à normalização desse sujeito, para só assim estar apto a ser (re) inserido no seio da sociedade fictícia de Orwell. Desse modo, os enunciados analisados apontam para as relações de poder e práticas disciplinares que buscam normalizar e disciplinar o sujeito transgressor.

Palavras-chave: Análise do discurso; Foucault; Poder; George Orwell; 1984.

ABSTRACT

The Work *1984* by George Orwell portrays a society that the state imposed it on the population of totalitarian form, both for control of the actions of individuals and the creation of many scattered control devices and surveillance at various points of the city, in workspaces or in domestic and public spaces. In this authoritarian regime, the State oppresses and torture individuals, causing resistance of some and adhesion others. Such issues will be observed in the society portrayed in the romance, so we can discuss how power compose and challenges the subject, influencing your production pathways controlled by such systems of power. In this sense supported by analysis of foucaultina perspective of discourse, we set out to reflect on the constitution of the subject and the power relations that emerge from the *1984*, through standard-setting instruments that "promote" the docile the subject submitted to totalitarian society, narrated in the George Orwell novel. Starting from this objective, we will use Michel Foucault's studies present in the books *A Arqueologia do saber* (2007), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1999), *Microfísica do Poder* (1986), among others, in which the discussion on the topic power is highlighted. We will take the concept of statement as the romance sequences analysis procedure to observe the following questions: how power is exercised in the novel? What are the possibilities of resistance to totalitarian power deployed in the novel? Therefore, the practices and discursive processes that promote social control and the constitution of the subject will be observed. Therefore this study aims to analyze how is (in) the (s) subject (s) in the work of Orwell, and how power is exercised, ruling and taming offenders. The analyzes indicates that in the first instance, there is an exclusionary effect of the rebel guy, who happens to be characterized as a rebel / resistant. In a second moment, looks at how the subject "rebel", to be exposed to disciplinary practices, exercised in prison, becomes the party statutes, changing the position occupied at the beginning of the narrative. Thus, from the analysis of discursive sequences, cut and analyzed in our research object, we see that there is the emergence of speeches aimed at normalization of subject, for only then be able to be (re) inserted within the fictional society of Orwell. Thus, the statements analyzed point for relations of power and disciplinary practices that seek to standardize and regulate the subject transgressor.

Keywords: Discourse analysis; Foucault; Power; George Orwell; *1984*.

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	10
CAPÍTULO 01- ANÁLISE DO DISCURSO, EIS QUE SURGE UM OBJETO: O DISCURSO	18
1.1 Percursos e itinerários	18
1.2 AD na perspectiva foucaultiana	23
1.3 O método arqueológico: O enunciado.....	28
1.4 Espaços discursivos: Heterotopia, literatura e sociedade.....	35
1.5 Condições de produção: O “de fora”.....	39
CAPÍTULO 02- DA HISTÓRIA À DISCIPLINA: EMERGÊNCIA DISCURSIVA DO PODER EM 1984.....	47
2.1 Documento X monumento: Uma questão histórica e descontínua	47
2.2 Procedimentos de controle do discurso	54
2.3 Novilíngua: Um idioma, uma verdade e muitos “passados”.....	61
2.4 Subjetividade: constituição do sujeito.....	67
2.5 Poder disciplinar: Sujeitos adestrados.....	72
CAPÍTULO 03- A SOCIEDADE DO CONTROLE: CONSTRUINDO SUJEITOS.....	85
3.1 <i>Ingsoc</i> : o poder em funcionamento	85
3.2 Regularidades do discurso: retifica. com proibições.....	91
3.2.1 Rebelde com causa: assumindo uma posição	99
3.3 Sala 101: Espaço institucional que instaura discursividades	109
3.3.1 Corpos dóceis: do amor à "morte"	111
CONCLUSÕES.....	128
REFERÊNCIAS	138
ANEXO 1.....	143

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O Partido procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio; só estamos interessados no poder. Nem na riqueza, nem no luxo, nem em longa vida de prazeres: apenas no poder, poder puro. O que significa poder puro já compreenderás, daqui a pouco. Somos diferentes de todas as oligarquias do passado, porque sabemos o que estamos fazendo. Todas as outras, até mesmo as que se assemelhavam conosco, eram covardes e hipócritas. Os nazistas alemães e os comunistas russos muito se aproximaram de nós nos métodos, mas nunca tiveram a coragem de reconhecer os próprios motivos. Fingiam, talvez até acreditassem, ter tomado o poder sem querer, e por tempo limitado, e que bastava dobrar a esquina para entrar num paraíso onde os seres humanos seriam iguais e livres. Nós não somos assim. Sabemos que ninguém jamais toma o poder com a intenção de largá-lo. O poder não é um meio, é um fim em si. Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvar a revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder (ORWELL, 2005, p. 307).

Iniciamos este estudo partindo da noção de discurso enquanto prática, que se insere em um jogo de relações de poder, regulado por leis e por elas modificado. Essa concepção de discurso afasta-se de uma concepção de linguagem que focaliza a língua somente como código para tratá-la em sua dimensão histórica. Tomamos o discurso como aquilo que foi efetivamente produzido em um dado momento, ligado às mudanças históricas e práticas sociais e sujeito à movências e (re) significações. De acordo com Veyne “os discursos são os óculos através dos quais, em cada época, os homens tiveram a percepção de todas as coisas; pensaram e agiram” (VEYNE, 2008, p. 33).

Nossa dissertação está inscrita no campo de Estudos da Linguagem, na linha Texto e Discurso do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Para esta proposta de trabalho, tomamos como objeto de estudo a obra *1984*, do autor George Orwell, pautados pela Análise do Discurso (doravante AD) com contribuições foucaultianas. A temática central da nossa proposta é o poder e suas relações que serão apreendidos pelos enunciados extraídos da obra estudada. O romance narra que o exercício do poder tem como objetivo principal a manutenção do poder e o controle social, desta feita, buscam-se poder e mais poder, é como um amor que consome um indivíduo, reiterando a escolha da epígrafe da introdução e o título do nosso trabalho de pesquisa.

Utilizamos como referencial teórico os postulados de Michel Foucault, adotando como metodologia de análise o conceito de enunciado, que nos permite a análise de acontecimentos históricos que instauram discursividades. Essa metodologia tem como uma de suas especificidades o atravessamento da espessura histórica na constituição discursiva, pois interroga os fatos ou um dado acontecimento sob o prisma histórico. Pela análise enunciativa, propomos, analisar as relações de poder construídas no romance *1984*, objeto de nosso estudo.

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar (FOUCAULT, 2007, p.114).

Desse modo, para que tal análise seja possível, pautamo-nos no método e nos estudos de Michel Foucault, considerando a historicidade que perpassa e constitui os objetos, conforme discorre Veyne (2008, p. 19), ao afirmar que Foucault “parte de tudo o que possam ter feito e dito em diversas épocas”, utilizando principalmente a história, para recolher “amostras (a loucura, a punição, o sexo...) para explicitar os discursos”.

O nosso primeiro contato com nosso objeto de estudo aconteceu na disciplina Literatura Inglesa, ainda no Curso de graduação desenvolvido na UEG (2009-2012). Este livro nos proporcionou uma leitura instigante na ocasião e despertou indagações, gerando o desejo de conhecê-la melhor e aprofundar mais nossa reflexão sobre essa obra. Mesmo que o romance retrate uma sociedade fictícia, ela provoca questionamentos acerca da nossa “ilusão” de liberdade, da questão da verdade, da privacidade e outros elementos que nos perpassam e constituem. Além de tais questionamentos que o romance provocou, é importante considerar que “o saber não está contido somente em demonstrações, mas pode estar também em ficções, narrativas, regulamentos institucionais” (FOUCAULT, 2007, p. 222), ou seja, a literatura, mesmo situada no campo da ficção, nos interpela, faz com que reflitamos acerca das relações de poder produzidas na sociedade. Acreditamos que o texto literário atua na construção de saberes que questionam e/ou ressignificam saberes instituídos e construídos na história, na medida em que nele “vem se alojar o estranhamento como nossa condição de existência, tanto coletiva, como individual”, conforme nos ensina Albuquerque Júnior (2007, p. 50). Tal situação aproxima-se do sentimento adquirido quando realizamos a leitura e as pesquisas sobre o livro *1984*.

O interesse na pesquisa surgiu a partir de reflexões acerca do funcionamento do poder e da constituição do sujeito na sociedade narrada por Orwell. Embora nosso objetivo não seja estabelecer relações entre obra e questões da atualidade, é válido salientar alguns questionamentos que surgiram ao longo do contato com a referida obra, tais como: De que forma o poder nos atravessa e nos constitui? Quais as práticas disciplinares que nos docilizam e fazem de nós corpos úteis? Caso não nos atentemos aos requisitos de “normalidade” prescritos pela nossa sociedade, como seremos rotulados? São essas e outras questões que nos movem, nos instigam e nos fazem querer analisar tal obra, os discursos que dela emergem e as posições que assumimos a partir dela. Mais uma vez, ressaltamos que responder tais questões não é a nossa pretensão, porém essas interrogativas nos interpelam, nos intrigam e fazem com que busquemos questões para o funcionamento do poder no romance de Orwell.

A obra *1984*, de George Orwell, publicada em 1949¹, narra o totalitarismo e o controle constante da sociedade, realizado pelo Partido Socialista Inglês (*IngSoc*), cujo objetivo principal voltava-se para a manutenção do poder sobre a Oceania, uma das três potências imaginárias, que tem como figura de liderança o “Grande Irmão”. Tais questões serão observadas na sociedade retratada no romance, de forma que possamos problematizar como o poder interpela e constitui os sujeitos, influenciando os modos de produção de sujeitos úteis (corpos dóceis), disciplinados e controlados por dispositivos de poder.

O poder, então, aparece como peça principal do romance distópico² de Orwell, representação de uma sociedade totalitária, dominada pelo Estado, dotada de ideologia partidária e controle da população. A narrativa é ambientada na Inglaterra, que se encontrava dividida em três grandes potências: Oceania, Eurásia e Lestásia. Oceania, considerada o maior dos impérios, dominava toda a América, Islândia, Reino Unido, Irlanda e grande parte do sul da África. Eurásia era o segundo maior império, governava toda a Europa (exceto Islândia, Reino Unido e Irlanda), quase toda a Rússia e pequena parte do resto da Ásia. A terceira potência, nomeada Lestásia, era o menor império e controlava países orientais como China, Japão, Coreia, parte da Índia e algumas nações vizinhas.

¹ O romance *Nineteen Eighty-Four* (Mil Novecentos e Oitenta e Quatro) é um romance distópico da Literatura Inglesa, escrito por Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo de George Orwell. Escrito no ano de 1948 e publicado em junho de 1949, retrata o cotidiano de um regime político totalitário e repressivo do mesmo ano de sua escrita.

² A Literatura distópica pode ser comparada à ficção científica, caracterizada por narrativa lenta (moldes de diário), marcada por processos de desalienação, em que há negação do individual ou do coletivo, geralmente há resistência. Segundo Candido (2000), a distopia funciona como um aviso, em que há um exagero para potencializar futuros acontecimentos. Sobre propriedades da Literatura distópica, consultar CANDIDO (2000).

A obra *1984*, escrita por George Orwell, retrata uma sociedade em que o Estado se impõe sobre todas as instâncias sociais e históricas, criando, inclusive, um dispositivo de poder que apaga o passado para criar outra história; cria-se, também, um novo idioma (Novilíngua) para atender a essa “nova história”, a língua é determinante para manutenção do regime totalitário, para a alteração do passado, e assim da memória. Nesse regime autoritário, o Estado oprime e tortura os indivíduos, provocando resistência de alguns e adesão de outros.

O fluxo da informação é repassado através da teletela (espécie de televisor instalado por toda a cidade, inclusive dentro das casas), rádio e cartazes pregados pelas paredes, escutas, espiões inseridos nos grupos, funcionando como procedimento de controle dos sujeitos, através de todo o sistema de produção e divulgação da informação, que também é controlado e manipulado, favorecendo o governo. Nesse sentido, é importante perceber as técnicas de criação de notícias, distorção de informações e omissão dessas. Um exemplo do funcionamento da notícia deve-se a Winston Smith, funcionário do Ministério da Verdade, que tem como função alterar informações já publicadas em jornais antigos e “redivulgá-las”, de acordo com ordens superiores, segregando e controlando os discursos de acordo com os interesses do Estado.

As teletelas instaladas e cartazes espalhados no espaço social representado na obra, indicam o monitoramento constante e, mesmo não havendo proibições explícitas, em nenhum local ou de modo expresso, a ideologia pregada pelo *IngSoc* estava baseada na sujeição ao estado, estava impregnada na sociedade. Essas “normas” deveriam ser obedecidas, caso fossem descumpridas, algumas “ações” eram tomadas,

O bigodudo olhava de cada canto. Havia um cartaz na casa defronte, O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia o letreiro, e os olhos escuros procuravam os de Winston. Ao nível da rua outro cartaz, rasgado num canto, trapejava ao vento, ora cobrindo ora descobrindo a palavra INGSOC. Na distância um helicóptero desceu beirando os telhados, pairou uns momentos como uma varejeira e depois se afastou num vôo em curva. Era a Patrulha da Polícia, espionando pelas janelas do povo. Mas as patrulhas não tinham importância. Só importava a Polícia do Pensamento (ORWELL, 2005, p.12).

Em caso de transgressão das normas, o sujeito poderia vir a desaparecer, como se nunca tivesse existido. Embora Winston temesse tal imposição, sentia-se desconfortável com a verdade estabelecida e inicia, secretamente, uma jornada de descobertas e resistência ao modelo político imposto pelo Grande Irmão e seus aliados do Partido Socialista Inglês.

Como forma de resistência, Winston inicia um projeto de diário, no qual escreve “Abaixo o Grande Irmão”, tecendo registros de acontecimentos dos quais discorda e, também, relatando suas recordações, pois temia esquecê-las, mesmo sabendo que isso poderia ser tomado como rebeldia extrema e lhe causar danos maiores. Posteriormente, Smith se interessa por uma funcionária do Ministério da Verdade, Júlia, e inicia uma vida amorosa, com encontros em um quarto alugado, longe das teletelas, uma vez que relação sexual era estritamente proibida, até mesmo no casamento, pois o sexo deveria ser utilizado apenas com fins de procriação.

Durante o momento em que está envolvido com Júlia, e ainda revoltado com alguns posicionamentos dos líderes, sobre a sociedade em que está inserido, Winston começa a ficar mais atento a tudo o que se passa à sua volta. Conhece um membro do Partido (IngSoc), conhecido por todos como O’Brien e tem a sensação de que ambos são contra as imposições e manipulações cometidas. Inicia-se uma amizade, troca de informações, empréstimo de livro com ideologia de outro Partido, enfim, tornam-se “confidentes” e passam a discutir sobre questões anti-partidárias, longe do alcance das teletelas.

Passado um tempo, com encontros secretos, longe dos olhos do Grande Irmão, Júlia e Winston elaboram planos, discutem e dividem opiniões, roubam alimentos, os quais não eram permitidos e nem fáceis de serem conseguidos, fazem articulações contra o Partido e outras transgressões³. O casal cursa um trajeto um tanto quanto perigoso, desobedecendo, veementemente, muitas leis instauradas.

No ápice de suas revoltas, Winston e Júlia são descobertos, capturados e presos. Sofrem por um longo tempo na prisão, onde são coagidos e, por fim, reconfigurados, como se não passassem de meros robôs ou máquinas que não estão de acordo com o ideal estabelecido pelo governo. Portanto, a formatação torna-se uma necessidade e cada indivíduo que fugisse ao esquema proposto enfrentava um processo de lavagem cerebral de modo a crer somente naquilo que o Partido exigia. Tal reconfiguração dá-se por meio de procedimentos de poder instaurados na prisão, que “apagam” ideias distorcidas sobre a ideologia do Partido e “inserem” no cérebro dos sujeitos as normas que devem ser respeitadas.

Após essa breve descrição da obra, é possível verificar o porquê da escolha do objeto e dos temas elencados para discussão e análise, uma vez que nosso estudo visa compreender as

³ Como aponta Silva Júnior (2009, p. 56), “Transgressão pode ser caracterizada como “estratégia de resistência necessária diante de um olhar que compreende o poder como exercício e não como objeto de posse e que o jogo dialético entre Poder e Resistência possibilita a reconfiguração contínua dos mecanismo de coação, de manutenção do exercício de liberdade, de transgressão e de normalização. A transgressão como mecanismo limítrofe na relações de poder não instaura, mas simula uma nova ordem; ela não apaga, mas perturba, interfere na norma vigente.”

relações de poder e a “reconfiguração” do sujeito, no discurso instaurado na obra literária, em um momento em que o Estado controla as massas. O castigo corporal ou a ameaça de um sofrimento ainda maior possibilita que o Grande Irmão molde o pensamento dos sujeitos de acordo com a sua conveniência, ficando explícitas, assim, as relações de poder, que discutiremos a partir de Foucault.

É esse funcionamento do poder instaurado no romance que pretendemos trabalhar nesta pesquisa de mestrado. Nossa meta é desenvolver uma análise discursiva do romance, que permita verificar as posições-sujeito ocupadas na narrativa, bem como as práticas de docilização e controle aplicadas aos sujeitos e ao modelo de sociedade. Desse modo, a partir dos enunciados que emergem da obra, pretendemos verificar como se dá a constituição do sujeito imerso nessas relações de poder.

Propomo-nos a analisar os enunciados efetivamente ligados ao campo discursivo governamental e ditatorial, materializados no gênero literário. Considerando os postulados foucaultianos e tomando o enunciado como materialidade linguística e histórica, podemos identificar as diferentes posições assumidas pelos sujeitos, com o objetivo de localizar a emergência de sujeitos, ora revoltados, ora regulados, ora submissos ao sistema autoritário construído no romance orwelliano. Ao elencarmos a perspectiva literária, não temos como pretensão trabalhar com os postulados teóricos desse campo do saber, e sim tratar do batimento literatura/sociedade.

Nossa pesquisa justifica-se como contribuição aos estudos da linguagem, demonstrando mais uma maneira de observarmos a mobilidade e singularidade do discurso em funcionamento em uma narrativa literária. Ao propormos uma análise discursiva do livro *1984*, buscamos “compreender o enunciado na singularidade de sua situação, a condição de sua existência, na correlação com outros enunciados, em suma, qual é a natureza de sua singular existência, que vem à tona em um momento histórico”(GREGOLIN, 2004, p. 27). Dessa forma, nosso trabalho contribui para os estudos da linguagem, uma vez que, pela materialidade da língua podemos verificar os mecanismos de controle e a constituição dos sujeitos na sociedade, seja no contexto da ficção criada por Orwell ou no espaço social em que vivemos. O modo como as relações de poder atravessam a constituição dos sujeitos no romance nos auxiliam a compreender, pelo funcionamento da linguagem, como as relações de poder acontecem na sociedade em geral. ou seja, somos constituídos pela língua, considerada como um organismo vivo, em permanente modificação, assim como nós.

Analisar uma obra literária na perspectiva da AD, com pressupostos foucaultianos, é de grande relevância, para trazer à tona a culminância das relações de poder que, em todos os

momentos e circunstâncias, se fazem presentes. Ao empreender esta pesquisa, estamos, mais uma vez, nos inserindo na ordem do discurso que, queiramos ou não, nos constitui como sujeitos desses discursos que emergem e, ao mesmo tempo, se impõem a nós. Os pressupostos foucaultianos guiam-nos nessa empreitada, uma vez que, “O grande impacto da obra de Foucault são intervenções específicas, precisas, na estrutura social, em seus mecanismos institucionais, na prática, na atividade de todos os dias” (MOTTA, 2012, p. XI).

Amparados em conceitos desenvolvidos pela Análise do Discurso francesa e, em particular, pelo método arqueogenealógico proposto por Michel Foucault, nossa finalidade é analisar os enunciados emergentes na obra de Orwell, relacionados às questões do exercício do poder, do controle e da produção da subjetividade. Por meio dessas análises, buscaremos compreender, também, os mecanismos discursivos que, nesses enunciados, são empregados para docilizar e normalizar os sujeitos.

Assim sendo, organizaremos nosso trabalho em três capítulos. O capítulo um, intitulado “Análise do Discurso: Eis que surge um objeto”, tem como propósito traçar, mesmo que rapidamente, um itinerário histórico da Análise do Discurso, assim como fazer aparecer matrizes teóricas que fundamentam esse campo do saber. Da mesma forma, elencamos os percursos e itinerários pelos quais a Análise do Discurso foi reconhecida como tal, assim como seus componentes e constituintes que nos nortearam nessa jornada. Apresentaremos as contribuições de Michel Foucault para esse campo do saber, assim como o método de análise por nós utilizado para tal pesquisa, ou seja, o enunciado. A seguir trataremos da relação literatura e sociedade, utilizando a noção de espaço discursivo, apoiados no conceito foucaultiano de heterotopia. E, para fechamento do primeiro capítulo, trataremos das condições de produção da obra, ou seja, das relações históricas e externas que regularam um determinado discurso e permitiram a criação do nosso objeto de análise.

Após a exposição geral da área de estudo a qual se situa nossa discussão, no capítulo dois, nomeado “Da história à disciplina: emergência discursiva do poder em 1984”, trataremos da noção de poder, assim como da trajetória arqueogenealógica, proposta por Foucault. No primeiro tópico, discutiremos a relação da história e discurso, no qual trataremos da questão do documento *versus* monumento. Uma vez que o discurso é articulado entre a Linguística, a História e o sujeito, consideramos tais abordagens teóricas indispensáveis à nossa pesquisa. Em seguida, trataremos dos procedimentos de controle do discurso, construídos no romance, por meio da criação da Novílingua, espécie de idioma fabricado pelo Partido Político Socialista Inglês (IngSoc), como estratégia de manipulação de fatos e sintetização de modos de falar, criando, por meio da língua, um controle discursivo capaz de

manipular o passado e construir outras verdades à população, uma das bases do controle e elaboração de procedimentos linguísticos que têm por função coagir e manipular seus falantes. Posteriormente, trataremos do processo de subjetivação, ou como Foucault trata, dos processos que possibilitam a constituição dos sujeitos. Encerrando o capítulo, nos centraremos na questão chave da nossa pesquisa: o poder e as relações de poder, assim como as formas de exercício do poder criadas pelo regime político com o objetivo de docilizar e controlar os sujeitos.

No terceiro e último capítulo “A sociedade do controle: construindo sujeitos”, teceremos a análise discursiva da obra *1984*, de Orwell, subdividida em três momentos. No primeiro item, “O poder em funcionamento”, teceremos análises de fragmentos recortados da obra que fazem aparecer as regularidades discursivas que docilizam os sujeitos. Posteriormente, em “Regularidades do discurso: Retifica. Com proibições”, trataremos da manipulação das notícias, que influenciam a veiculação de discursos tomados como verdade, de modo a verificar como essas retificações eram produzidas nos documentos, modificando o comportamento de Winston, protagonista do romance, levando-o a se inserir em outra posição-sujeito: de desrazão e de rebeldia. Dessa forma, verificaremos o funcionamento dos procedimentos internos e externos do discurso, com a pretensão de investigar de que modo se dá o controle e organização da sociedade fictícia orwelliana, no aspecto discursivo. E, por fim, no terceiro tópico, “Sala 101: espaço institucional que instaura discursividades”, última parte de nossas análises, pretendemos analisar o modo como os sujeitos foram docilizados e controlados no romance, através das relações de poder instauradas no modelo de sociedade retratado, aplicando os aspectos teóricos da AD e de Michel Foucault. Destarte, o tópico um evidenciará a docilização, o dois a resistência e o terceiro a reconfiguração do sujeito, evidenciando como se processa o poder nesse romance de Orwell.

Ressaltamos que não temos a pretensão de esgotar as possibilidades de análise, já que, inserido no movimento do discurso, o *corpus* permanece para outras abordagens, e nos permite “tornar visível o que precisamente é visível – ou seja, fazer aparecer o que está tão próximo de nós, tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, em função disso, não o percebemos” (FOUCAULT, 2007, p. 44).

CAPÍTULO 01- ANÁLISE DO DISCURSO, EIS QUE SURGE UM OBJETO: O DISCURSO

A alma das ideias materializa-se no corpo da história, corpo esse constituído por relações sociais de consenso e de conflito, por um conjunto heterogêneo de práticas e de representações que se modificam ao sabor das diversas épocas e lugares. (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 07)

1.1 Percursos e itinerários

Antes de adentrarmos nos estudos acerca do poder e de sua constituição enquanto objeto histórico-discursivo, propomo-nos, em primeira instância, observar os percursos e itinerários da Análise do Discurso de linha francesa. Tal disciplina ganha visibilidade no Brasil a partir das traduções e divulgações de Eni Orlandi⁴ promovidas nos anos de 1980 e, cada vez mais, adentra os espaços universitários e ganha visibilidade nas pesquisas.

Como se sabe, a AD tem início na França, no fim dos anos 1960, concebida por Michel Pêcheux e Jean Dubois. No início, os estudos do discurso tinham “como objeto de estudo os ‘discursos políticos’, pois foi fundada para se construir, ao mesmo tempo, como uma intervenção política”, como aponta Gregolin (2008, p. 22). No entanto, ao longo das pesquisas, vão surgindo outros objetos e materialidades, que se tornam objetos de estudo do discurso.

Considerando a pertinência da historicidade na constituição desse campo de saber, faz-se necessário elencar as condições de produção que permitiram a criação da AD, produções reguladas pelos regimes de verdade característicos de cada período. Em meio a turbulências, principalmente no campo político, e alterações, sobretudo na questão linguística, surge um novo campo de análise. A influência do marxismo de Althusser e do Partido Comunista Francês são acontecimentos que marcam e interpelam o surgimento da AD, assim como os acontecimentos de maio de 1968⁵ e os acontecimentos que receberam o nome de “virada linguística”⁶. Esse termo foi usado nos anos 60 para descrever uma mudança paradigmática na

⁴ Existem outros estudos na área da Análise do Discurso que mostram que os textos de Pêcheux, Foucault e Althusser, por exemplo, chegaram ao Brasil de forma dispersa antes do trabalho de Eni Orlandi. Para mais informações, consultar Gregolin (2008) e Kogawa (2012).

⁵ Em 1968, jovens protagonizaram acontecimentos marcantes em diversos países. Aconteceram movimentos em diversos pontos de atuação com maior recorrência no aspecto político. No Brasil, na França, nos Estados Unidos e em tantos outros países, os estudantes foram para as ruas lutar por mudanças na ordem vigente e pelo direito de ser ouvido.

⁶ Segundo Toledo Júnior (2009, p.138) “a “virada linguística” aponta para uma filosofia que quer pensar a linguagem e o complexo processo de significação em outras bases. No lugar de uma filosofia centrada na consciência e no sujeito, presa ao mentalismo e conseqüente psicologismo, surge uma filosofia que, através de

filosofia e em outros campos de estudo. Essa “virada” demarcou a passagem aos estudos pós-estruturalistas, influenciando também os estudos sobre a linguagem.

Ao longo dos anos, o campo da AD passou por momentos de discussões e reformulações, surgidas devido ao reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter, ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais. Assim, a AD faz intervir o conceito de discurso, estabelecendo uma profunda mudança na relação de oposição definida pela Linguística, como aponta Denise Maldidier:

O conceito de *discurso* é forjado a partir de uma reflexão crítica sobre o corte fundador operado por Saussure e não sobre sua superação. Baseando-se na língua (compreendida como sistema no sentido saussuriano), o discurso reformula a fala, esse “resíduo filosófico”, cujas implicações subjetivistas devem ser eliminadas. Ele supõe, segundo a fórmula althusseriana, uma “mudança de terreno”, ou seja, a intervenção de conceitos exteriores à linguística. O novo objeto é assim definido- e essa posição jamais se alterará- por uma dupla fundamentação na língua e na História. Ele é pensado sob o modo de uma ruptura epistemológica com a ideologia subjetivista que reina nas ciências sociais e regula a leitura dos textos. (MALDIDIER, 2011, p.44. Grifos da autora)

Dessa forma, a AD abre um campo dentro da própria Linguística, promove um deslizamento da concepção de língua, revolucionando a abordagem da linguagem, uma vez que esta deixa de ser tida como aspecto meramente formal e categorizadora, ou seja, de caráter lógico-gramatical. É válido ressaltar que a AD também não desconsidera os aspectos formais de descrição da língua, mas alinha tais aspectos às condições históricas e sociais. Em outras palavras, a AD recorta, portanto, seu objeto teórico, o discurso, distinguindo-o da linguística imanente, que se centra em processos de descrição linguística, e também nas demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento para a explicação de textos, ou melhor, como ferramenta de interpretação. Assim, a AD toma como objeto de estudo o discurso, materialidade da língua, diferente da linguística imanente, que se centra meramente na descrição de estruturas linguísticas ou aquelas para as quais os fatores sociais funcionam como contexto; para a AD, os aspectos histórico-sociais atuam como condições de produção do discurso. Como discute Orlandi (2004, p.24), “a AD produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade. Não é mera aplicação da lingüística sobre as ciências sociais e vive-versa”.

uma investigação sobre o funcionamento da própria língua, tenta esclarecer os problemas filosóficos tradicionais através de uma crítica da própria linguagem em que tais problemas são elaborados”.

A AD é construída com base na interdisciplinaridade, e os conceitos que esse campo de estudo traz de outras áreas de saber, ao se integrarem ao corpo teórico do discurso, deixam de ser operacionais de um contexto de referência, de uma área disciplinar específica, e se ajustam à especificidade do discurso no qual “a referência à linguística tornou-se, em diversas disciplinas um lugar comum” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p.13). Destarte podemos considerar a heterogeneidade como constituinte da AD, haja vista que essa disciplina é perpassada por outros campos de estudos, que possibilitam uma melhor articulação entre sujeito, história e discurso, dando origem à tríade que é a base desse campo disciplinar.

Na constituição epistemológica, a AD é tomada como disciplina e desempenha papel importante no campo das ciências humanas, aparecendo no entremeio de três regiões do conhecimento científico, como trata Michel Pêcheux (1988): o materialismo histórico (ideologia); a linguística (materialidade enunciativa) e a teoria do discurso (determinação histórica), que sofre um atravessamento da psicanálise, através da teoria da subjetividade. Assim a AD aparece, inicialmente, embasada por três domínios: Linguística, Marxismo e Psicanálise. A Linguística é relevante por considerar o caráter não opaco da linguagem, a partir do qual se considera a não univocidade da linguagem/pensamento/mundo, articulada às questões históricas e sociais. Nessa concepção de estudo, o signo linguístico passa a ser acionado de outra maneira, tomando a língua como acontecimento discursivo inserido na ordem da história. Assim, podemos verificar que a AD pressupõe a língua, implicando o funcionamento da linguagem, tomando-a como atravessada por elementos do inconsciente, da ideologia, pelo real da língua e pela história. O materialismo histórico, concebido pela articulação entre o linguístico e sua historicidade, considera que as condições de produção, circulação e recepção dos textos estão diretamente inscritas na História. “Os sentidos inscritos nos textos são moventes à medida que se inserem em novas condições históricas” (GAMA-KHALIL, 2010, p. 274). Dentro desse quadro, há o atravessamento da teoria psicanalítica que traz contribuições para as reflexões sobre o conceito de sujeito desenvolvido pela AD.

Mas o que diferencia o discurso proposto pela AD das demais teorias que têm como função a transmissão de mensagens? Há um distanciamento da proposta da teoria da comunicação de Jakobson (emissor, receptor, código e referente) em relação à mensagem, uma vez que a AD não trata apenas da transmissão da mensagem (informações), pois implica relações de sujeito e as condições que permitem que o discurso seja produzido. Dessa forma, o “discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística” (FERNANDES, 2005, p. 20).

Segundo Michel Pêcheux (1990), a linguagem deve ser tratada como contribuição social, funcionando como instrumento efetivo de compreensão da sociedade e de nós mesmos. Por esse motivo, Pêcheux pensava um campo disciplinar não apenas teórico, mas que problematizasse questões que pudessem interferir nas práticas sociais. Nesse sentido, a AD se constitui como um campo epistemológico voltado para a política e, logo, percebe-se a correlação com as demais áreas do saber para a formulação do tripé história, sujeito e linguagem. Desse modo, esse atravessamento da AD por outras áreas do saber, assume uma função crítica e social, principalmente no que se refere a desnaturalizar o que parece natural, ou, ainda, “descristalizar” o que parece sólido, engessado, dado e terminado.

Pêcheux (1990), ao propor uma ferramenta analítica como a AD, teve como objetivo a construção de uma “maquinaria discursiva” para analisar, sobretudo, os discursos de cunho político. Para Malidier (1993, p.114) “o projeto de desmontar os mecanismos de interpelação e de caçar o narcisismo do sujeito desemboca, ao final das contas, na dupla exclusão do sujeito e da história”, fazendo com que Pêcheux fizesse uma reproblemática no campo discursivo, de modo que alguns elementos são questionados, outros ajustados, fazendo com que a AD passe por uma reformulação de suas bases teóricas. Em *A Análise de Discurso: três épocas*, Pêcheux (1990) retoma e reformula sua própria teoria, dividindo-a em três fases distintas - AD1, AD2 e AD3 -, que não obedecem a uma ordem cronológica.

De acordo com Pêcheux, a AD1 implica questões de ordem metodológica e a maquinaria discursiva, que considera o sujeito como assujeitado pela ideologia e toma o discurso como homogêneo e fechado em si, condicionado por “condições de produção estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 1990, p. 312). Desse modo, a “AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as ‘máquinas’ discursivas constituem unidades justapostas” (PÊCHEUX, 1990, p. 313, grifos do autor). Destarte, a primeira fase da AD, iniciada pela publicação da obra *Análise automática do discurso* (AAD-1969), restringia o discurso enquanto conjunto de enunciados fechados, que se relacionam entre si pela justaposição, podendo ser analisados pela maquinaria discursiva, ou máquina lógico-semântica. Mas, devido a críticas, que Pêcheux e seu grupo de estudo receberam em relação à AD-1, o quadro teórico da AD foi revisado, reconfigurado e surgiu uma nova fase.

O segundo momento da AD sofre um deslocamento teórico a partir do questionamento das relações entre as máquinas discursivas anunciadas na primeira fase. Uma das novidades é a apresentação do conceito de formação discursiva, problematizada por Michel Foucault e

tomada de empréstimo por Pêcheux como objeto da AD, tal como aponta esse autor, quando discute que:

começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repelem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (PÊCHEUX, 1990, p. 314).

Nesse momento, há uma reformulação teórica, mas não metodológica. Altera-se apenas a constituição dos *corpora*. A fase é marcada pelo deslocamento do conceito de formações discursivas, funcionando em paralelo com o conceito de formações ideológicas (FI). Essa reconfiguração colocou em evidência dúvidas em relação à validade da maquinaria discursivo-estrutural, indicando que as relações entre as máquinas’ discursivas estruturais são relações de forças desiguais, apontando para uma reavaliação do sujeito e do sentido, conceitos elementares da AD. Nesse momento, a articulação entre história (materialismo histórico), linguística e teoria do sujeito (com ênfase no psicanalítico) constituiu o quadro epistemológico dessa disciplina, promovendo uma nova releitura e uma nova revisão da AD, a fase três.

Na terceira fase, impulsionada pelos problemas apontados nas demais, verifica-se a emergência de novos procedimentos teóricos no campo da AD, em que a noção de maquinaria discursiva sofre uma desconstrução, levando Pêcheux a interrogar as proposições teóricas iniciais e a abandonar teorias como homogeneidade do discurso, tanto no que se refere ao termo condições de produção quanto ao conceito de discurso. Nesse movimento, as noções de estabilidade e neutralidade discursiva são descartadas, uma vez que se reconhece o atravessamento sócio-histórico da materialidade da língua. Dessa forma, reconhece-se que “a análise linguística do tipo AD-1 supunha implicitamente a homogeneidade enunciativa de cada sequência analisada na medida em que o registro da enunciação e das restrições de sequencialidade permanecia opaco” (PÊCHEUX, 1990, p. 316). Abandonam-se algumas teorias e outras são inseridas, como a noção de enunciação, heterogeneidade discursiva (discurso-outro e nova maneira de pensar a contradição), construindo aberturas para questionamentos acerca do conceito de sujeito, memória etc. e abrindo espaço para outros

conceitos essenciais à reformulação teórica e à constituição da Análise do Discurso que hoje conhecemos⁷.

A AD passou por transformações, deslocou-se de uma preocupação inicial voltada para o estudo do discurso político, delimitada a uma máquina discursiva, e abriu-se ao estudo de outras discursividades, agregando algumas noções e excluindo outras. Além das mudanças teóricas, houve alterações em relação aos objetos de estudo e se abriu a possibilidade de estudo de outros *corpora*, outras materialidades, tais como o estudo da imagem, do cinema, da mídia, do literário e outros, ricos em possibilidades analíticas.

Nesse ínterim, após breve exposição do percurso da AD e suas fases, passaremos, no próximo tópico, aos postulados foucaultianos que adentram o campo dos estudos discursivos e trazem importantes contribuições para essa área.

1.2 AD na perspectiva foucaultiana

A AD nasce na França por volta de 1960, mas é nos anos 1980 que essa disciplina, no contexto francês, passa por um processo de renovação teórica. A questão histórica é reduzida, de acordo com Gregolin (2007), há uma “guinada para o lado da ‘gramaticalização’” (2007, p.183), ou seja, perde-se o foco extradiscursivo, na qual a execução da análise desconsidera a exterioridade da língua e sua historicidade.

Muitos estudiosos passam a criticar e dialogar com as teorias de Pêcheux, alguns conceitos são adicionados à AD, mesmo que sob críticas, como é o caso da noção de Formação Discursiva (FD), proposta por Michel Foucault, que, mais tarde, passa a integrar os conceitos fundamentais da Análise do Discurso. De acordo com Piovezani (2011), as noções propostas por Foucault já circulavam entre os estudiosos da AD, tomando como exemplo o conceito de FD, e conforme reitera Maldidier (2008), é nos anos 80 que Pêcheux passa a dialogar com as teses foucaultianas e dos historiadores, redimensionando as pesquisas em Análise de Discurso, que passa a rever conceitos e ampliar o campo de investigação. A partir dessa abertura, surgem novos objetos além das discursividades políticas, com a entrada de discursos filosóficos, culturais e do cotidiano, sendo possível verificar uma aproximação dessas duas teorias (pecheutiana e foucaultina).

⁷ Trouxemos, de forma resumida, o percurso histórico da AD, de forma que tivemos como pretensão apenas evidenciar a abertura desse campo de estudos, assim como a possibilidade de análise de outros objetos. Ainda podemos destacar, ao efetuar revisões teóricas, a aproximação de outros autores e conceitos, como a inserção de Foucault e sua arqueologia. Nesse sentido, indicamos para leitura os livros *Legados de Pêcheux: inéditos em análise do discurso*, organizado por Piovezani e Sargentini (2011), Gregolin (2004) *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*.

Alavancado pela questão histórica, Foucault sempre procurou responder questões acerca da constituição dos sujeitos, tema central de suas pesquisas. À medida que novas interrogativas surgiam, o trabalho do filósofo sofria uma modificação, seja em relação ao conceito de sujeito, da discussão sobre a loucura, das relações de poder, da sexualidade, etc. Seu objeto de estudo era delineado por alguma questão de cunho social que, de alguma forma, perpassava e modificava a sociedade. Em um determinado momento, sob o pseudônimo de Maurice Florence, Foucault publica um texto nomeado “Foucault” (1984), no qual indica um percurso de sua obra e discute que seus estudos deveriam receber a definição “História crítica do pensamento”, entendendo pensamento como o ato que põe, em suas diversas relações possíveis, um sujeito e um objeto, no qual “uma história crítica do pensamento seria uma análise das condições nas quais se formaram ou se modificaram certas relações de sujeito a objeto, na medida em que estas são constitutivas de um saber possível” (MAURICE in MOTTA, 2011, p. 244), implicando, dessa forma, a delimitação de seus objetos de estudo e a sua relação com a constituição do sujeito.

Em “Resposta a uma questão” (2010), Foucault é questionado acerca da relação de seus estudos sobre discurso e sua relação com a política, o autor responde que ele priorizou em suas pesquisas, questões importantes à prática política, assim como buscou mostrar “a positividade dos discursos, suas condições de existência, os sistemas que regem sua emergência, seu funcionamento e suas transformações – (e isso) pode concernir à prática política.” (FOUCAULT, 2010, p. 21).

Sob o prisma da rotulação, por diversas vezes, Foucault foi tomado por algumas correntes como autor que pertenceu à corrente estruturalista⁸, por outras não, pois era visto como um estudioso da filosofia, ou seja, aquele que primava pela discussão crítica da vida e do homem. No entanto, Michel Foucault sempre buscava novos métodos e informações de outros campos do saber, a fim de obter respostas para os problemas sociais que o interpelavam:

Em suma, Foucault negou qualquer relação mais profunda com um tipo de pensamento ou movimento estruturalista e, se há alguma influência dessa

⁸ Pode-se tomar a corrente estruturalista como um método de pesquisa com importantes repercussões na história intelectual da França, influenciado por preceitos de diversas áreas: Linguagem, Psicanálise e Marxismo. Da linguística, Ferdinand de Saussure; da Psicanálise, os estudos de Jacques Lacan; da literatura e crítica literária, um primeiro momento dos estudos de Roland Barthes; da Sociologia, Louis Althusser; (cunho político) e na etnologia, principalmente com o trabalho de Claude Levi-Strauss. No entanto, por muitos o trabalho de Foucault não pode ser enquadrado nesse campo, uma vez que suas reflexões apenas travam um diálogo com esse movimento, tomando-o como objeto para seus estudos e reflexões teóricas, como aponta Pavloski (2005)

corrente intelectual em seu pensamento, é na medida em que ele procura situar os acontecimentos no interior de algo maior, que ultrapassa os sujeitos ao mesmo tempo em que estrutura as condições para que eles sejam o que são. A filosofia de Michel Foucault é construída em um diálogo intenso com seus contemporâneos, tanto teórica quanto historicamente falando. Quer dizer, ele constrói sua argumentação em relação ao diálogo intelectual travado com seus pares ao mesmo tempo em que dialoga com os problemas históricos, políticos, sociais de seu tempo. E é nessa relação intensa com seu presente que ele constrói seu percurso intelectual (CÂNDIDO, 2013, p.14).

Atravessado pelos problemas sociais de seu tempo, Foucault constrói seu percurso de estudo, dividido em três fases⁹: arqueológica, genealógica e ética do sujeito. A fase *Arqueológica* (1960) interessa-se pelas Formações Discursivas (FD) correlativas aos diferentes campos dos saberes ligados às ciências humanas. Segundo Navarro (2008, p.59) “A obra de Michel Foucault pode ser classificada em três momentos que, embora pareçam distintos, se imbricam: ser-saber, ser-poder e ser-si”, sendo analisadas respectivamente “a constituição dos saberes na sociedade, as formas por meio das quais o poder é exercido sobre os sujeitos e a experiência do indivíduo com a sua sexualidade”.

A segunda fase nomeada *Genealógica* (1970-1980), movida pela questão “Que posso fazer?”, tem interesse extradiscursivo, buscando estudar as diferentes práticas sociais e o vínculo com as formas de poder, ou seja, articular o saber e o poder, fazendo uma analítica do poder, buscando evidências de seus efeitos na sociedade, como preconiza Cândido (2000).

Já a fase três, nomeada *Ética do Sujeito*(1980), busca compreender a constituição do sujeito em sua relação consigo mesmo, construída pela interrogativa “Quem sou eu”. Como apresentado, mesmo que superficialmente, é notório que o trabalho de Foucault foi motivado por reflexões acerca da sociedade, ou melhor, pelas práticas que através da história nos constituem sujeitos e organizam nossa realidade.

Muitos pensadores e estudiosos contribuíram e contribuem para os trabalhos no campo da AD e/ou fora dele, em diversas acepções e com inúmeras contribuições. Michel Foucault, embora não seja um analista do discurso e, sim, um filósofo, muito contribui com os estudos do discurso, questionando os sistemas estabelecidos por meio das concepções de saber e do papel das ciências humanas. Conforme discute Foucault, sua preocupação sempre foi o sujeito, considerando que

⁹ Considerando que essa divisão cumpre uma função didática.

na objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que produz, em economia e na análise das riquezas. Ou ainda, para tomar um terceiro exemplo, na objetivação devida ao simples fato de existir na vida, na história natural ou na biologia. Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que designarei de 'práticas divergentes'. O sujeito é dividido no interior dele mesmo, quer dividido dos outros. Este processo faz dele um objeto. As partilhas entre o louco e o homem são de espírito, o doente e o indivíduo com boa saúde, o criminoso e o "bem comportado", ilustra esta tendência (FOUCAULT, 1995, p. 93).

O autor propõe que o sujeito deve ser o objeto de estudo, concomitante com as práticas discursivas e as relações de poder que o constituem; deve ser tomado, também, como um ser pensante, constituído por aspectos da vida (biologia), como ser que trabalha, atua na economia e fala, faz uso da língua.

Foucault não teve a pretensão de fundar uma disciplina, entretanto suas pesquisas tendiam para um novo olhar sobre um dado objeto, utilizando “do objeto discurso para refletir sobre o sujeito e a complexidade de elementos descontínuos na história que lhe são constitutivos”, como discute Fernandes (2012, p.13). Desse modo, verificamos a articulação entre a busca de si e as vinculações dadas pela exterioridade, implicando questões sociais, históricas, girando em torno do questionamento do autor, apresentada por meio da seguinte formulação: “Quem somos nós, hoje?”.

Em *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*, Vanice Sargentini e Pedro Navarro (2004, p.13) tecem discussões sobre as contribuições foucaultianas para a AD, indicando que “a entrada do filósofo nessa ciência do discurso se fez de modo restrito, quando as análises começaram a denunciar a necessidade de se olhar para o discurso não mais como uma máquina fechada e homogênea”. No entanto, há um embate evidente na constituição da Análise do Discurso, ora aceitando os postulados foucaultianos ora recusando-os.

Para tratar as relações do poder na perspectiva foucaultiana, como objeto discursivo, consideramos pertinente, em um primeiro momento, compreender que “em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos”, como discute Foucault (2006, p.12).

A noção de discurso é empregada por Foucault como objeto de estudo, que procura compreender a sua funcionalidade e aceitação social. Nessa perspectiva, o autor conceitua o discurso como uma rede de signos que se conecta a outras tantas redes de outros discursos,

estabelece sentidos no interior do próprio discurso e reproduz valores desta sociedade. O discurso não é apenas um encadeamento lógico de palavras e frases que visam a uma significação própria, assim como aponta Fernandes:

Inicialmente, podemos afirmar que o discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debates e/ou divergências, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua (gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (FERNANDES, 2005, p. 20).

Em outras palavras, o autor busca entender o que torna um discurso possível, como recebe ou não o *status* de verdade, ou seja, quais as condições de possibilidade permitiram a produção e o funcionamento do/no discurso. Foucault muito se aproxima do campo discursivo pela questão da historicidade, principalmente pela quebra que Foucault propõe ao tratar da dispersão e descontinuidade¹⁰, ou seja, na ênfase pelas condições históricas de existência do discurso, como aponta Fernandes:

As pesquisas desse pensador [Michel Foucault] mostram como os objetos do discurso encontram, na história, seu lugar e sua lei de emergência; assim esses objetos estão em constante formação e transformação, são marcados pela descontinuidade em face da historicidade que os ostenta. (...) As relações discursivas oferecem o objeto de que se pode falar, determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para discorrer sobre o objeto; elas caracterizam não a língua, nem as circunstâncias do discurso, mas o próprio discurso enquanto prática. Por prática discursiva compreende-se um conjunto de regras que definem sua especificidade. (FERNANDES, 2012, p. 14).

Michel Foucault, movido pela inquietação acerca da noção de discurso e sua produção (atravessada) pela história, permite a nós, pesquisadores, um universo de conceitos que nos auxiliam na realização de análises. Pêcheux mantém seu foco político com tendência ao

¹⁰A noção de descontinuidade trabalhada por Foucault será discutida no capítulo 2, no tópico 2.1.

marxismo e Foucault propõe um deslocamento, quando se posiciona contrário ao conceito de ideologia e lutas de classes.

Gregolin (2006), em “Foucault e Pêcheux na análise do discurso- diálogos & duelos”, retorna à história, a fim de verificar os debates travados e os deslocamentos realizados entre os teóricos que se dedicaram a essa área de estudo, principalmente Pêcheux. Os diálogos e duelos a que se refere a autora, indica as aproximações e distanciamentos de conceitos desses dois autores. Pêcheux fez várias críticas a Foucault nos anos 70, nos anos 80 se aproxima dos postulados foucaultianos e passa a dialogar com o autor. De acordo com Gregolin, ambos, Pêcheux e Foucault,

tinham projetos epistemológicos que, apesar de distintos, encontram-se em vários pontos. Em Pêcheux, ele se concretiza na busca de construir a análise do discurso, e nela estão envolvidos a língua, os sujeitos e a História [...] o projeto foucaultiano não tinha como objetivo imediato construir uma teoria do discurso –suas temáticas sempre foram amplas e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental e, inserido em vastas problemáticas, sua investigação abriu-se em várias direções;/ buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitou o surgimento das “ciências humanas”. [...] No percurso de ambos, a construção teórica atravessou diferente “épocas”, no interior das quais certas problemáticas foram predominantes. Ambos vão construindo sua obra a partir de uma contínua releitura que provoca a reinterpretação daquilo que fora estabelecido em textos anteriores (GREGOLIN, 2006, p. 56).

E assim como Pêcheux teve seu trabalho dividido em “três épocas”, Foucault também teve sua obra dividida em três fases. Para esta proposta de estudo, utilizaremos os conceitos trabalhados, sobretudo na primeira fase, arqueológica, e conceitos oriundos da segunda fase, a genealogia das relações de poder. Seguiremos um percurso teórico a partir do qual utilizaremos os preceitos iniciais desenvolvidos por Foucault, como o método apresentado: o enunciado e as relações de poder, que constituem o cerne do nosso trabalho.

1.3 O MÉTODO ARQUEOLÓGICO: O ENUNCIADO

Ora, voltando atrás, apercebi-me de que não podia definir o enunciado como uma unidade de tipo linguístico (superior ao fenômeno e à palavra, inferior ao texto); mas que tinha de me ocupar de uma função enunciativa, pondo em jogo unidades diversas (elas podem coincidir às vezes com frases, às vezes com proposições; mas são feitas às vezes de fragmentos de frases, séries ou quadros de signos, jogo de proposições ou formulações equivalentes); e essa função, em vez de

dar um "sentido" a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência; em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas, utilizadas e repetidas.(FOUCAULT, 2007, p. 125)

O método arqueológico, proposto por Michel Foucault, propõe pensar sobre a categoria de enunciado para operacionalizar a análise discursiva. Ao se tomar tal método, é necessário retomar três noções constituintes desse procedimento: acontecimento, enunciado e série enunciativa. No entanto, para a pesquisa que ora desenvolvemos, interessa-nos, em especial, a noção de enunciado, que muito contribui para os estudos da AD e passou a ser mais difundida com a publicação de *A Arqueologia do Saber*, em 1969. O autor trata da questão metodológica do discurso, do enunciado, das práticas discursivas e de outras noções fundamentais.

Para Foucault, o termo arqueologia foi acionado para tratar de suas pesquisas e publicações na década de 60, quando o define com um termo que tem por função a descrição do arquivo, ou seja, “conjunto de discursos efetivamente enunciados; um conjunto de acontecimentos que ocorreram um dia, mas continuam a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos” (FERNANDES, 2012, p. 21).

Antes de definir o “enunciado” e de estabelecer as características da função enunciativa, Foucault (2007) defende o uso desse conceito por meio de negativas e, para justificá-lo, aponta as diferenças entre enunciado, frase, proposição e atos de fala:

A frase é uma unidade gramatical de elementos que estão ligados por regras linguísticas. O que os lógicos chamam de proposição é um conjunto de símbolos regularmente construídos; pode-se dizer sobre uma proposição se ela é verdadeira ou falsa, correta ou não. O que chamo de enunciado é um conjunto de signos, que pode ser uma frase, uma proposição, mas considerada no nível de sua existência (FOUCAULT, 2007, p. 152).

Assim, a frase é dada como uma estrutura, como uma totalidade fechada em si mesma, como unidade repetível da língua. A noção de proposição é tomada enquanto uma proposição que pode ser reconhecida e ter valor de verdade/erro, ou estrutura lógica. A noção de atos de fala, considera-se, nesse caso, as manifestações da língua, a intencionalidade de quem fala e de quem recebe a mensagem. A frase está para a gramática, a proposição para a lógica e os atos de fala para a pragmática, mas o que distingue uma frase, proposição ou ato

de fala de um enunciado é a função enunciativa. Para Foucault, o enunciado “é a unidade elementar do discurso. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem.” (FOUCAULT, 2007, p. 99). A função enunciativa são as condições que possibilitam a existência de um determinado enunciado. Desse modo, Foucault considera o enunciado como função, ou seja, como algo efetivamente produzido por um sujeito, em determinados lugares institucionais, regulado por regras sócio-históricas que definem e implicam uma dada posição-sujeito, marcada por características específicas: referencial, sujeito, domínio associado e materialidade repetível.

Assim, as características da função enunciativa são: a) função referencial do enunciado (referente - princípio de diferenciação/ emergência de campos de possibilidades, regularidade e circulação/troca de enunciados); b) posição-sujeito (posição a ser ocupada); c) campo associativo (coexistência como outros enunciados; presença de elementos exteriores à sua materialidade); e d) materialidade repetível (evidência primeira de um enunciado). Dessa maneira, a função enunciativa busca “definir as condições nas quais se realizou o enunciado, e o fazem aparecer como um jogo de posições do sujeito, elemento de um campo de coexistência, materialidade repetível” (GREGOLIN, 2004, p. 32).

O enunciado é da ordem do repetível, pois se liga a um já-dito, se conecta a outros enunciados e funciona em rede, possui uma materialidade repetível e vincula-se às condições históricas que possibilitam sua emergência, levando o filósofo a questionar: por que esse enunciado e não outro em seu lugar? Tal pergunta aponta para a singularidade do enunciado, a especificidade de sua função. O autor define enunciado como uma função de existência, que atravessa um conjunto de estruturas e unidades, representado pela materialidade (a língua, ou seja, a representação do discurso), no espaço e no tempo, uma vez que o enunciado depende de um sujeito, de condições históricas, de uma materialidade e de um lugar para ser tomado como tal.

Uma sequência, frase ou palavra, para ser tomada enquanto enunciado, precisa preencher os seguintes requisitos: a) possibilitar que diferentes indivíduos possam ocupar diversas posições, uma posição/função que pode ser exercida por vários sujeitos (Posição-sujeito); b) estar sempre relacionado a outros enunciados já existentes, uma vez que sempre há adaptações/modificações, pois o enunciado é sempre reatualizado/reformulado; c) necessitar de um suporte, de um lugar e de uma data para ter uma materialidade repetível; e d) possuir três características: regras de aparecimento e seu valor (raridade); dispersão, descontinuidade,

irrupção de acontecimento; e a relação que mantém com o que enuncia (exterioridade) e sua permanência e conservação (acúmulo). Em suma, nas palavras de Foucault (2007, p. 98):

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela instituição, se eles “fazem sentido” ou não, [...] (*o enunciado*) é uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Assim sendo, para compreender a noção de enunciado em Foucault, é preciso considerar o exercício dessa função, as condições históricas de possibilidade, as regras de controle e o campo em que se realiza, ou seja, a função enunciativa. Luiz Orlandi (1987), no artigo “Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze” (1987) discute a teoria do enunciado, proposta por Michel Foucault, tratando desde a definição do enunciado até a função enunciativa, evidenciado que esta requer um sujeito do enunciado, um espaço colateral ou coexistência enunciativa, além de ser da ordem da materialidade repetível. O sujeito evocado pelo autor não é do tipo gramatical, mas um sujeito que pode vir a ocupar uma posição, exercer uma função vazia. Também faz-se necessário considerar um jogo enunciativo em que apareça um domínio associado, que tenha lugar e estatuto, ou seja, uma “relação constitutiva, de uma ‘coexistência enunciativa’ tal que não se tem enunciado sem que ele suponha outros”. É nessa coexistência que se nota, como foi dito, uma “distribuição de funções e de papéis”. (FOUCAULT, 2007, p.15). Outra propriedade da função enunciativa é a sua repetibilidade, ou seja, pode ser repetido, mas sofrerá alterações relativas ao campo de utilização, e “Por fim, o enunciado está inserido num “regime complexo de instituições materiais”, variando as identidades conforme variações em curso nesse regime” Dessa forma, de acordo com os postulados foucaultianos, o autor define que:

O enunciado é “um objeto específico e paradoxal” em sua materialidade repetível. Como todo objeto, ele pode ser “produzido, manipulado, utilizado, transformado, trocado, combinado, decomposto, recomposto e eventualmente destruído”. Além disso, ele “aparece como um estatuto, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências e modificações possíveis, integra-se em operações e estratégias onde sua identidade se mantém ou se desfaz (ORLANDI, L. p.16).

Assim, podemos dizer, considerando a proposta de Fernandes (2012, p. 34), que “a compreensão do enunciado implica explicitar o exercício dessa função [enunciativa], suas condições de produção, suas regras de controle, o campo em que se realiza”, considerando que o enunciado está no limiar entre o não escondido e não visível, ou seja, a materialidade linguística aparece, entretanto o seu funcionamento por meio da função enunciativa, dada pela exterioridade da língua.

Na instância discursiva e suas implicações exteriores, há sempre um sujeito que assume uma posição ou várias e essa mesma posição pode ser assumida por outros, considerando a questão social e histórica. A história confere ao enunciado um campo associado de outros discursos, implicando a memória e a (re) atualização enunciativa, assim como evidencia a repetibilidade e o suporte discursivo (espessura material), colocando em questão a suscetibilidade de o enunciado tornar-se outro, sofrendo modificações de sentido relacionado e reiterando a sua historicidade.

Dessa forma, o enunciado é tomado enquanto acontecimento discursivo, fazendo aparecer a singularidade do enunciado, relativo à regularidade discursiva ou, conforme palavras do autor:

um enunciado é sempre um acontecimento [...] aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e as consequências por ele ocasionadas, mas, o mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2007, p. 32).

Assim o enunciado torna-se acontecimento por meio da função de sua materialidade repetível, pois pode (re) aparecer em outras enunciações e vincular-se a outros enunciados, produzindo domínios de coexistência e domínios de memória a cada nova situação de uso e aparecimento.

Michel Foucault destaca a característica de unicidade e regularidade enunciativa, de modo que o aparecimento de um enunciado, mesmo tomado como acontecimento único, não se configura como novidade/originalidade, pois pode ser reutilizado em um dado momento histórico e articula-se a um domínio de memória já construída, podendo, inclusive, atualizá-la ou modificá-la. Tal afirmativa é embasada a partir dos dizeres de Foucault (2007), quando afirma que todos os enunciados devem ser tratados como acontecimentos singulares e regulados, inscritos em um domínio de memória, relacionados a outros enunciados, dentro de um campo associado. Tal informação atesta o que autor problematizara na obra *A Ordem do*

discurso, quando postula que o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (FOUCAULT, 2006, p. 21).

É importante, ainda, reiterar os elementos que configuram o método arqueológico foucaultiano: “a) princípio de agrupamento de enunciados; b) domínio em que estão os enunciados; c) grandes unidades históricas que os constituem; d) métodos que permitem descrevê-los; e) descrição histórica; f) funcionamento do não dito; g) efeito de opacidade”, conforme aponta Fernandes (2012, p. 35). Nesse método é inquestionável que uma de suas especificidades é o atravessamento da espessura histórica na constituição discursiva, assim como a apreensão dos enunciados dados pela exterioridade e seu caráter disperso e descontínuo, como nos indica Fernandes (2012), com base nos postulados de Foucault.

Foucault trata do discurso enquanto conjunto de enunciados que foram efetivamente produzidos em um dado momento, considerando as leis e as regras de aparecimento que possibilitam a emergência de um dado discurso, uma vez que, conforme aponta o autor em *A Ordem do Discurso*¹¹:

[...] O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante (FOUCAULT, 2006. p. 49).

Nessa perspectiva, Foucault conceitua o discurso como uma rede de signos, enquanto enunciados, que se conecta a outras tantas redes de outros discursos, estabelece significados no interior do próprio discurso e reproduz valores desta sociedade. Como o autor trata em sua obra *A verdade e as formas jurídicas*¹², havia uma tendência em considerar o discurso

como um conjunto de fatos lingüísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção. Há alguns anos foi original e importante dizer e mostrar que o que era feito com a linguagem - poesia, literatura, filosofia, discurso em geral - obedecia a um certo número de leis ou regularidades internas - as leis e regularidades da linguagem. O caráter lingüístico dos fatos de linguagem foi uma descoberta que teve importância em determinada época. Teria então chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas, de certa forma - e aqui me inspiro nas pesquisas realizadas pelos anglo-americanos - como jogos (games), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse

¹¹Aula inaugural no *College de France*, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970.

¹² Conferência de Michel Foucault, pronunciada na PUC-Rio de 21 a 25 de maio de 1973.

conjunto regular de fatos lingüísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro (FOUCAULT, 2002, p. 11).

Nesse ínterim, o discurso não é, portanto, apenas um encadeamento lógico de palavras e frases que visam a uma significação própria. Cabe ao analista verificar os sentidos atribuídos/produzidos a partir de uma mesma base (a língua) e perceber sempre a inserção social e histórica, relacionando-a às posições que os sujeitos ocupam, ou seja, o lugar de onde se fala, uma vez que a língua constitui a condição de possibilidade do discurso. O analista deve investigar as condições de produção do discurso para averiguar os efeitos de sentido produzidos. Logo, o discurso é considerado como práticas, que “podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (FOUCAULT, 2002, p.08), estabelecendo uma relação discurso/saber que “relacionado ao conjunto de regras permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 2006, p. 53).

Para a proposta deste trabalho, acionaremos conceitos propostos por Foucault, como os de enunciado e discurso, elencados anteriormente, assim como a noção de sujeito e poder, que discutiremos no segundo capítulo. Além disso, tomaremos o enunciado como metodologia de análise, uma vez que é por/através dele que verificaremos a operacionalização de conceitos que atestam as regularidades discursivas, as condições de produção e a constituição do sujeito.

Pensando ainda nas noções constituintes desse campo disciplinar e nos questionamentos provenientes das práticas discursivas, relacionados à nossa pesquisa, no tópico a seguir, discutiremos a questão do espaço, sob a égide discursiva, assim como a noção de heterotopia problematizada por Michel Foucault. Trataremos da questão da Literatura, no entanto, não temos como pretensão elencar a crítica literária e estabelecer relações com o campo discursivo. A literatura e o texto literário analisado aparecem aqui como a materialidade lingüística de um determinado período, condicionado por regularidades específicas de uma dada condição de produção que, conforme discute Fernandes (2009, p. 09):

o trabalho de leitura e interpretação de dado objeto lingüístico deve considerar a imersão em um universo discursivo marcado por instabilidades, no qual serão explicitadas as movências dos sentidos e a incompletude dos sujeito. Trata-se de buscar apreender, pelas formas composicionais dos textos e pelas múltiplas realidades histórico-sociais construídas e

reconstruídas a cada gesto de leitura, entre vários aspectos possíveis, os espaços de enunciação próprios à construção dos sujeitos e os efeitos de sentido daí decorrentes.

1.4 Espaços discursivos: Heterotopia, literatura e sociedade

Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam, a espionagem ali substitui a aventura e a polícia, os corsários e os piratas. Vivemos uma época de novos espaços e de novas piratarias, isso quer dizer que ainda podemos sonhar. (FOUCAULT, 2001)

Antes de adentrarmos nos estudos sobre o poder e sua constituição como objeto histórico-discursivo, esboçaremos a relação literatura e espaço, perpassado pela historicidade. A relação entre a AD e a literatura acontece a partir da articulação entre linguagem e história, sabendo que ambas possuem uma dimensão discursiva. Como propõe Fernandes (2012, p. 16), “o discurso, considerado como objeto de investigação, constitui-se de conflitos próprios à existência de tudo, que tem vida social”. Diante disso, podemos considerar as diversas materialidades discursivas, como o texto literário, e a implicação das condições históricas e sociais presentes em seu processo de criação.

A indagação acerca dos processos de construção discursiva de um texto literário encontra, na Análise do Discurso, um possível caminho que possibilita outras possibilidades analíticas. O literário, nessa acepção, configura-se como espaço de manifestação de discursos, produzidos historicamente. Conceitos como o de discurso, história, efeitos de sentido e sujeito, dentre outras noções relativas à AD, contribuem como forma de observarmos o momento histórico-social de produção de uma obra literária e nos auxilia na apreensão dos discursos que são próprios e constitutivos de um dado texto literário. O modo como o sujeito se insere na sociedade de seu tempo e o regime de determinadas condições de produção, influenciam na linguagem e, assim, na representação literária. Se considerarmos que sujeito é “filho de seu tempo [...] não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época”. Do mesmo modo, conforme nos ensina Veyne (2011, p. 179), podemos dizer que uma obra literária está também vinculada ao momento histórico de sua produção, demonstrando os laços que unem discurso, sujeito e história.

O texto literário, tomado como materialidade de diferentes discursos, permite a articulação e a problematização da relação entre linguagem e história, de modo que tomar o texto literário como objeto de análise de discurso implica problematizar qual (is) discurso(s)

nele se materializam, nele circulam e nele produzem sentidos. Dessa forma o batimento entre a AD e a literatura se dá na mobilização de conceitos e métodos de análise “sobretudo quando passam, por exemplo, a problematizar a articulação entre linguagem e história, texto e outros textos, o texto e suas condições de produção, e a literatura enquanto espaço de materialização de diferentes discursos”, como aponta Fernandes Júnior (2014 p. 164,).

A literatura também foi campo de estudos para Michel Foucault, de forma que ela “opera, nos textos de Foucault, como instigadora de construções que desprendem certas metaforizações” (GAMA-KHALIL, 2009, p. 286). Foucault muito contribuiu para os campos de pesquisa que tomam como objeto de estudo a linguagem. Seja para a Linguística ou para a Literatura, muitos foram os conceitos elencados por ele, como as noções de autoria (função autor), prática discursiva, poder, processos de subjetivação, espaço, determinantes para a constituição do sujeito no texto literário. Conforme aponta Fernandes Júnior (2014, p. 164) , os estudos foucaultianos “têm sido de enorme relevância para a leitura do texto literário enquanto prática discursiva, atravessada por um domínio de memória e constituída por uma rede de regularidades e dispersões”.

Poucos são os estudiosos que se dedicaram ao estudo da relação AD e Literatura¹³. Gama-Khalil, por exemplo, no texto “O lugar teórico do espaço ficcional nos estudos literários “(2010) a autora discute acerca da conferência *Linguagem e literatura*¹⁴ realizada por Michel Foucault, sendo possível verificar que, por muito tempo, a literatura estava inclinada mais para “o tempo por acreditar no parentesco da linguagem com a temporalidade” (GAMA-KHALIL, 2010, p. 214), uma vez que a produção literária “restitui o tempo a si mesmo, pois ela é escrita e, como tal, vai-se manter no tempo e manter o que diz no tempo” (GAMA-KHALIL, 2007, p. 167). Entretanto, de acordo com Foucault, e como descreve a autora, “a existência do signo é de ordem muito mais espacial do que temporal” (GAMA-KHALIL, 2007, p. 214). Nesse sentido, Foucault, citado por Gama-Khalil (2007, p.168) justifica a importância da espacialidade, considerando que “de modo geral, só há signos significantes, com seu significado, por leis de substituição, de combinação de elementos, por conseguinte, em um espaço”.

As questões políticas, sociais, econômicas e culturais são imprescindíveis para a compreensão/estudo de qualquer modelo de sociedade, e estão extremamente relacionadas às questões espaciais. Foucault tratou da noção de espaço, colocando-o como um tema social,

¹³ Para mais aprofundamentos, consultar “Análise do Discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas”, organizado Fernandes, Gama-Khalil e Alves Júnior.

¹⁴ Conferência pronunciada por Michel Foucault em Bruxelas, nas *Facultés Universitaires Saint-Louis*, em 1964.

relacionado às posições ocupadas pelo sujeito. Em *Outros Espaços* (2001), conferência proferida por Michel Foucault em 1967 e publicada em 1984, o autor discorre sobre as dicotomias dos lugares, da questão demográfica e a sacralização desse, o que redundou na conceituação do espaço.

De acordo com Foucault (2001), é preciso refletir sobre os espaços e as perspectivas disciplinares que ele agrega. Em suas pesquisas, o filósofo tratou de diferentes modos as categorias espaciais, desde os espaços disciplinares como a escola, o manicômio, o hospital, a prisão, até os espaços de lutas e resistência às normas e à lei, o que chamou de heterotopias. Foucault relacionou o espaço ao dinamismo da sociedade, às mudanças, aos confrontos e ao surgimento de novas representações. Ele se interessou pela ideia de heterotopia, ao procurar uma forma de classificação espacial que valorizasse a presença de múltiplas representações conflitantes em uma mesma área.

Também há, e isso provavelmente existe em todas as culturas, em todas as civilizações, lugares reais, lugares efetivos, lugares que estão inscritos exatamente na instituição da sociedade, e que são um tipo de contra-espaços, um tipo de utopias efetivamente realizadas nos quais os espaços reais, todos os outros espaços reais que podemos encontrar no seio da cultura, são ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, tipos de lugares que estão fora de todos os lugares, ainda que sejam lugares efetivamente localizáveis. Esses lugares, porque são absolutamente diversos de todos os espaços que refletem e sobre os quais falam, eu os chamarei, por oposição às utopias, de heterotopias (FOUCAULT, 2001, p.19).

Ao discutir o conceito de heterotopia, o autor considera que a linguagem perpassa e cruza o espaço, espaço que implica discurso, logo, a constituição dos sujeitos. As heterotopias promovem certa inquietação por se tratarem de um lugar em que a nomeação e a definição não nos levam a um espaço de percepção, se essa concepção for comparada à noção de utopia, pois esta é definida como “a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais” (FOUCAULT, 2001, p. 20).

Para conceituar heterotopia, Foucault destaca cinco princípios: a) possui manifestação variada, sofrendo modificações relacionadas à sociedade e a épocas que aparecem, ou seja, toda cultura no mundo constitui heterotopia; b) movências constantes, os funcionamentos das heterotopias são diferentes para cada uma e sofrem mudanças na história; c) a justaposição espacial, ou seja, em um mesmo lugar real podem ser verificados diferentes espaços e posicionamentos contrários; d) possui ligação com recortes temporais (heterocronias); e e)

“supõem um sistema de abertura e fechamento que, simultaneamente, as isola e as torna penetráveis” (FOUCAULT, 2001, p. 86).

Destarte, Foucault definiu heterotopia como o oposto de utopia, ou seja, enquanto a utopia é, diz respeito a um “espaço irreal” (imaterial) que atravessa todos os outros, promovendo um arranjo harmônico, a heterotopia é um espaço concreto no qual todas as representações se encontram presentes, causando contestações, fragmentações e inversões de regras devido aos seus conflitos.

Em *Às margens d’O Mediterrâneo*: Michel Foucault, historiador dos espaços, Albuquerque Júnior (2008) relata sobre a nova maneira de fazer história, desenvolvida por Foucault, tomando o espaço como o tema central da pesquisa historiográfica. Foucault, ao contrário de Braudel, buscava uma releitura espacial, procurava uma história móvel, de curta duração, que se preocupava com os acontecimentos e reprimisse o sujeito, colocando em evidência a subordinação dada pelos “ditames das estruturas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 95), ou seja, pela regularidade discursiva.

Braudel optou por uma “história de reconhecimento de uma identidade, de uma continuidade entre passado e presente, a história que projeta para o passado o mesmo rosto do tempo presente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 97). Em contraponto, Michel Foucault trata a história e a noção de espaço pelo viés do descontínuo¹⁵.

Para Albuquerque Júnior (2008, p. 100), Braudel é aquele que recorre a um refúgio seguro, o Mediterrâneo, ao passo que Foucault “foge de reencontrá-lo”. Os textos de Foucault evidenciam a diferença no modo de pensar a história. O autor deixa claro que, ao contrário dos historiadores tradicionais, Foucault trata de problemas recorrentes de um determinado momento e não de períodos recortados, problematiza problemas associados aos espaços da prisão e da aplicabilidade de punição, como o faz em *Vigiar e Punir* (1999) e em outras discussões. Para tanto, na concepção foucaultiana, a história não pode estar limitada a acidentes ou processos cíclicos de um determinado momento, deve visualizar problemas e detectar possíveis oscilações, assim, “as análises dos espaços feitas por Foucault têm sempre como preocupação a dimensão política dos espaços, de seus recortes, de suas classificações, de seus domínios, de suas partições” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 104).

Nas obras de Foucault, a noção de espacialidade é recorrente e se refere às construções históricas, políticas e de poder, atentando, também, para a forma como o espaço e seus

¹⁵ O deslocamento acompanha Foucault, não somente ao tratar da historicidade e espacialidade, como também na vida pessoal, em sua trajetória de viagens, exílios e moradias em outros países. Até mesmo a questão da sexualidade interpela o autor, que vive em um “não-lugar”.

dispositivos de poder exercem sua produção e nos subjetivam, de forma que nos fazem questionar a responsabilidade sobre o social, instigando-nos a repensar sobre a constante (re) produção do poder, da censura, da interdição e do silenciamento. Enfim, os espaços são constituídos por nós/em nós e são fundamentais na nossa constituição. Referente ao *corpus* da pesquisa, interessa-nos observar o regime totalitário e suas instâncias disciplinares como um espaço discursivo em que estão presentes dois espaços heterotópicos, um normativo e outro de desvio. No primeiro, o sujeito é condicionado e, em caso de transgressão, é inserido num espaço de reconfiguração, uma vez que se desviou do padrão estabelecido.

Sobre o conceito de espaço, em outra perspectiva, deparamo-nos com os estudos de Borges Filho (2007), que nos alertam sobre o alcance dos estudos espaciais e a possibilidade desse conceito ser tratado sob uma diversidade de abordagens. O contexto sócio-histórico e cultural envolve enunciações e discursos situados em determinados momentos históricos, que possibilitam a articulação do espaço relativo ao texto literário. O poder sugere os espaços institucional, social, pictórico, natural e de disputas (denominados territórios), como se observa, são diversas as acepções de espaço, que são trabalhadas tanto no âmbito literário como no discursivo.

Pensar na questão da espacialidade, tanto para a AD como para a literatura, é de extrema importância, uma vez que, conforme proposto por Borges Filho (2007), o espaço físico nos auxilia no mapeamento das relações com o outro, além disso, o autor discute que é por meio da literatura e questões espaciais que se pode investigar “o homem e suas relações com o mundo” (BORGES FILHO, 2007, p. 13) demonstrando, assim, a exterioridade própria do espaço e a sua intervenção em nossa constituição.

Assim, tanto no campo literário como no discursivo, o espaço é o resultado e a condição da totalidade das relações sociais, é um atravessamento de modos de relação e de sociabilidade, sejam eles pré-determinados ou não. “A noção de espaço na Análise do Discurso não se refere propriamente a um espaço físico, mas sim a um espaço sócio-histórico, no qual os sujeitos se inscrevem ao produzirem suas enunciações” (FERNANDES, 2012, p. 38). Há, da parte do sujeito, a possibilidade de resistência e não-aceitação do que é dado, pois o espaço é atravessado pela subjetividade, pelos significados, afetos, por aquilo que construímos dele/nele.

1.5 Condições de produção: O “de fora”

A Análise do Discurso é constituída por (re) leituras de conceitos advindos de outros campos teóricos, situando-se na relação entre o linguístico, enquanto materialidade, e o histórico, tomado enquanto processo que condiciona os efeitos de sentidos e as filiações semânticas. Ao propor trabalhar com o “externo” à língua, a história é “ressignificada”, uma vez que a historicidade está interligada ao conceito de condições de produções, noção que possibilita o surgimento, a circulação e a validação de discursos. Dessa forma, buscaremos explicitar o pano de fundo sócio-histórico que possibilitou o surgimento do romance *1984*, considerando que são os fatores históricos que condicionam a constituição da análise discursiva dessa obra literária.

O discurso se estrutura em um espaço entre a Linguística e os estudos voltados para a sociedade e nos permite trabalhar em busca dos processos de produção de sentido e de suas implicâncias histórico-sociais, promovendo, assim, o reconhecimento de uma historicidade inscrita na linguagem, por isso não nos é permitido pensar na existência de um sentido literal, haja vista a opacidade da língua. Dessa forma, passa-se a entender a linguagem enquanto produção social, considerando-se a exterioridade como constitutiva, na qual o sujeito deixa de ser centro e origem do seu discurso para ser entendido como uma construção heterogênea e histórica. Destarte, a AD toma os processos e as condições por meio das quais se produz o discurso e o coloca em evidência.

O discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, remetendo e tomando como objeto a interdiscursividade e as redes de memórias que produzem sentidos. Como aponta Gregolin (2007), o discurso possui uma materialidade que é inseparável do acontecimento, assim, todos os objetos textuais, considerados enquanto enunciados, portanto, discursos, devem ser encarados como acontecimento discursivo, uma vez que acontecem em um dado momento histórico, em dadas condições de produção e estão inseridos em uma “ordem do discurso”.

O discurso ganha um novo sentido mediante o momento histórico em que é acionado por determinadas práticas discursivas e pode, portanto, receber modificações e/ou reconfigurações a cada nova apropriação e produzir significações variadas, dependendo do modo como determinados objetos serão acionados e/ou transformados na história. Dessa forma, podemos pensar o acontecimento como o próprio conjunto das condições que tornam um discurso possível e estabelecer um vínculo com a noção de história e com Foucault, que nos faz compreender as condições históricas (aspectos relacionados à história e questões sociais) que possibilitaram a emergência de um dizer em um dado momento e lugar.

As condições de produção do discurso estabelecem forte relação com a noção de poder e com o lugar ocupado pelo sujeito do/no discurso e nos levam a acreditar que a força do discurso de um sujeito é determinada pela sua posição social e pela formação discursiva em que ele se insere.

[...] se uma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1997, p. 161, grifos do autor).

Segundo Pêcheux, os sujeitos acabam revelando, em seus discursos, marcas dos lugares que ocupam, e esta noção, também trabalhada por Foucault, é de grande relevância para os estudos da Análise do Discurso. As condições de produção que determinaram formas de produção materiais da sociedade exercem uma importância acentuada para com o campo da literatura, ou de outras produções, uma vez que os processos de legitimação das práticas discursivas determinam o produto e sua regularidade, própria de uma formação discursiva e de um momento histórico. Pensando numa produção literária, poderemos encontrar as condições de possibilidade de discursos controlada pela “vontade de verdade” característica de dada época.

Tomando os pressupostos de Pêcheux, discutidos em “Discurso: estrutura ou acontecimento” (1997), podemos dizer que o discurso pressupõe o sujeito, por meio das condições históricas da produção discursiva de sua enunciação. O momento histórico-social de cada época apreende os vários discursos que são próprios e constitutivos de cada período.

Michel Pêcheux (1969), em *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, define o que são as condições de produções de um discurso, reformulando o esquema informacional da comunicação proposto por Jakobson (1963). No modelo comunicacional formulado por Jakobson, temos a ideia de mensagem, designada por um destinador (A) e um destinatário (B), em um contexto em que ambos estão empregados apenas para transmitir informações sem sofrer “interferências”. Pêcheux propõe o discurso, substituindo o que era nomeado por mensagem, explicando que este “não se trata necessariamente de uma transmissão de informações entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1969, p. 8). Há um distanciamento da proposta do autor da teoria da

comunicação (emissor, receptor, código, referente e mensagem) em relação à mensagem, uma vez que, na Análise do Discurso, não se trata apenas da transferência de uma mensagem, pois esta implica as relações do sujeito com a sociedade, com os aspectos históricos, alterando, portanto, os efeitos de sentido que podem ser produzidos entre os interlocutores.

Na mesma obra, Pêcheux elucida que sujeito não é sinônimo de indivíduo, conforme proposto por Jakobson, indicando que, para a AD, o sujeito é projetado no discurso e pela posição ocupada. Conforme o autor, essas projeções são concebidas como imaginárias, constituídas a partir das posições A e B, e também dependem de condições históricas. Não se trata, enfim, de sujeitos empíricos e realidade física, mas de representações: “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1969, grifos do autor). Assim, podemos verificar que há regras de projeção, marcadas pelas situações definidas e as posições, enquanto representação de tais regras, pois, “todo processo discursivo [supõe], por parte do emissor, uma *antecipação das representações do receptor*, sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (PÊCHEUX, 1969, p. 84, grifos do autor) e há, também, a possibilidade do interlocutor experimentar a posição de quem diz, antecipando a resposta. Pêcheux esclarece, ainda, que o “contexto” sócio-histórico-ideológico e a situação (o contexto imediato da fala) fazem parte do que ele designa por condições de produção.

Orlandi (2012), com base em Pêcheux, conceitua as condições de produção como o contexto imediato sócio-histórico-ideológico, ou seja, os elementos derivados das formas da sociedade, que consideram os efeitos de sentido, a implicância do conceito de memória e o “já-dito” (tudo o que foi dito e é resgatado e aplicado novamente em “outras palavras”), ou seja, as palavras só significam e fazem sentido porque são atravessadas pela história e pela língua, sustentadas em um já-dito, que possibilita a inscrição do mesmo enunciado em diferentes situações, produzindo outros sentidos.

Portanto, podemos pensar em condições de produção como aquilo que condiciona o discurso, ou melhor, que possibilita o funcionamento do discurso, deixando inseridas suas marcas sociais, históricas e ideológicas. Dentro desse contexto faz-se necessário verificarmos as condições de produção, assim como as condições históricas que permitiram o aparecimento da obra *1984* de Orwell e não outra em seu lugar. “O que possibilitou, em 1949, o surgimento do romance *1984*, de Orwell?” É a indagação que nos move neste momento do trabalho, assim como é a interrogativa que nos remete à noção de condição de produção, exposta nesse tópico.

Antes mesmo de o romance *1984* ser escrito, Orwell detalhou em uma carta¹⁶, endereçada a Noel Willmet, a tese de sua obra como forma de alertar sobre a possibilidade do surgimento do totalitarismo. Tal fato ocorrera em 1944, três anos antes da escrita e cinco anos antes da publicação de *1984*. Essa carta nos permite entender como o controle social se passava a partir das reflexões do autor que, nessa época, já imaginava que um dia poderíamos ser monitorados. Nela Orwell tece, faz advertências quanto à chegada de um “momento em que se tenha necessidade de militar para colocar as pessoas de volta em seus lugares” ou “Se alguém simplesmente proclama que tudo é para o melhor e não aponta para os sintomas sinistros, este alguém está apenas ajudando a trazer o totalitarismo para perto.”

1984, romance escrito entre os anos de 1944 a 1948 e publicado em 1949, distopia que já trazia em seu título uma reflexão ficcional indicando uma previsão futurista. Obra muito lida e vista como uma crítica ao totalitarismo e ao nazifascismo na Europa, retrato de uma sociedade totalitária e totalmente repressiva, movida pela relação entre vigilância e controle. A fim de elucidar, por enquanto¹⁷, o funcionamento do controle na obra, faz-se necessário que nos atenhamos a um enunciado recortado:

Em parte a razão deste fato residia na impossibilidade dos governos do passado manterem sob constante vigilância os seus cidadãos. A invenção da imprensa, contudo, tornou mais fácil manipular a opinião pública, processo que o filme e o rádio levaram além. Com o desenvolvimento da televisão, e o progresso técnico que tornou possível receber e transmitir simultaneamente, menos cada cidadão suficientemente importante para merecer espionagem, passou a poder ser mantido vinte e quatro horas por dia sob os olhos da polícia e ao alcance da propaganda oficial, fechados todos os outros canais de comunicação. Existia pela primeira vez a possibilidade de fazer impor não apenas completa obediência à vontade do Estado como também completa uniformidade de opinião em todos os súditos. (ORWELL, 2005, p. 87).

Pensando no momento histórico de criação dessa obra de Orwell, deve-se considerar o momento pós-guerra. Em *1984: A distopia do indivíduo sobre controle*, Pavloski afirma que Orwell participa ativamente da Guerra Civil Espanhola, alistando-se no lado republicano e filiando-se a um partido político de base marxista antistalinista, porém é gravemente ferido e tem de se retirar do campo de batalha. Assim:

¹⁶ Anexo 1.

¹⁷ Nesse momento o recorte e breve análise são utilizados para elucidar o funcionamento do controle na obra ficcional de Orwell, relacionado às condições de produção da obra. O capítulo 3 está reservado para as análises discursivas do texto.

Esse infeliz incidente na Espanha parece-nos essencial para a solidificação da perspectiva crítica do autor, que redonda na escrita de 1984 quase dez anos depois, sendo importante salientar que a obra representa uma crítica aguda a estruturas políticas totalitárias de todos os tipos. O enredo se desenvolve numa sociedade que pratica o totalitarismo de direita, mas que ao mesmo tempo apresenta claramente características totalitárias de esquerda. As semelhanças com o regime de Josef Stalin não podem passar despercebidas. Como Stalin, o governo da Oceania reúne aspectos comuns ao autoritarismo fascista, o qual glorifica a sabedoria do líder político maior, e ao autoritarismo comunista, que prevê a incontestável eficiência do Partido. Além disso, ações governamentais como os Planos Trienais e os campos de trabalho forçado são alusões a dispositivos do regime stalinista. Não obstante o seu desejo idealista de combater os nazistas, Orwell tem o seu alistamento negado na Segunda Guerra Mundial devido à sua precária saúde, sendo forçado a trabalhar apenas como repórter para uma agência de informações britânica. Diante de sua impossibilidade física, o autor substitui a farda pela pena, dedicando-se entre 1940 e 1945 à escrita de ensaios políticos, que lhe dão o prestígio de um crítico consciente e duro (PAVLOSKI, 2005, p. 05).

A Europa acabava de sair de duas guerras e havia um lastro de destruição física, econômica e psicológica. Os países europeus tentavam se reestabelecer e, em meio à reestruturação, devido aos problemas causados pela 2ª Guerra Mundial, Orwell busca um refúgio para esboçar seus anseios e ao mesmo tempo se recuperar de uma doença que lhe afligia:

As circunstâncias que cercam o processo criativo de “1984” constroem um narrativa fantasmagórica que ajuda a explicar a desolação da distopia de Orwell. Ali estava um escritor inglês, desesperadamente doente, lutando sozinho contra os demônios de sua imaginação em uma casa escocesa localizada em meio aos resquícios da Segunda Guerra (LEITE, 2011, s/p).

Em 1945 a Europa estava se reerguendo, no entanto a vida de Orwell passa por um turbilhão de problemas. O escritor, naquele momento, revisor de livros e depois correspondente do jornal britânico *Observer*, perde sua esposa (Eileen) durante um procedimento cirúrgico. Viúvo, pai solteiro e com as finanças comprometidas, dada a situação econômica que vivia o país naquele momento, passa por períodos difíceis, indo morar de favor numa fazenda em uma ilha escocesa. Sofrendo pela tuberculose já avançada, decorrente de um intenso inverno, o autor procede com a escrita da obra. Como aponta Robert

McCrum (1989, p. 238)¹⁸: “Escrever um livro é horrível, o esforço é exaustivo. Uma pessoa jamais se sujeitaria a tal se não for dirigida por algum demônio, o qual não se pode resistir ou compreender. Esse demônio é o mesmo instinto que faz um bebê espernear por atenção”, sendo verificada a condição histórica do momento de escrita da obra.

No mesmo trabalho de McCrum sobre a produção do romance, objeto da nossa pesquisa, há relatos da indecisão acerca do nome da obra, que, num primeiro momento, seria “O último homem da Europa”, mas devido à data do término da obra, 1948, optou por 1984, um trocadilho ideal, que representava o “futuro” próximo, em sua opinião, dado pelas guerras que tinham acabado de ocorrer e que se acreditavam que não cessariam.

Em 1948, Orwell finaliza a obra e é encaminhado para um hospital especializado em tuberculose. A procura por cuidados médicos devia ter acontecido dois meses antes, mas pela necessidade de terminar o livro não o faz. Janeiro de 1949, aos 46 anos, depois de publicar uma obra-prima, reconhecida posteriormente, vem a óbito.

Destarte, conforme verificado o processo de produção da obra e o momento pós-guerra europeu, é possível observar a regularidade do discurso de Orwell¹⁹, uma vez que os enunciados que emergem do romance apontam para referências a guerras constantes, disputas territoriais e de poder, assim como outras enunciações que serão analisadas no capítulo 3, o qual destinamos à parte de análise da pesquisa. Nesse ínterim, podemos destacar a relação histórica e a produção discursiva, dentro de regularidades. Como pontuado por Michel Foucault (2007, p.50), “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”, uma vez que

¹⁸ “O livro que matou George Orwell”, texto publicado originalmente pelo semanário britânico “The Observer” e traduzido pela Revista Bula por Amanda Górski, comentado por Carlos Leite. Traz um relato sobre a criação de *1984*, a dolorosa escrita de Orwell. Disponível em <<http://www.revistabula.com/235-1984-o-livro-que-matou-george-orwell/>>

¹⁹ Há muitas obras que analisam o romance de Orwell e incitam a crítica social e política ao Stalinismo (União Soviética), o que evidencia a insatisfação do autor com a sociedade em que ele estava inserido. Outros discorrem sobre a descrença da evolução humana, em que as guerras acabariam com tudo e todos. *1984* apresenta um posfácio (em algumas edições, como a utilizada por nós- 2005: Companhia das Letras) em que alguns críticos tecem comentários acerca da obra, para Eric Fromm “1984, de George Orwell, é a expressão de um sentimento, e é uma advertência. O sentimento que expressa é de quase desespero acerca do futuro do homem, e a advertência é que, ao menos que o curso da história se altere, os homens do mundo inteiro perderão suas qualidades mais humanas, tornar-se-ão autômatos sem alma, e nem sequer terão consciência disso”. Pavloski também trata da relação vida e escrita de Orwell, enfatizando sua infância e experiência com o autoritarismo desde criança: “A experiência dos seis anos que Orwell permaneceu em St. Cyprian [escola preparatória extremamente rígida] se manifesta em outros aspectos de sua obra distópica, especialmente em relação ao protagonista Winston Smith. É possível perceber em *1984* um certo grau de infantilização ao qual estão expostos todos os indivíduos. O condicionamento psicológico e físico imposto pelo regime totalitário não só automatiza os sujeitos, mas também os obriga a viver num constante estado de terror sustentado por regras rígidas e por violentos dispositivos punitivos. (...) Além disso, é possível estabelecer relações entre o ambiente de St. Cyprian, descrito num ensaio chamado *Such, Such Were the Joys*, publicado somente em 1953, e o espaço ficcional de *1984*. Ambos são descritos como sujeitos, decrépitos e degradantes” (2005, p.03).

os discursos são cerceados, interditados, silenciados, ou seja, são regulados por um determinado acontecimento discursivo, por meio dos enunciados.

CAPÍTULO 02- DA HISTÓRIA À DISCIPLINA: EMERGÊNCIA DISCURSIVA DO PODER EM 1984

2.1 Documento X monumento: Uma questão histórica e descontínua

Desde os textos fundadores da Escola dos Annales que invertemos a relação entre o passado e o presente e o conecta a nossa vida, com as suas problemáticas; o passado, como a História, é uma invenção do presente, embora ancorada nos signos deixados pelo passado. Passado que está longe de estar morto, de estar acabado, passado que é parte do próprio presente, no rio, como na História, águas passadas movem moinhos e destinos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 33)

A historiografia toma novos rumos após a constatação de algumas deficiências e alterações necessárias quanto a questões da vida social, questionando os aspectos culturais, os costumes, os rituais, o imaginário, entre outros. A então nomeada “Nova História” passa a estudar novos problemas a partir da elaboração/percepção de novos objetos que questionam a continuidade da história, abandonando a busca pela origem e a verdade factual. Busca-se “não mais a representação de um fato cuja verdade essencial pode ser desvendada pelo emprego do método correto, fato cuja realidade objetiva pode ser desvelada” (ALBUQUERQUE, s/d p. 03).

Em *História e Memória* (1996), Jacques Le Goff tece reflexões e considerações acerca do conceito de história. A definição de história, para o autor, é uma forma de imortalização da memória coletiva por meio de monumentos e documentos. O monumento aponta para a “herança do passado”; o documento se vincula à escolha do historiador e pelo modo como passa a interpretá-lo (LE GOFF, 1996, p.535). Assim, podemos verificar que o conjunto de documentos e informações de um determinado período não retrata uma história factual, uma vez que pessoas, geralmente historiadores, selecionaram o que documentar, o que registrar, deixando informações à deriva, intervindo no produto final tomado como história/verdade.

Le Goff (1996) trata da “dicotomia” documento-monumento, estabelecendo reflexões nas quais o monumento é tratado como material historiográfico de valor contestável e o documento, material escrito, tomado como testemunho neutro do fato histórico, logo, o monumento é material parcial e o documento imparcial, de acordo com a vertente proposta pela história tradicional. No entanto, com a História Nova, o autor altera esse paradigma

quando afirma que todo documento é monumento, pois é tomado como produto parcial e histórico. Assim,

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

Com isso, o historiador afirma que o documento não pode ser considerado como verdade universal, pois resulta da montagem de uma época, ou de recortes históricos, configurando “vontades de verdade” ligadas às condições históricas e ao ponto de vista daquele que o produziu. Tais pontuações geraram certa inquietação no modo de ver a história e seus “produtos”. Nessa acepção, o registro da cultura vai além da escrita e se buscam vestígios, restos ósseos (fósseis), paisagens, habitações, enfim, tudo o que resgata, de forma ressignificada, e apresenta vestígios culturais, inclusive o museu é considerado como espaço da memória. Tal questão pode ser observada, se tomarmos um enunciado de 1984, quando problematiza o passado: “Tudo se fundia na névoa. O passado era raspado, esquecida a raspagem, e a mentira tornava-se verdade. Apenas uma vez na vida possuíra - depois do acontecimento: era o que importava - prova concreta, inegável de uma falsificação”. (ORWELL, 2005, p. 36). Esse trecho destaca a função que Winston ocupava no Ministério da verdade. Ainda sobre esse recorte da obra, é verificada e posteriormente admitida a questão do palimpsesto, reafirmando que a história pode ser rasurada e reescrita.

A corrente historiográfica a que Foucault se filia, a Nova História, promove um impacto nesse campo do saber, alterando não só os objetos de estudo histórico ou a dicotomia documento/monumento, mas questionando a verdade dos documentos, tratando o historiador como “ingênuo”. Nesse sentido, Le Goff é encarado como um provocador, um autor que problematiza os conceitos estabelecidos, principalmente no que se refere à verdade, pois se o documento é uma mentira, então, existem várias mentiras ou nenhuma verdade. A partir destas pontuações, segundo Le Goff (1996), o historiador é tomado como sujeito histórico e a dicotomia documento/monumento passa a ser considerada como produto daquele que a produz, sendo, portanto, dotado de posicionamento, consciente ou não, do sujeito que o aciona. Assim, devemos considerar o documento como recorte do historiador e resultado de uma interpretação, haja vista que ele diz tudo e não diz somente a verdade, pois o material histórico é construção, manipulação e recorte da história. Destarte, o que sobrevive do

passado, não é apenas o que existiu nele “mas uma escolha efetuada, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1996, p. 535).

Tratando dessa relação histórica e discursiva, em *Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade* (2004), organizado por Vanice Sargentini e Pedro Navarro, verificamos aspectos fundamentais do filósofo Michel Foucault, articulados à “dicotomia” saber-poder, materializados e manifestados discursivamente. Na perspectiva adotada pelos autores, a teoria das condições de emergência dos saberes e dos dispositivos de exercício do poder foi tomada enquanto objeto de estudo, não tendo em vista a pessoa de Foucault, geralmente, rotulado como historiador da descontinuidade, ou o autor que matou o homem, o filósofo das genealogias e subjetividades, e outras adjetivações que lhe são atribuídas.

Uma das propostas da obra supracitada é situar o filósofo dentro do campo dos estudos linguístico-discursivos, por meio do conceito de práticas discursivas relacionadas às questões históricas, tomando “o discurso como objeto [que] deve considerar o modo como historicamente efetua-se o cruzamento entre os regimes de práticas e as séries enunciativas dispersas e heterogêneas” (NAVARRO; SARGENTINI, 2004, p.12).

Sargentini (2004), em *A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo*, elenca a relação da história com a noção de descontinuidade, proposta por Foucault, e a relação destas com o conceito de arquivo, propondo um caminho de estudo do discurso calcado na articulação entre a história e o discurso.

Em um primeiro momento, a autora destaca que a história tradicionalmente é tratada de forma diacrônica, tomada como sequência de fatos, marcada e encadeada cronologicamente, tendo como objeto de estudo o homem. Tece, assim, uma crítica à história cronológica e ao estruturalismo, que após longo percurso dos estudos historiográficos, e com as problematizações da Escola dos *Annales*²⁰ sofre uma desestabilização, a declinar a história de sua concepção tradicionalista para outra em que passa a ser reconhecida enquanto ciência em construção.

²⁰ A Escola dos *Annales*, como proposto por Peter Burke (1997, p.17), promoveu uma revolução na historiografia, derrubando a história velha (a história metódica, positivista, ensinada no 1º e 2º grau), propondo uma reestruturação em tal ciência, renovando objetos, métodos, propondo novas formas temporais, que não lineares, entre outras mudanças. Para melhor aprofundamento, consultar o texto *A nova história e a história cultural*, de Valdeci Borges, publicado no livro *História e Linguagens: literatura, música, oralidade, cinema*, organizado por Regma Maria dos Santos (2003).

Mais tarde, na terceira geração da Escola dos *Annales*, novamente o conceito dessa disciplina é ressignificado e incorporado “no interior de sua heterogeneidade e como uma fragmentação do real” (SARGENTINI, 2004, p. 85) implicando, assim, questões culturais e sociais, marcadas por relações de poder e pela não linearidade histórica. Nessa nova etapa de investigação, os historiadores consideram que não é possível chegar à irrupção de um acontecimento em sua dispersão temporal, pois, de acordo com a descontinuidade, a história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o “descontínuo em nosso próprio ser” (FOUCAULT, 2007, p. 28, grifos do autor.).

Michel Foucault e os historiadores da Nova História redimensionam procedimentos da análise historiográfica e propõem uma nova concepção de história e análise histórica dos discursos:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOUCAULT, 2007, p. 7).

A proposta de Foucault, anunciada acima, consiste em desestabilizar a ideia de continuidade, de história factual, propondo o estudo das descontinuidades, daquilo que escapa às análises totalizadoras, caracterizadas por rupturas, cortes, as séries, etc. Com essa intervenção da *Escola dos Annales*, podemos considerar que o objeto de estudo da História e da Análise do Discurso passa a ser compartilhado: o discurso. Assim, Foucault problematiza a emergência de objetos e de verdades numa dada condição histórica, atravessados por uma regularidade enunciativa e não por fatos, como proposto pela história tradicional.

[...] a história, é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia- para a descrição intrínseca de monumento (FOUCAULT, 2007, p. 8).

Michel Foucault problematiza a relação entre documentos e monumentos, considerando as questões propostas pelos *Annales*, que consistiam na mudança da abordagem e reflexão dos problemas mediante a sociedade e seu tempo, principalmente no que se refere ao pensamento do descontínuo, do corte, da série, ou seja, daquilo que foge às totalidades generalizadoras e às relações de causa e efeito, à linearidade, estabelecendo, desse modo, a relação história/monumento.

O filósofo discute o conceito de história, marcando a diferença entre história tradicional e história nova. Enquanto a primeira busca os acontecimentos em uma perspectiva evolutiva, numa rede causal entre espaço e tempo, ou seja, numa continuidade, a segunda rompe com essa linearidade causal/evolutiva e, para tanto, propõe o conceito de descontinuidade como termo operatório, marcado pela dispersão, que faz aparecer “uma história da constituição dos saberes que leva em conta o fato de um determinado objeto receber significações diferentes conforme a época e as práticas em que ganha existência” (NAVARRO, 2004, p.103).

No texto *O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história*, Navarro (2004) trata abordagens e contribuições foucaultianas para tratar da relação História/Discurso, articulando o conceito de história à noção de sujeito, o qual, ao contrário do que estava estabelecido, não é tomado como a origem ou o centro de seu discurso. Segundo o autor, Foucault gera muita polêmica ao declarar a “morte do homem” na condição de sujeito agente e consciente de sua história, tomando o homem como existente, somente, perante uma ciência, ou seja, “o homem só é efetivado pelo o que ele é, produz e diz” (NAVARRO, 2004, p. 105). Desse modo, Michel Foucault passa a analisar a “constituição do sujeito na trama histórica da qual participa, bem como sobre os mecanismos e estratégias empregados pelas diversas práticas discursivas para instituir e legitimar processos de subjetivação” (NAVARRO, 2004, p. 107).

A proposta genealógica, fundamentada na questão histórica, vai além de narrar um determinado evento, ocorrido em um determinado período e, como critica Foucault, “os historiadores procuram, na medida do possível, apagar o que pode revelar, em seu saber, o lugar de onde eles olham, o momento em que eles estão, o Partido que eles tomam” (FOUCAULT, 2007, p.19). Na percepção do autor, a história interpreta o devir da humanidade e estabelece regras próprias de cada período, por isso, a não estabilidade da verdade (não há uma verdade fixa/eterna), em que a verdade é entendida como “um conjunto

de procedimentos, regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados (FOUCAULT, 2007, p.11), considerando que

A verdade é desse mundo; ela é produzida nele graças a múltiplos constrangimentos, e nele possui efeitos regulados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral da verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que são encarregados de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2006, p.158).

A verdade, além da referência ao contexto histórico e às condições de produção que possibilitaram tal discurso, evoca uma ligação com os sistemas de poder, fazendo com que sejam reproduzidas as relações de poder dentro de um determinado “regime de verdade” e, ao falar dos regimes de verdade, Michel Foucault coloca em questão não a existência da verdade, mas a neutralidade, promovendo uma certa desconfiança, promovendo, inclusive o questionamento das ciências, da história e do nosso conhecimento sobre a verdade. Dessa forma “Foucault destaca nossas relações com a verdade que, por sua vez, diz respeito aos próprios sujeitos, que se constituirão em relação com a verdade ao mesmo tempo em que a produzirão” (CÂNDIDO, 2013, p. 44).

Assim, pensar a noção de história e verdade em Foucault é estabelecer uma desconstrução e considerar o descentramento do homem, que exclui o antropocentrismo, estabelecendo uma relação de descontinuidade que, através dos saberes discursivos (científico, tecnológico, social, religioso, institucional, etc.) não obedece a uma lógica linear.

A partir desses estudos e de *A Arqueologia do Saber* (2007), surge a noção de prática discursiva, que se filia à noção de discurso como acontecimento discursivo, ou seja: “Considerar o discurso como acontecimento discursivo significa abordá-lo na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas.” (NAVARRO, 2004, p.108).

Pensando no discurso enquanto acontecimento discursivo, podemos verificar o funcionamento do sujeito dentro desse processo, uma vez que esse funciona pelo discurso, em outras palavras, o discurso é o que determina o que o sujeito pode dizer, afinal, “o sujeito não preexiste ao discurso, ele é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de que modo” (NAVARRO, 2004, p. 113).

Logo, o que Foucault propõe é analisar os discursos e as regras (as regularidades discursivas) que os governam em seu caráter de acontecimento discursivo, uma vez que, embora a materialidade linguística de um enunciado seja semelhante ou até mesmo repetida, essa materialidade não será a mesma, não terá o mesmo efeito, devido às condições de produção, ou seja, o acontecimento não é repetível. Dessa forma, Foucault e historiadores da Nova História, tais como Le Goff, Roger Chartier, Michel De Certeau, dentre outros, concebem sobre os documentos que “um mesmo fato histórico pode ser contado de diferentes pontos de vista, porque o autor do texto histórico – como na literatura, ou no texto científico – é apenas e sempre, efeito construído pelo discurso” (GREGOLIN, 2007, p. 166).

Paul Veyne (2008) tece pontuações acerca da história e da obra de Michel Foucault, considerando que todos os discursos são *a priori* históricos, mesmo que não percebamos. O termo *a priori histórico* é utilizado por Michel Foucault e discutido em *A Arqueologia do Saber* (2007). De acordo com o *Vocabulário de Foucault* (2009), “O ‘a priori histórico’] não designa condição de validade dos juízos, nem busca estabelecer o que torna legítima uma asserção, mas sim as condições históricas dos enunciados, suas condições de emergência, a lei de sua coexistência com outros, sua forma específica de ser, os princípios segundo os quais se substituem, transformam-se e desaparecem. (CASTRO, 2008, p. 21).

Veyne (2008) discute a singularidade dos discursos, relacionando-a à questão da verdade, uma vez que o singular faz com que não seja possível refletir fielmente o objeto para o qual se remete. Logo, para esse autor, cada discurso é verdadeiro no seu tempo e esse é o destaque na teoria foucaultiana acerca da historicidade: o estudo sobre a verdade no tempo, tomando-o de forma fragmentada, descontínua. De acordo com Veyne, Foucault contraria a tomada filosófica da análise do ser com o mundo e preza a relação do homem e os discursos produzidos por eles em diversas épocas, ou seja, “ele parte da história, da qual recolhe amostras [...] para explicitar o discurso e inferir dela uma antropologia empírica” (VEYNE, 2008. p. 19).

Destarte, a história aparece como requisito necessário à constituição da literatura e da AD, e, sofrendo tal atravessamento, Foucault e autores da vertente da “Nova História” contribuem para modificar o entendimento do que seja a história, a partir de novos pressupostos, tal como elencamos anteriormente. Uma dessas propostas consiste em desestabilizar a ideia de continuidade, propondo pensar em descontinuidades, sendo esse um dos eixos fundamentais dos estudos foucaultianos no campo histórico.

Para estabelecer uma relação entre história e discurso, discutiremos, no tópico a seguir, acerca dos procedimentos de controle do discurso, que regulam a prática discursiva,

assim como a subjetividade e relações de poder, considerando o que possibilitou a compreender a produção dos discursos e seu aparecimento em determinado momento, assim como o espaço das possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação.

2.2 Procedimentos de controle do discurso

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2006) discorre sobre a regularidade e a organização da produção de discursos em todas as sociedades, evidenciando os procedimentos exteriores de controle (interdição, separação/rejeição e a vontade da verdade), assim como os procedimentos internos de controle (comentário, autoria e disciplina), que delimitam e impõem regras sobre o que se pode ou não dizer.

A produção e a circulação dos discursos são regidas por procedimentos que visam ao seu controle. Há certas regras que determinam o que está e o que não está autorizado a circular, a relação do discurso com as relações de poder que, conforme aponta Foucault, “está na ordem das leis” (FOUCAULT, 2006, p. 07). Por esse motivo, o discurso é controlado, selecionado, organizado e reproduzido por “procedimentos que têm por objetivo conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar seu peso, sua temível materialidade” (FOUCAULT, 2006, p. 09).

Na fase genealógica, Foucault aprofundou suas pesquisas acerca da relação poder-saber, estudando, principalmente, a tecnologia de poder sobre os corpos no espaço prisional, no campo da sexualidade ou no campo de uma ética de si, por exemplo. O autor tomou o enunciado como malha de poder que existe nas relações entre os sujeitos e está presente no cotidiano. Seguindo essa linha de raciocínio, Fernandes (2012), a partir de Foucault, no livro *Discurso e sujeito em Michel Foucault*, buscou apresentar as regras e os dispositivos que regulam o discurso, considerando os procedimentos de controle externos e internos, além de abordar cada um especificamente.

Os procedimentos de controle externos têm como função regular os discursos e estão divididos em três categorias, como propõe Foucault e discute Fernandes (2012): a) interdição - relativo à autorização para se falar de um determinado lugar e ser validado; b) separação/rejeição - atua buscando impedir a circulação dos discursos nos mesmos espaços; e c) a vontade de verdade - aquele que rege os demais procedimentos e determina a aplicação do saber em uma sociedade (admite um *status* de validade/verdadeiro).

Quanto à interdição, Foucault se refere à liberdade do dizer, relacionada ao lugar de fala, logo, à posição assumida pelo sujeito, estabelecendo sua relação com o poder. A questão

da razão e da não razão, também tomada por separação/rejeição em alguns autores, liga-se ao espaço em que os discursos circulam e podem alcançar *status* de validade. A título de exemplificação, no caso de enunciados retirados do nosso *corpus* de estudo, um simples proles que percebe algumas “inconsistências” no sistema governamental imposto, terá seu discurso validado, no entanto será apontado como transgressor/rebelde. E o terceiro aspecto, relacionado aos procedimentos controladores do discurso, diz respeito à verdade. Relativamente ligada ao desejo, a verdade é estabelecida por aquele que exerce o poder. Como exemplo, podemos considerar o totalitarismo presente em *1984*, em que somente os discursos a favor do governo/partido poderiam circular e ser tomados como verdadeiros.

De acordo com Foucault (2006, p.12), “em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos”. E esses procedimentos, como já apontado, dividem-se em internos e externos.

Como trata Foucault, os procedimentos internos são exercidos pelos próprios discursos, controlando-os, de modo que esses “procedimentos que funcionam sobretudo enquanto princípios de classificação, de ordenamento, de distribuição” (2006, p. 06). “Os procedimentos de controle internos estão divididos em cinco categorias: a) autoria - considera que o autor não é o indivíduo que escreve, é aquele que consegue reunir as “vozes sociais, históricas e ideológicas” (FERNANDES, 2012, p. 49) numa dada produção; b) disciplinas - conjunto de métodos que controlam a produção discursiva e mantêm relação com a regularidade e a verdade; c) comentário - trata da reformulação, que consiste em retomar, comentar, modificar um texto anterior; d) ritual - autorização para se falar de um lugar, dentro de uma determinada ordem; e e) Doutrinas - a aceitação das regras sociais e históricas, promovendo a sujeição dos sujeitos.

Acerca dos procedimentos externos de controle e delimitação do discurso, podemos verificar sua inserção na obra em análise. O princípio da interdição implica não se poder falar tudo em qualquer situação, assim com não se pode falar de qualquer coisa aleatoriamente. Tal procedimento pode ser verificado no romance que analisaremos, pois recria/inventa um contexto de uma sociedade totalitária, na qual todos os indivíduos são reprimidos pelo Partido Socialista Inglês (*IngSoc*) e, em caso de descumprimento do estipulado, estariam sujeitos à punições. A população era tão reprimida que não possuía liberdade para questionar as normas e, em função da manipulação das notícias, as pessoas se julgavam viver uma situação econômica satisfatória.

A liberdade de pensamento, ou mesmo de revolta, que talvez viesse a cativar o pensamento de algum indivíduo, era reprimida, pois quem ousasse pensar, falar ou até mesmo questionar o imposto poderia “desaparecer do mapa”, uma vez que todos seus registros seriam apagados, de modo que seria como se aquela pessoa nunca tivesse existido.

A insatisfação com a situação política na qual se encontrava afligia Winston, personagem do romance que, por ser o responsável pela alteração das notícias no departamento de registros, sabia da manipulação dos fatos e da verdade ocultada. Esses questionamentos passaram a integrar seu dia-a-dia, e ele sabia que o que pensasse e ousasse escrever, como pretendia em um diário, colocá-lo-ia em risco, como em:

Não o fez, contudo, porque sabia ser inútil. Quer escrevesse ABAIXO O GRANDE IRMÃO ou não, não fazia diferença. Quer continuasse o diário, quer parasse, não fazia diferença. A Polícia do Pensamento o apanharia do mesmo modo. Cometera - e teria cometido, nem que não levasse a pena ao papel - o crime essencial, que em si continha todos os outros. Crimidéia, chamava-se. O crimidéia não era coisa que pudesse ocultar. Podia-se escapar com êxito algum tempo, anos até, porém mais cedo ou mais tarde pegavam o criminoso (ORWELL, 2005, p.06, grifos do autor).

Winston, sabendo das possíveis punições que poderia sofrer, decide escrever o que lhe provoca aflição e o sufoca, mesmo que isso não pudesse ter utilidade, pois, para ele, era uma forma de desafio, de desafiar o Partido, de expressar seu sentimento em relação ao que era ordenado pelo *IngSoc*, ou seja, era uma forma de resistência, além de ser uma forma de não “perder a memória”.

Acerca dos procedimentos externos do discurso, aparece a noção de separação/rejeição, que trata da forma de segregar o indivíduo de um determinado espaço caso ele transgrida as normas estabelecidas. Temos como o exemplo o louco e sua segregação nos manicômios, estudada por Foucault, e na obra de Orwell, o sujeito que é aprisionado por se rebelar: “Havia um contínuo fluxo e refluxo de presos de todo gênero: vendedores de entorpecentes, ladrões, bandidos, mercadonegristas, bêbados, prostitutas. Alguns bêbados eram tão violentos que os companheiros de cela tinham de juntar forças para dominá-los.” (ORWELL, 2005, p.74). O Partido usava a segregação em prisões como forma de docilizar o sujeito, por meio do uso de violência verbal e física, além de ameaças e violência entre os próprios prisioneiros, como aponta o enunciado anterior.

O terceiro procedimento de controle externo do discurso refere-se à vontade de verdade, que estabelece um sistema de exclusão no qual prevalece a verdade do Partido,

conforme pode ser visto no fragmento do romance abaixo, quando o narrador descreve as alterações realizadas em documentos como forma de alterar o passado e construir uma versão da história que interessa ao regime político do *IngSoc*:

Esse processo de alteração contínua aplicava-se não apenas a jornais, como também a livros, publicações periódicas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, bandas de som, caricaturas, fotografias - a toda espécie de literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desta forma, era possível demonstrar, com prova documental, a correção de todas as profecias do Partido; jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflito com as necessidades do momento. Toda a história era um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário (ORWELL, 2005, p.13, grifo nosso).

A verdade imposta pelo Partido se torna a verdade universal e estabelecida, que não pode ser indagada, nem questionada. No fragmento anterior, o gesto da enunciação grifado retoma a questão da “reinvenção da verdade”, uma vez que contribui para o sentido de rasura e de apagamento, reforçando o efeito da tomada e manutenção do poder. Nesse momento, a ideia de palimpsesto consiste na apropriação de seu sentido denotativo, uma vez que há, de fato, um setor no qual Winston trabalhava, que tinha como função a reescrita das notícias. Dessa maneira, a admissão da escrita e reescrita em um determinado suporte (papel ou pergaminho) estabelecia uma relação de reescrita contínua, em que a verdade era escrita e reescrita quantas vezes fosse necessário. Uma história reescrita sobre outra história, duas verdades se sobrepondo, pois uma versão da história é “raspada”/apagada para que outra seja colocada em seu lugar. Esta concepção de escrita da história nos ajudará a entender o funcionamento do modelo de sociedade desenvolvido na ficção de Orwell.

Albuquerque Júnior (2008) discorre sobre o conceito de invenção que pode ser articulado à nossa discussão, neste momento. Para esse autor, o conceito de invenção, embasado em Michel Foucault, relaciona-se à ideia de fabricação histórica, tanto de objetos quanto de sujeitos. A invenção é uma de forma de fabricação de verdade(s), que se constrói a partir da construção de documentos, fatos etc. Portanto, não estamos diante de uma perspectiva histórica que apenas descobre um discurso, um fato, um acontecimento que jazia escondido, mas como algo produzido historicamente, por sujeitos historicamente constituídos e por vontades de verdade de uma dada época. Considerar o documento como verdade nada garante, pois o seu estatuto é precário, pois são “artefatos fabricados por operações de rasura,

silenciamento, distorção, encobrimento, apagamento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.10).

Segundo Albuquerque Júnior (2007, p.21), “objetos e sujeitos se desnaturalizam, deixam de ser metafísicos e passam, pois, a ser pensados como fabricação histórica, fruto de práticas discursivas ou não, que os instituem, recortam-nos, nomeiam-nos”, problematizando a noção de invenção, no sentido de fabricação histórica, pode ser apreendida em 1984, quando Winston, em suas atividades no *Miniamor* (Ministério do amor), precisa apagar notícias do passado em atenção às exigências do regime, pois nada que pudesse contrapor aos interesses totalitários do Partido era admitido.

Ainda pensando no procedimento externo de controle do discurso - vontade de verdade, faz-se necessário frisar que Michel Foucault não utiliza o termo ideologia, sendo que, para o autor, a construção do ideológico é dada pela verdade, está ligada à discussão dos micropoderes, ao fato de trabalhar com aquilo que é enunciado e não na busca do que está por trás do discurso como verdade oculta, mas na superfície do que é dito. Conforme Foucault (2007), o discurso em funcionamento é estabelecido como verdade e, assim, relacionado ao poder:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade (FOUCAULT, 2007, p.131).

Portanto, se a verdade estabelecida deve ser seguida e tomada como verdade única, corrobora na formação do sujeito, constituindo-o. Pensando no objeto de estudo desta pesquisa, a manipulação do passado constitui a verdade e, assim, os sujeitos.

Ainda temos as imposições de regras ao sujeito do discurso: ritual, doutrinas e apropriação social dos discursos. O ritual define a qualificação que deve possuir os indivíduos que falam, ou seja, quem está autorizado a se apropriar do discurso do outro em determinado espaço que ocupa, assim como o fragmento abaixo:

Por trás de Winston a voz da teletela ainda tagarelava a respeito do ferro gusa e da superação do Nono Plano Trienal. A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto

também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que frequência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo. A realidade é que podia ligar determinada linha, no momento que desejasse. Tinha-se que viver - e vivia-se por hábito transformado em instinto na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro (ORWELL, 2005, p. 26).

Nesse recorte nos deparamos com a vigilância constante em todos os ambientes e com o monitoramento e a polícia do pensamento, que era o grupo responsável pelo controle do pensamento, de modo que aqueles que a negligenciassem, poderiam ser acusados de *crimideia*, ou seja, o pensamento contra a lei estabelecida pelo Partido. Essa forma de punição demonstra como os indivíduos eram controlados e vigiados; ao mesmo tempo, como incorporavam essas técnicas de punição²¹. Até mesmo nas atividades do cotidiano, impostas aos habitantes da sociedade criada em 1984, podemos verificar a emergência do poder e o condicionamento dos sujeitos, modelados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Partido:

Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que frequência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento vigiava a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo. A realidade é que podia ligar qualquer linha, no momento que desejasse. Tinha-se que viver - e vivia-se por hábito transformado em instinto na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro (ORWELL, 2005, p. 8, grifos nossos).

O Partido e os homens que trabalhavam por ele eram determinantes para a manutenção do comportamento dos indivíduos. A sociedade sabia das imposições, do comportamento que deveria ser aplicado em cada situação, das negações para coisas não permitidas, enfim, eram modelados pela norma do Partido como aparece no enunciado grifado, uma vez que regularidades subjazem à idealização de modelos sociais, apagando-se as individualidades, sendo possível evidenciar o processo de subjetivação, em que os sujeitos se reconhecem ou

²¹ Podemos fazer uma alusão aos preceitos religiosos, se consideramos que, em caso de transgressão, até mesmo no plano do pensamento, o sujeito deve confessar-se com uma figura de liderança da Igreja- o padre, que o absolverá da culpa, por intermédio de uma “punição”, chamada pelos religiosos de penitência.

não em determinada posição, internalizando ou não a vigilância. Apagar a singularidade dos sujeitos e torná-los um “corpo social”, uma massa, funciona como estratégia de dominação do Partido, fazendo com que os indivíduos se reconheçam como sujeitos governados/vigiados pelas leis do regime político, se subjetivam como sujeitos que governavam a si mesmo e aos outros, pois qualquer um podia denunciar um “rebelde”, inclusive um filho podia denunciar os pais, por exemplo. Mesmo reconhecendo os processos de dominação do Partido, alguns sujeitos, conscientemente ou não, se rebelavam e, de um dia para o outro, poderiam deixar de existir, não era apenas como se o indivíduo fosse morto, ele era abolido, vaporizado, como se nunca tivesse existido, e para tal “função”, Orwell utiliza do neologismo *impessoa*.

No fragmento anterior, é importante retomar a questão sobre o lugar de que se fala, tendo-se em vista que Winston não podia falar, não estava autorizado a falar da posição de funcionário que ocupava, era um mero indivíduo, sem regalias, ou seja, um indivíduo comum, simples funcionário, que reelaborava a “verdade”. Cabia a Winston apenas seguir as ordens. Nesse sentido, para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas “para que dele se possa dizer alguma coisa e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes” (FOUCAULT, 1996, p. 50), são numerosas e relevantes, o que significa que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 1996, p. 50). Portanto, um funcionário do Ministério da verdade não estava autorizado a questionar sua função (alteração de jornais, artigos), pois cabia a ele e a outros na mesma condição apenas a execução de ordens.

A doutrina do Partido, por sua vez, constitui o número de indivíduos que falam, um número que tende a ser limitado, e só entre eles o discurso podia circular e ser transmitido. A doutrina tende a se difundir; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos definem sua pertença recíproca. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe conseqüentemente outras, como acontece com os diversos cartazes espalhados pelo espaço social descrito na obra, que continham os dizeres: “o Grande Irmão está olhando por você”, remetendo à disciplinarização e ao controle, pois os indivíduos tomavam esse discurso como verdadeiro e não como “O Grande Irmão está vigiando você”. De tanta repetição e exposição constante a esse enunciado, os sujeitos incorporavam esse processo de vigilância e buscavam, inclusive, o autocontrole como forma de apagar qualquer pensamento contrário às leis do regime.

Sobre a apropriação social dos discursos, podemos defini-la como sistema educacional, ou espaço onde os indivíduos têm acesso a muitos discursos. A forma de modificar e se apropriar dos discursos promove uma ritualização do discurso, fixando os

papéis, de modo a autorizar os sujeitos que falam. Em nossa proposta de análise, podemos evidenciar a formação discursiva a que está inserida a família Parsons (família que residia no Edifício Vitória, assim como Winston):

- Mãos ao ar! - urrou uma voz selvagem. Um menino bonito, de uns nove anos e cara de brigão, surgira por trás da mesa e o ameaçava com uma pistola automática de brinquedo, imitado por sua irmãzinha, de sete, e que empunhava um pedaço de madeira. Ambos vestiam calções azuis, camisas cinzentas e o lenço vermelho que compunham o uniforme dos Espiões. Winston levantou as mãos sobre a cabeça, mas com mal-estar, tão viciosa era a atitude do garoto, que não lhe parecia pilhéria. - És um traidor! - berrou o menino. - És um ideocriminoso! És um espião eurasiático (ORWELL, 2005, p.102).

Até mesmo as crianças já reproduziam a ideologia instaurada. Na passagem anterior, como em outras, observamos como as pessoas eram normatizadas e perpassadas pelo discurso do *Big Brother*. Conforme Foucault (1997, p. 23), “o poder não está concentrado em um lugar ou posição-sujeito específicos, ele se manifesta de maneira difusa no conjunto da sociedade”, e se articula de maneiras diversas, como podemos verificar na família Parsons, que repassava nas relações cotidianas os valores e, portanto, o poder estabelecido pelo *IngSoc*. Conforme discute Foucault, o poder funciona desde as menores até as maiores instâncias e, na sociedade orwelliana, essa manifestação do poder pode ser vista tanto nas representações de regulamentação e normas aplicadas pelo Partido à população (de cima pra baixo) quanto nas mínimas e internas relações, tais como entre pai e filho, entre amigos e demais situações que envolvem os moradores da cidade.

2.3 Novilíngua: Um idioma, uma verdade e muitos “passados”

A sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento. (NAVARRO, 2004, p.118)

Um conceito relativo ao enunciado é o de memória discursiva, que se configura como a possibilidade de atualização dos dizeres, sempre que formulados. Para a compreensão do conceito de memória discursiva, Courtine (2009) o relaciona ao plano do enunciado, uma vez que um enunciado implica uma materialidade e determinadas condições sociais e históricas de emergência.

Em “As relações entre a Análise do Discurso e a história” Sargentini (2010) reflete sobre a importância da história para a AD. Para a autora, a relação história, condições de produção e memória discursiva é indissociável no campo do discurso, sendo que a memória modifica a história, haja vista que, “os discursos fazem circular formações anteriores [...] produzindo um efeito de memória na atualidade de um acontecimento” (SARGENTINI, 2010, p. 98), inseridos em um dado momento social e histórico.

Conforme aponta Pêcheux (1990), todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento, sendo assim, os sentidos se constroem a partir de outros sentidos. Então, o que possibilita que as palavras façam sentido? A noção de memória. Tal noção compreende algo falado anteriormente, em outro lugar, que corresponde a algo “já dito”:

Pêcheux não separa categoricamente estrutura e acontecimento, relacionando a linguagem a sua exterioridade, ou seja, o interdiscurso. Ele define este como memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer. De acordo com este conceito, as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas: algo significa antes, em outro lugar e independentemente (ORLANDI, 2005, p. 11).

Orlandi (2005) considera a noção de memória discursiva enquanto constatação de que o discurso é um espaço simbólico multidimensional, logo, o gesto interpretativo é determinado pela sua relação com a memória e com a FD a que se filia. Os dizeres se atualizam no momento da enunciação e provocam, além de efeitos de esquecimento, um deslocamento da memória e de sentidos. A memória discursiva integra um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Assim, o sujeito toma seu um discurso produzido no interdiscurso, apropriando-se da memória (já-dada) que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos.

Pêcheux (2007) aponta que os enunciados produzidos em outro momento da história podem ser atualizados ou rejeitados no “novo” discurso, que é relativo às condições de produção e imbricado à formação discursiva, ou seja, os enunciados já construídos, ao serem utilizados na construção de discursos outros, estabelecem relações com um já-dito (interdiscurso). Nesse sentido, o “conceito foucaultiano de discurso pressupõe, necessariamente, a idéia de prática discursiva” (GREGOLIN, 2004, p. 94) e tal noção é definida por Foucault (2007, p. 133) enquanto um conjunto de “regras anônimas, históricas,

sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Alinhada à questão das condições de produção, temos a noção de memória histórica, coletiva, que, como aponta Fernandes (2005), não está no plano das recordações e lembranças que temos de algum fato. Para a AD, a noção de memória discursiva é uma condição do funcionamento discursivo, ela é coletiva e possibilita dizeres que se atualizam no momento da enunciação, além de tratar de “acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção” (FERNANDES, 2005, p.61). Desse modo, a memória está na ordem do enunciado, implicando repetição e esquecimento, assim como pode legitimar determinadas práticas.

Os discursos são filiados a outros e são sustentados por uma memória discursiva que possibilita que os sentidos do que se diz sejam efetivados, e é a memória que permite que se retomem discursos e os regularize, oscilando entre o histórico e o linguístico, ao pensarmos na efetivação dos discursos dentro de determinadas práticas. Contudo, podemos verificar que a memória discursiva não é fixa, é sempre perpassada por modificações, construídas na/pela história e pelos sujeitos, além de estarem sujeitas à ressignificação no momento da enunciação.

Ao elencarmos, mesmo que brevemente, a noção de memória, faz-se necessário tratarmos da noção de verdade, que aparece relacionada ao conceito de poder, uma vez que, como observa Foucault, “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 2007, p. 131), ou seja, o discurso com *status* de verdadeiro ou falso é regido por um “regime regulador de enunciados de uma época”.

Ao propor uma arqueologia do saber, Foucault (1996) analisa as condições que permitem o aparecimento e o apagamento de determinados enunciados em um dado momento histórico, analisando as regularidades do discurso e as estratégias de controle. As estratégias de silenciamento e exposição controlam os sentidos e as verdades. A questão da verdade, ou melhor, a invenção/fabricação da mesma, é essencial na obra analisada:

Uma verdade do homem, bastante arcaica e bem próxima, silenciosa e ameaçadora: uma verdade abaixo de toda verdade, a mais próxima do nascimento da subjetividade e a mais difundida entre as coisas (FOUCAULT, 2002, p. 510). Essa verdade revela um posicionamento do sujeito frente à exterioridade que o envolve, e revela igualmente uma inscrição desse sujeito como um fora da ordem social, pois, ao colocar em

prática essa verdade que emana de seu interior, entra em contradição com os discursos que determinam o que pode e deve ser dito em dada época e lugar, ou seja, com os discursos autorizados a circularem (FERNANDES, 2012, p.75).

Acerca do que se propõe tomar enquanto verdade, Fernandes (2012), tomando a teoria foucaultiana, discute a verdade relacionada aos efeitos regulamentados de poder, sendo essa verdade que determina os tipos de discursos que serão aceitos ou excluídos da sociedade, ou seja, é a verdade que legitima e faz com que os discursos sejam válidos. Como aponta Fernandes (2012, p.71), “a verdade será sempre uma produção e atesta os lugares e/ou posicionamentos dos sujeitos, e o discurso materializa as verdades e revela esses posicionamentos”. Desta feita, a verdade é um constructo discursivo dado pela posição ocupada pelo sujeito e materializada pelo discurso. No trecho a seguir, temos um exemplo desse procedimento de controle e manipulação da verdade:

Mesmo sendo em branco, o papel era propriedade comprometedora. O que agora se dispunha a fazer era abrir um diário. Não era um ato ilegal (nada mais era ilegal, pois não havia mais leis), porém, se descoberto, havia razoável certeza de que seria punido por pena de morte, ou no mínimo vinte e cinco anos num campo de trabalhos forçados. Winston meteu a pena na caneta e chupou-a para tirar a graxa. A pena era um instrumento arcaico, raramente usada, mesmo em assinaturas, e ele conseguira uma, furtivamente, com alguma dificuldade, apenas por sentir que o belo papel creme merecia uma pena de verdade em vez de ser riscado por um lápis-tinta. Na verdade, não estava habituado a escrever à mão. Exceto recados curtíssimos, o normal era ditar tudo ao falascreve, o que naturalmente era impossível no caso. Molhou a pena na tinta e hesitou por um segundo. Um tremor lhe agitara as tripas. Marcar o papel era um ato decisivo. Com letra miúda e desajeitada, escreveu: (ORWELL, 2005, p. 21).

O fragmento recortado elucidado enunciados em que impera o medo, a certeza da transgressão das normas e a provável punição que, mesmo trazida de forma implícita, gerava desconforto e receios. O sujeito, em análise, era constituído pela inquietação com a manipulação da verdade e pelo medo, pois poderia ser pego e ter de pagar por isso. A noção de verdade aparece nesse momento do trabalho para enfatizar uma das formas de controle presentes na sociedade totalitária ficcional de Orwell: a novilíngua.

Um método de controlar a informação em *1984* foi a invenção de uma língua própria, a Novilíngua²², que buscava impedir a expressão de qualquer opinião contrária ao regime. A

²² “Novilíngua”, “Novalíngua” ou “Novafala”, as variações podem ocorrer de acordo com as traduções da obra.

Novilíngua ainda não estava implantada nem finalizada, mas já estava na 10ª edição do seu dicionário. As palavras que não estivessem contidas ali eram consideradas “não-palavras”, como mencionou O’Brien, que era responsável pela delegação da Novilíngua, quando afirmava como era bela a destruição das palavras ou, ainda, que o segredo seria mudar a tradução ao pensamento e a reação automática, pois a língua vem da garganta e não da cabeça. A novilíngua era uma arma utilizada no controle totalitário, o qual pregava o amor e necessidade ao idioma:

Sabes que Novilíngua é o único idioma do mundo cujo vocabulário se reduz de ano para ano? Winston naturalmente não sabia. Sorriu, com ar de simpatia (ao que esperava), não confiando em suas próprias palavras. Syme mordiscou outro fragmento do pão escuro, mastigou-o um pouco e continuou: -Não vês que todo o objetivo da Novilíngua é estreitar a gama do pensamento? No fim, tornaremos a crimidéia literalmente impossível, porque não haverá palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido. Já, na Décima Primeira Edição, não estamos longe disso. Mas o processo continuará muito tempo depois de estarmos mortos. Cada ano, menos e menos palavras, e a gama da consciência sempre um pouco menor. Naturalmente, mesmo em nosso tempo, não há motivo nem desculpa para cometer uma crimidéia. É apenas uma questão de disciplina, controle da realidade. Mas no futuro não será preciso nem isso. A Revolução se completará quando a língua for perfeita. Novilíngua é Ingsoc e Ingsoc é Novilíngua, - agregou com uma espécie de satisfação mística. - Nunca te ocorreu, Winston, que por volta do ano de 2050, o mais tardar, não viverá um único ser humano capaz de compreender esta nossa conversa? (ORWELL, 2005, p. 25 Grifos nossos)

Uma das funções da nova língua era exatamente minimizar o vocabulário, a fim de extinguir certas palavras que pregavam a resistência ao Partido, e assim não haver mais revoltas contra o sistema. Observando os grifos no excerto da obra, acima recortada, é válido verificar a redução do pensamento, a busca pela língua perfeita, para os líderes, e não para a população. Desse modo, a novilíngua aparece como uma legitimação às formas de dominação e controle, assim como critica também o próprio sistema linguístico, ou seja, sua estrutura e gramática. Podemos ainda explorar a presença de neologismos, que ocorrem devido à implantação da *novilíngua*, utopia de uma língua sem falhas, que tinha como pretensão, evitar que alguns discursos circulassem.

De acordo com Courtine, Orwell embasado numa tentativa de língua internacional, nomeada *Basic English*, cria a sátira com a linguagem na obra *1984*. A língua muito se parecia com um inglês infantil e reduzido, pregando a simplicidade, em que “o Basic English esvaziaria a retórica mentirosa e dissiparia a obscuridade das figuras de estilo. Um controle do sentido e da verdade do enunciados seria, enfim, possível!” (COURTINE, 2005, p.19).

Alguns neologismos como *duplipensar*, esboçam a duplicidade de pensamento/ideias. O *duplipensar*²³ referia-se à ideia de duplo pensamento, de razão em oposição à desrazão. Assim como outros neologismos presentes na obra: *Miniamor* (ministério do amor); *Minifarto* (ministério da fartura), *falaescreve* (equipamento utilizado por Winston na reescrita das notícias), *ideocriminoso* (aquele que cometesse um crime contra a ideologia do Partido, mesmo que em pensamento), e tantas outras novas palavras, enfatizando que a língua sob controle é igual uma sociedade controlada, em que “Cada ano, menos e menos palavras, e a gama da consciência sempre um pouco menor. [...] É apenas uma questão de disciplina, controle da realidade. Mas no futuro não será preciso nem isso. A Revolução se completará quando a língua for perfeita”(ORWELL, 2005, p.178) Essa reescritura da língua, aos olhos de Orwell, permitiam uma reescrita dos documentos, um apagamento do passado e, assim, um controle da história.

Acerca das “proibições” em *1984*, podemos elencar a questão da linguagem, nomeada de “Novilíngua”, diretamente relacionada ao controle da língua e lexemas utilizados na sociedade totalitária, regida pelo “Grande Irmão”. O objetivo dessa língua era retirar toda a possibilidade de duplo sentido, anular a opacidade da língua, criando uma relação direta entre linguagem e comportamento, controlando os sujeitos pela comunicação, por exemplo: se não houvesse lexemas para evidenciar o inconformismo com a situação a qual os sujeitos estavam submetidos, como esses poderiam expor seus questionamentos para os demais? Restringindo a língua, restringia-se a ação das pessoas.

Jean-Jacques Courtine (1985), em “George Orwell e a questão da língua”, tece considerações relativas à questão da linguagem trabalhada por Orwell, tratando do funcionamento histórico-social da linguagem no que se refere à “novilíngua”. Nesse texto, Courtine discute o atravessamento e a importância da língua em Orwell, que, além da crítica ao discurso totalitário, é considerada como fundamental nas obras desse autor, e serve como ferramenta para falsificar a verdade, logo, a história. Para o autor, “Os países totalitários vivem sob regimes de ‘mentira organizada’, servindo-se da linguagem para ridicularizar a verdade, negar a existência, falsificar a história” (COURTINE, 1985, p. 13, grifos do autor).

A língua, assim como a sociedade, é organizada de forma hierárquica, e como coloca Courtine, através da novilíngua, Orwell buscou impor a transparência da língua. Vejamos:

²³ É importante salientar que estamos trabalhando com uma tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn (20ª reimpressão da Editora Companhia das Letras), por isso, em outras traduções, podem ocorrer variações desses neologismos orwellianos.

Com efeito, nada menos claro do que a própria Novalíngua, embora elaborada para combater a opacidade da linguagem de um poder totalitário... A noção é ambivalente, como a daqueles termos imprecisos que provocavam repulsa a Orwell, cujo emprego ele convidava a ser evitado. [...] após examinarmos as suas origens, aparece a possibilidade de uma outra leitura: a Novalíngua não é mais a descrição de uma língua efetiva, mas a sátira de uma língua imaginária. Ela é então uma anti-utopia, uma derrisão dessas línguas ideais inventadas desde os utopistas da idade clássica: as mais claras, as melhores línguas. E o estado de transparência da língua, sonhado nas utopias, que Orwell desejava atingir na sua escritura, converte-se então na pior das opacidades (COURTINE, 2005, p.15).

Pensando na questão do enunciado, podemos verificar o campo associativo acerca da língua criada por Orwell, uma vez que o idioma criado por ele está associado a uma rede de memória, a um já-dito, em que a língua é transparente, no entanto, por mais que Orwell tenha buscado tal feito, percebe que a língua é perpassada por equívocos, logo, a busca pela utopia da linguagem é interrompida, pois “A transparência é impossível. A metáfora, a ambiguidade, o equívoco são constitutivos da língua e inseparáveis da escrita” (COURTINE, 2005, p. 20).

2. 4 Subjetividade: constituição do sujeito

Sou disciplina e antidisciplina, determinação e liberdade, estratégia e tática, astúcia e angústia. Às vezes sigo o (dis)curso, às vezes saio das margens, transbordo, alago, arrasto em meu caminho outras formas organizadas e as transformo em novas formas, e ambas compõem o meu existir de rio. Às vezes objetivado, às vezes sujeito, às vezes objetivo, às vezes subjetivo, sempre os dois ao mesmo tempo, eu sou rio e eu sorrio, eu, natural e humano, cursivo e discursivo, invento na História e a História (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 36).

Neste tópico teceremos alguns apontamentos acerca da subjetividade, conceito desenvolvido por Michel Foucault, a fim de problematizar a constituição do sujeito, considerando que “O sujeito do enunciado é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”, como aponta Foucault (1986, p.109).

Em seus estudos, Michel Foucault discorre sobre o modo como os mecanismos sociais perpassaram os corpos e consciência, por meio de um processo de submissão ao outro, evidenciando, assim, o homem como objeto de poder, da ciência e instituições “formadoras”, aos processos de subjetivação. A AD possibilita mobilizar os procedimentos utilizados para produção da subjetividade, e assim dos sujeitos.

Em *O sujeito e o poder*, publicado em 1984, Michel Foucault trata da constituição do sujeito pelo discurso e pela história. Embora os estudos de Foucault se voltem para o poder, como o próprio autor aponta, o centro de seus estudos sempre foi o sujeito e o que permitiu sua constituição, ressaltando-se o forte papel do poder. Nesse texto, o poder é pensado em distintas direções: a) o poder soberano, ou seja, as relações de produção- economia/política, b) o poder como instância positiva, c) o poder pastorado que se dá pela sujeição via discursos com *status* de verdade; e o poder nas relações cotidianas, posteriormente tratado por Foucault como micropoderes.

Ainda nesse mesmo texto, Michel Foucault afirma que o poder está presente nas relações cotidianas, pois que ele é, também, um exercício, um agir sobre os outros e pode ser exercido em níveis diferentes, estando presente em toda a sociedade. Isso ocorre pelas diferentes posições ocupadas pelos sujeitos na sociedade, relações determinantes para o exercício do poder, uma vez que “os sujeitos procuram se inscrever em práticas discursivas que os mostram inscritos em uma situação social” (FOUCAULT, 2001, p. 59).

Para nossa proposta, a noção chave com a qual trabalharemos é a de poder disciplinar, tendo-se em vista que a disciplina tem um viés político, que prima pela produção de indivíduos submissos ao poder do Estado, garantindo o “equilíbrio” e a “ordem”. Dessa forma, o poder disciplinar possibilita o funcionamento de instituições e grupos sociais, como acontece com o Partido em 1984. Nesse sentido, Foucault nos mostra que o corpo passa a ser considerado um objeto possível de controle disciplinar, o que não se distancia do poder pastoral, que tem como base a produção de subjetividade, ou seja, busca moldar os sujeitos, exerce poder sobre os corpos, além de assegurar a salvação individual, no caso de 1984, o pastor é o “Grande Irmão”, e o rebanho, os proles.

Nesse ínterim, para pensar a questão da constituição do sujeito, dada pelas modificações externas sofridas por ele e, com base na última fase das reflexões de Foucault (ética ou estética de si e da existência), propomos uma breve discussão acerca das noções de sujeito.

Em “A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade”, Michel Foucault (2004, p. 221) enfatiza o seu objeto de estudo, ou seja, o sujeito, reiterando que ele sempre buscou “saber como o sujeito humano entrava nos jogos de verdade, tivessem estes a forma de uma ciência ou se referissem a um modelo científico, ou fossem como os encontrados nas instituições ou nas práticas de controle”. O autor afirma que por muito tempo tratou do sujeito relacionado às práticas coercitivas às quais era submetido, mas, em determinado momento de seus estudos, prezou pelo estudo do sujeito nas práticas e cuidados de si que o constituem, “de

um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser”, referindo-se ao estoicismo e/ou ascetismo²⁴. De acordo com Foucault, o sujeito

Não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembléia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito (FOUCAULT, 2004, p. 275).

O sujeito se reconhece sob determinações históricas e sociais, construído na relação com a exterioridade. Pensando na constituição do sujeito e seu atravessamento “exterior”, Foucault esclarece que, por muito tempo, tratou do sujeito-passivo, aquele que sofre coerção, como o sujeito louco. No entanto, voltou seus estudos para o sujeito-ativo, ou seja, passou a interessar-se “pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente [...] impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2004, p. 276), assim sendo, o sujeito é constituído discursivamente.

Acerca da constituição do sujeito, Fernandes (2012, p. 77) aponta que “A subjetividade é compreendida como produto entre virtualidades produzidas e resulta de práticas diversas, advindas de saberes que envolvem uma pluralidade de discursos”. Desta feita, a subjetividade deve ser entendida não somente como regras que nos conduzem e nos controlam, mas como a busca por um posicionamento, uma vez que há um sentimento de falta por parte do sujeito, e a necessidade de integração à determinada esfera. Acerca da objetivação, Michel Foucault, em “*Dois ensaios sobre o sujeito*” (2001), aponta três modos que objetivam o indivíduo, tornando-o sujeito: a) a ciência, pelos modos de investigação; b) as práticas divisoras, que efetuam a segregação/separação de indivíduos (louco X são); e c) como o sujeito se subjetiva, torna-se sujeito.

²⁴ Prática de autoformação do sujeito, ou nas palavras de Foucault (2004, p. 227) “É o que se poderia chamar de uma prática ascética, dando ao ascetismo um sentido muito geral, ou seja, não o sentido de uma moral da renúncia, mas o de um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser”.

Segundo Foucault, os sujeitos são constituídos pelas relações de poder que perpassam toda a esfera social, ou seja, o poder não é centralizado, ele está em todos os lugares, podendo ser encontrado no trabalho, nas ruas e em inúmeros locais. Portanto,

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseado em uma análise enganosa e que, em todo o caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2001, p. 248).

A sociedade sempre viveu sobre constante vigilância e os indivíduos estão sujeitos a serem condenados caso transgridam as normas, ou mesmo os padrões estabelecidos como normais. Conforme proposto em *Microfísica do poder* (1986), a questão política e econômica da sociedade foi ponto de partida para os estudos de Foucault acerca das noções de poder e de saber. Movido por certas questões sociais, Foucault (2007), primando pela questão da descontinuidade, buscou respostas na formação de enunciados, atravessado pela seguinte inquietação: “como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens do saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranquila e continuísta que normalmente se faz” (FOUCAULT, 2007, p. 5). Desse modo, questiona-se o que rege os enunciados e faz com que eles sejam aceitos como verdadeiros socialmente, logo, identifica-se o modo de circulação e (re)significação dos enunciados via efeitos de poder “próprios do jogo enunciativo” (FOUCAULT, 2007, p. 6).

Outro ponto acerca dos processos de subjetivação, diz respeito a assumir uma posição, ou seja, “fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si (FOUCAULT, 1997, p.109). Nesse sentido, “Foucault é conduzido a uma história das práticas nas quais o sujeito aparece não como instância de fundação, mas como efeito de uma constituição. Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 408). Desse modo, tratar de subjetividade é tratar da construção do sujeito pela exterioridade, pois esta “atua sempre, por meio dos discursos na produção da subjetividade, e o sujeito é um efeito de subjetividade”, como discute Fernandes (2012, p. 60). Esse mesmo autor reitera a importância de se considerar o sujeito não como uma individualidade corpórea, um ser humano individualizado, mas sim como uma construção social e histórica.

Não se trata do indivíduo, da pessoa, como instância plena de individualidades, como um ser empírico que tem existência particular, mas não se nega também a existência real dos sujeitos em sociedade. Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não é outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico (FERNANDES, 2005, p.34).

Podemos verificar que o sujeito pode ser apreendido a partir dos discursos, inserido em um contexto social, atravessado por vozes sociais presentes em sua voz. Desse modo, o discurso em funcionamento faz aparecer a exterioridade, uma vez que o enunciado implica o vínculo a uma dada posição de sujeito, pois o discurso é um “campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT 2010, p.67).

Fernandes (2012), ao referir-se ao texto de Foucault, intitulado *O sujeito e o poder* (2001), aponta que:

a subjetivação consiste justamente no processo constitutivo dos sujeitos, pela produção da subjetividade que possibilita, em acepção foucaultiana, a objetivação dos sujeitos. Considerando que os modos de subjetivação produzem sujeitos singulares, devem-se procurar mostrar, por meio da análise dos discursos, os procedimentos mobilizados para a produção da subjetividade e consequentemente dos sujeitos (FERNANDES, 2012, p. 74).

Pode-se verificar que o processo de subjetivação é determinado pelo exterior no qual “são os discursos exteriores que a determinam, modificam-na, possibilitam a criação de mundo - espaços socialmente construídos” (FERNANDES, 2012, p.75). E ao pensarmos na exterioridade, somos remetidos à questão da posição-sujeito, implicado pela subjetividade, uma vez que o enunciado requer uma posição-sujeito, ou seja, a inscrição do sujeito (social e histórica), materializada pelos discursos. Assim, o enunciado faz aparecer “o exterior, o social, atuando na produção de subjetividade e determinando as formas de comportamento dos sujeitos” (FERNANDES, 2012, p.77). Ao analisarmos o enunciado “Abaixo o Grande Irmão”, presente na obra em análise, podemos verificar uma posição assumida pelo sujeito, de resistência, no qual o inconformismo com a situação atual é evidente. Desse modo pode-se

verificar que “o funcionamento do discurso na produção da subjetividade segue na direção de possibilitar ao sujeito assumir posicionamentos” (FERNANDES, 2012, p. 80).

Segundo Fernandes (2012), Foucault apreende o dispositivo como produtor da prática discursiva, o que implica o sujeito e sua constituição e “Num dispositivo disciplinar, cada elemento tem seu lugar bem determinado” (FOUCAULT, 2006, p.65, apud FERNANDES, 2012, p. 64), e a produção e implementação de um discurso levam os sujeitos a se subjetivarem.

Em “Microfísica do poder” (2001), Foucault refere-se ao termo dispositivo, tomando como exemplo uma lei, que consiste num conjunto heterogêneo de ditos e não-ditos, entre esses elementos há um tipo de jogo, que funciona alterando posições (funções), dispositivos esses que procuram responder uma urgência histórica. Dessa forma o discurso também pode ser entendido como um dispositivo, que implica poder e saber, mostrando que “o sujeito é produzido, subjetivado, em cada época, pelos dispositivos e discursos do momento, em relação à descontinuidade própria à história” (FERNANDES, 2012, p.68).

Assim, considerando os dispositivos enquanto formados na relação entre uma série de práticas e um regime de verdade, são os processos de subjetivação e objetivação que “transformam os seres humanos em sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 09) e passam a ocupar uma determinada posição, legitimada pelos enunciados e momento em que passam a ter *status* de verdade. É por meio das enunciações que se pode verificar a regularidade discursiva que evidencia a pluralidade de posições a serem ocupadas, a fazerem do corpo “uma superfície pré-discursiva, sobre a qual se instalam coerções, disciplinas e técnicas do eu e uma superfície de inscrição de acontecimentos discursivos que trabalha, significam e (re) significam” (NAVARRO, 2008, p. 65).

2.5 Poder disciplinar: Sujeitos adestrados

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas [...] (FOUCAULT, 2007, p. 143, grifos do autor).

Neste tópico da pesquisa, procuramos pensar como o poder disciplinar é exercido e de que modo produz “verdades” que normatizam os sujeitos na sociedade fictícia criada por

Orwell, no livro *1984*. Antes de desenvolvermos a discussão, é necessário nos atermos à concepção foucaultiana de poder, de práticas disciplinares e às noções de norma e normalização, implicadas no exercício do poder.

Em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1999), Michel Foucault traça um percurso histórico sobre as formas de controle e punição construídas na sociedade ocidental, destacando as alterações na forma de se impor e de exercer o poder, assim como as formas de vigilância e controle sobre o corpo, tratando, principalmente, das formas de docilização/domesticação dos indivíduos.

Foucault (1999) recorta a história da punição e suas formas disciplinares na Europa, do fim do século XVIII até o XIX, tecendo uma análise crítica sobre a relação poder/corpo, vigilância/punição e poder soberano/poder disciplinar. Ainda nessa mesma obra, Foucault descreve, no primeiro capítulo, uma punição pública contra um indivíduo acusado de blasfêmia. Ocorrem punições violentas e depois o executam (violência extrema). Posteriormente, o autor trata da modificação no sistema judiciário, em que os suplícios perdem seu lugar, fazendo com que a ideia do corpo como alvo de repressão penal desaparecesse. Punições públicas passam a ser vistas como algo de cunho negativo e como estímulo à violência. A punição nas prisões começa a ocupar o lugar dos suplícios e de exposição do condenado em praça pública. Assim, elimina-se a pena física e suspende-se o direito à liberdade, tomada como nova forma punitiva.

No capítulo I da terceira parte do mesmo livro, intitulado “Corpos dóceis”, Foucault discute sobre a docilização do corpo, desde o século XVII, afirmando que o soldado era moldado desde sua postura física e comportamento que retomavam uma retórica de honra, e, já no século XVIII, fizeram dos homens máquinas necessárias a serviço da sociedade, utilizando o corpo como objeto, como arma/alvo, tecendo relações de poder. Docilizar o corpo, no século XVIII, implicava limitações, proibições e/ou obrigações, exercendo sobre o mesmo uma coerção minuciosa e individual (e não em massa), interpelando a organização interna no que se refere à utilidade; essas limitações, proibições e/ou obrigações podem ser tomadas como processos disciplinares.

A temática da docilização do sujeito é tratada em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1999), dentro da fase genealógica dos estudos de Foucault, assim como é discutida na fase arqueológica. Na obra *História da Loucura* (1997), Foucault aponta uma nova forma de controle e correção dos indivíduos, dada pelo condicionamento em múltiplos espaços, fortalecendo o mecanismo e facilitando a docilização dos corpos.

Na época atual, todas essas instituições- fábrica, escola, hospital psiquiátrico, hospital, prisão- têm por finalidade não excluir os indivíduos ligados a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; ela os fixa a um aparelho de transmissão de saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas tem como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens (FOUCAULT, 1997, p. 144).

Ao pensar na questão disciplinar, o poder produz saber e corpos dóceis, que servem ao Estado e contribuem com sua nação. Foucault muito se dedicou ao estudo do poder aplicado às instituições reguladoras, como hospitais, escolas, prisões e outras instituições, cuja função é normalizar/docilizar os corpos. Nosso interesse, por ora, será na instituição penitenciária, ou a prisão, concebida como aparelho punitivo, prezando pela disciplina e segregação dos normais e “anormais”, no caso do nosso objeto de estudo, entre obedientes X resistentes.

Pensando a prisão como uma instituição em que a vigilância predomina e ocorre com muita facilidade, propomo-nos a analisar os sujeitos na obra escolhida como objeto de análise neste estudo, como um transgressor das normas, como um corpo não docilizado, que é inserido em um espaço de segregação e interdição.

O prisioneiro torna-se uma fonte inesgotável de disciplinarização, pois, dentro da instituição penitenciária, o sujeito é constantemente submetido às práticas reguladoras, tornando-se, portanto, um sujeito dócil e frágil, facilmente adestrável e susceptível de dominação, uma vez que a disciplina transforma os indivíduos em *corpos dóceis* e submissos, minimizando a resistência que o corpo pode oferecer contra as práticas as quais é submetido.

Conforme discutido pelo autor em suas obras que tratam do sistema carcerário/judiciário [citando *Vigiar e Punir: nascimento da prisão (1999)* e *Microfísica do poder (1986)*], a reclusão tem forte relação com o aumento da criminalidade e não consegue efetivar seu projeto de transformação dos indivíduos. O trabalho penal apenas segrega os delinquentes, estabelecendo um mecanismo de separação entre os obedientes e os criminosos, de modo a evidenciar que tal instituição é um fracasso, pois “a prisão não reforma, mas fabrica delinquência e os delinquentes” (FOUCAULT, 1999, p. 77).

Foucault tece uma crítica acerca da justiça e da penalidade, via prisão, afirmando que exercer o poder através do sistema penal é uma “manifestação de poder mais delirante que se pode imaginar” (FOUCAULT, 1999, p. 43), uma vez que propicia a produção de um contra-discurso, evidenciando, assim, uma posição-sujeito. Dessa forma, há um discurso contra o poder, e tal poder é “tirano” e “justificado”, ou seja, extremamente punitivo, embasado numa

moral (verdade) estabelecida, carregando uma ideologia de punição por se ter agido de forma contrária ao estabelecido. Nas palavras do autor, “a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro, em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral” (FOUCAULT, 1999, p. 44).

Ao tratar da relação entre sujeito, poder e história, Foucault designou esse estudo de genealogia. Por genealogia, o autor propõe pensar em “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história” (FOUCAULT, 1999, p. 04). Sobre o estudo genealógico, Foucault trata o discurso atravessado por coerções, estabelecido com outros enunciados e condições de produção específicas. Assim, podemos verificar uma articulação entre as noções de poder e saber, dada pelas práticas discursivas, nas quais “os enunciados e o arquivo tornam-se o suporte material dos estudos instalados nessa articulação entre o discurso e a história” (FOUCAULT, 1999, p. 91).

Movido pela inquietação acerca do poder e seu funcionamento, Foucault tratou também da soberania e da disciplina, buscando encontrar o “como” do poder, embasado, na sociedade, tanto pela via do direito (delimitação jurídica e formal) quanto pelos efeitos de verdade produzidos discursivamente, que só são possíveis pelo viés do discurso. Desta feita, os discursos “verdadeiros” só são possíveis pelo viés do poder, que nos obriga a produzir a verdade, tomada como lei, estabelecendo a legitimidade do poder (relação poder/direito):

[...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, e se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade, e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (FOUCAULT, 1999, p. 101).

Podemos verificar que o poder é uma ferramenta discursiva, que seleciona o discurso (o “verdadeiro”) e o reproduz, atribuindo-lhe um *status* de verdade, que opera e rege os demais enunciados, logo, os discursos.

Ainda nessa mesma linha, Foucault tece algumas preocupações metodológicas no que se refere à questão do estudo do poder, quais sejam, a) o poder deve ser captado em suas

extremidades e não em sua conjuntura inicial; b) ser estudado onde é implantado e produz efeitos (reais); c) é compreendido como elemento heterogêneo, presente em todos os lugares, atingindo de modo diferente cada indivíduo, funcionando em um coletivo, d) analisa as técnicas e os procedimentos na sua atuação, em diversos níveis; e e) tomar o poder enquanto instrumento de formulação e acumulação do saber (relação saber-poder).

Nessa acepção, ao tratar do poder, sua metodologia e funcionalidade, Foucault deparou-se com a resistência, esta implica a disciplina que, por sua vez, funciona como mecanismo de coerção, de modo que “As disciplinas têm o seu discurso [...] são criadoras de aparelhos do saber e de múltiplos domínios do conhecimento” (FOUCAULT, 1999, p. 106). Assim como os efeitos de poder, a resistência é um fenômeno natural, que implica poder e vice-versa, no qual os regulamentos do poder podem ou não provocar coerção e, quando esta não ocorre, é devido à resistência (não submissão).

No capítulo XIV de *Microfísica do poder* (1986), intitulado “O olho do poder”, Foucault discute a questão do poder e sua relação com o espaço, sobretudo sua articulação com o sujeito, tomando como exemplo o *panopticon*²⁵. O panóptico de Jeremy Bentham é um projeto arquitetônico cujo objetivo é coagir e disciplinar, por meio de uma estrutura em formato de anel, dividida em celas, tendo ao centro uma torre com grandes janelas penetradas pela luz que iluminava os encarcerados:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos- isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1999, p. 163).

Por meio desse novo modelo arquitetônico, o encaixamento espacial ou “encastramento”, foi possível o controle mais amplo sobre os indivíduos, por meio da vigilância constante, impondo uma sujeição aos indivíduos, sendo utilizadas “técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 144). O panóptico funcionava

²⁵ O *panopticon*, projeto arquitetônico desenvolvido por Jeremy Bentham, implicava certa “visibilidade organizada inteiramente em torno de um olhar dominador e vigilante” (FOUCAULT, 1999, p. 115). Baseava-se em uma construção em anel, com uma torre no centro, com janelas de vidro, voltadas para o interior da circunferência, em que a luz atravessava a cela, permitindo o olhar do vigia da torre a todo o momento, assim, assegurava e promovia uma vigilância constante, global e individual, concomitantemente.

como uma maquinaria de controle, produzida pelas instituições disciplinares e sustentada pela vigilância constante. Essa vigilância é tomada como “uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 1999, p.147).

Essa estrutura arquitetônica tem como característica principal a função de vigiar o tempo todo, mas sem que o vigia seja visto. Posição privilegiada do observador que consegue visualizar todos os detentos, ou seja, o panóptico exerce a mesma função da tele-tela, em *1984*, evidenciando um espaço social, um modelo de vigilância e controle das ações dos indivíduos. No Panóptico, os prisioneiros sabiam que a vigilância ocorria, mas não tinham certeza de quando ocorria e nem por quem, da mesma forma que os habitantes da sociedade fictícia de Orwell, que sabiam que eram monitorados, mas não tinham clareza de que lugar ele vinha, quem e como eram vigiados. O enunciado “o grande irmão zela por ti” pode ser uma metáfora do panóptico, em outro contexto, não mais na estrutura prisional, construída em círculo, mas no modelo de sociedade de controle desenvolvido em *1984*.

Ainda acerca do Panóptico, Foucault afirma que o efeito mais importante dessa construção arquitetônica, com fins disciplinares, é “induzir no detento um estado de consciente e permanente visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.” (FOUCAULT, 1999, p. 166). Dessa maneira, a “máquina” de produzir e assegurar a docilidade garante que o poder seja dispersado e desindividualizado, produzindo efeitos “homogêneos do poder” (FOUCAULT, 1999, p. 166). Acerca da relação espaço e condicionamento do sujeito, recortamos um fragmento do romance *1984*, a fim de ilustrar como se dava, na sociedade distópica de Orwell, o controle sobre a sociedade:

Por trás de 'Winston a voz da teletela ainda tagarelava a respeito do ferro gusa e da superação do Nono Plano Trienal. A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não (ORWELL, 2005, p. 13).

Sobre a questão do espaço/poder, neste caso e em outros espaços destinados à disciplina, podemos considerá-lo enquanto condicionador do sujeito, no que diz respeito à afetividade, ou pela relação que construímos dele. Sendo assim, não poderíamos deixar de utilizar a noção de espaço na análise de nosso *corpus* de estudo, uma vez que o espaço atravessa a constituição das personagens do romance, constituindo-os. E não poderia ser

diferente na obra de Orwell, em que o espaço é um dos fatores que intervêm na “recodificação” do personagem Winston Smith, protagonista do romance em estudo, tanto os espaços em que ele era vigiado, como aqueles em que ele estava longe dos olhos do “Grande Irmão”.

Pensando ainda sobre a questão do espaço enquanto manifestação de poder, Foucault faz inferência à história dos poderes, relacionada à questão da violência e seu uso:

Se a violência for grande, há o risco de provocar revoltas, ou, se a intervenção for muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervalos, dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado. Era assim que o funcionava o poder monárquico. Por exemplo, a justiça só prendia uma proporção irrisória, de criminosos; ela se utilizava do fato para dizer: é preciso que a punição seja espetacular para que os outros tenham medo. Portanto, poder violento e que devia, pela virtude de seu exemplo, assegurar funções de continuidade (FOUCAULT, 1995, p. 119).

Acerca da violência e dos aspectos punitivos, Foucault também afirma que, para que a submissão fosse assegurada, foi preciso uma intervenção além do espetáculo violento, fazendo surgir as disciplinas com suas especificidades, com o objetivo de condicionar/adestrar os corpos, evitando a resistência. Assim ocorre em *1984* também, em que as “transgressões” ajudavam na manutenção do poder, do contrário, se todos obedecessem, não havia necessidade de punição ou da estrutura punitiva.

Foucault (1997), no entanto, também discute que o poder não é tomado somente enquanto repressor, é concebido como algo positivo que não está centralizado nas mãos de alguns, pois existe nas relações cotidianas entre os sujeitos e produz subjetividades, por meio de práticas discursivas. Assim, o poder, na acepção do filósofo, é o agir sobre o outro e vice-versa, não se restringindo apenas à ação do Estado e suas instituições sobre a sociedade²⁶. Destarte, o poder, numa perspectiva foucaultiana, é tratado enquanto um conjunto de dispositivos que produzem sujeitos, uma vez que nós somos fabricados pelo poder e agimos por meio dele. Os espaços da escola, da igreja, da família, das ciências e de diversas outras instituições agem sobre nós, controlando, domesticando e moldando nossos corpos, pois, o poder é uma maquinaria, um conjunto de dispositivos que funcionam em círculos e é exercido em rede, existindo nas práticas e saberes constitutivos de indivíduos, com o objetivo de discipliná-los.

²⁶ Não se considera, em Foucault, que o Estado não exerça poder ou continue atuando enquanto instituição de poder. Pelo contrário, há uma proliferação do poder espalhado no tecido social e exercido entre sujeitos, intitulado micropoderes.

Tratando do poder e de suas relações, podemos relacionar ao poder disciplinar a arte de governar, entendida enquanto disciplinamento do sujeito, conduzindo-o à conduta correta, ou tomada como normal, direcionado seu comportamento, interferindo (ou nem sempre) na posição assumida por ele. O agir sobre o corpo implica práticas, como a aplicação de castigos e o cárcere, cujo objetivo é expor o sujeito, utilizando-o como exemplo para a sociedade, mostrando que aqueles que desobedecem ou fogem ao estabelecido devem ser punidos. Dessa forma, o exemplo de castigo aplicado a uns evita que outros cometam ou incorram nas mesmas ações ou crimes. Nesse ínterim, o corpo se inscreve em uma rede de poderes, que tem como função modelar o sujeito, pois como aponta Foucault (2007, p. 134), a disciplina visa à fabricação de “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis [...] e faz dela uma relação de sujeição estrita”. Esse tema pode ser observado no romance de Orwell, sobretudo pela instauração de discursos que pregavam a ideologia partidária do *IngSoc*, de modo que até mesmo as crianças já se posicionavam desde cedo a favor do Partido, pois eram ensinadas a obedecer o Partido e condicionadas a não resistir. Assim como atesta o fragmento abaixo, o qual recorta uma passagem em que a Senhora Parsons pede ajuda a Winston com o encanamento da pia, evidenciando o comportamento das crianças e o funcionamento do poder na sociedade fictícia de Orwell:

- Ficam tão barulhentos, - disse ela. - Estão desapontados porque não puderam assistir ao enforcamento, é isso.
 Não tenho tempo para levá-los, e Tom não voltará do serviço a tempo.
 - Por que não podemos ir ver o enforcamento? - indagou o menino, num vozeirão.
 - Quero vê o forçamento! Quero vê o forçamento! - cantarolou a garota, saltitando pelo cômodo.
 Deviam ser enforcados aquela noite, no Parque, uns prisioneiros eurásianos, criminosos de guerra. Isso acontecia uma vez por mês e era um grande espetáculo popular. As crianças sempre exigiam que as levassem (ORWELL, 2005, p. 35).

Esse fragmento ilustra o modo como os procedimentos de controle funcionavam na sociedade orwelliana, na qual as crianças desde cedo assistiam aos espetáculos de punição dos prisioneiros. O espetáculo devia ser assistido por todos e as técnicas de punição assimiladas pelos cidadãos como forma de evitar ações conspiratórias. Se a proposta era constituir sujeitos obedientes ou levá-los à obediência, esse exemplo, dentre outros, tinha uma função muito exemplar.

Os moradores da sociedade controlada pelo “Grande Irmão” agiam sobre o comando dos discursos com *status* de verdade que circulavam, se mostravam contra qualquer sujeito que ousasse resistir ao determinado pelo IngSoc. Falar sobre uma sociedade disciplinada é pensar acerca dos mecanismos utilizados para que, de fato, a disciplina e a ordem sejam aplicadas.

E pensando na penalidade, segundo o Direito Penal, a aplicação de punição varia de acordo com a culpabilidade do réu, funcionando como um instrumento de exemplo, para que o transgressor e a sociedade sintam as consequências em relação aos delitos cometidos. Tal instrumento faz com que antes da prática de crimes o criminoso reflita sobre os prejuízos e lucros ao infringir uma norma estabelecida por lei. Contudo, a principal função da pena é fazer com que o prisioneiro seja ressocializado e readequado, estando, assim, apto para ser reintroduzido ao convívio social, junto aos cidadãos de bem.

Por muito tempo, conforme explica Foucault (1999), o sistema penal estava resumido à “política do medo”, coagindo a população pelo temor, e aqueles que desobedecessem ao soberano sofreriam o suplício. Mas logo se percebeu que oprimir através do medo não era eficiente, então, teve início uma reestruturação do sistema de punição, substituindo a desorganização pela disciplina e o medo pela atuação penal. Mas, o que estaria por trás dessa máquina de produção de pessoas aptas, dóceis e úteis? A escola.

As instituições de ensino moldam os pensamentos das crianças, transformando-as em agentes do poder. Controlar a mente e, conseqüentemente, o corpo, passou a ser o meio de docilizar a sociedade na qual educar, disciplinar, reprimir, corrigir, vigiar, excluir os indomáveis (os anormais, ou os transgressores) passou a ser a política aplicada. Mas, se o sistema que nos move, tanto educacional quanto governamental, fosse perfeito, não seriam necessárias as instituições “corretivas”, não seriam aplicados castigos (penas, detenção e outros). Desse modo, o cárcere e outras instituições disciplinadoras funcionam como uma segunda escola, na tentativa de reestabelecer o indivíduo, moldá-lo, ou seja, normatizá-lo.

A prisão é uma forma de instituição que tem por função reeducar os sujeitos, funcionando como um dispositivo fechado sobre si, com aspectos específicos. No caso de 1984, esses dispositivos se localizam em construções sem janelas, com paredes altas, estruturas hierárquicas definidas e autonomia funcional (ainda que não ocorressem questionamentos das práticas devido ao medo). No entanto, mesmo que haja um exercício de poder definido, com procedimentos específicos, e uma verdade estabelecida, há espaço para a possibilidade de reação, ou seja, espaço para resistência.

A sociedade fictícia de *1984* retrata um espaço em que impera o controle via discursos disciplinares. Tais procedimentos visam o poder sobre os sujeitos, exigindo um bom desempenho social, corpos úteis e dóceis. Alguns elementos constituem uma sociedade disciplinar: as estratégias aplicadas e os processos que normalizam os sujeitos. Foucault, ao propor que o poder funciona nas mínimas instâncias (os micropoderes), também trata do poder não só como aspecto negativo, mas do poder que gera saberes, pois, de acordo com o filósofo, o “saber não está contido somente em demonstrações, mas pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais” (FOUCAULT, 2007, p. 221). Por isso, no livro *Microfísica do poder*, no capítulo “Verdade e poder”, o filósofo problematiza a dimensão produtiva do poder, na medida em que induz os sujeitos a falarem, a agir de certo modo, evidenciando, assim, o que o poder produz. Em “Verdade e Poder”, o autor afirma que a verdade é produto de várias coerções de efeitos de poder, coloca em evidência o papel do intelectual na sociedade, que deve funcionar como um emissor de “verdades”, persuadindo a população de modo a evidenciar o exercício do poder, no qual o discurso do intelectual veicula e ganha *status* de verdade. Assim como as instituições construídas a princípio com o objetivo de excluir uma parte da sociedade no século XVII, utilizando do hospital como exemplo, lugar que não servia apenas para cura de doentes, como também, lugar onde eram depositados os doentes, prostitutas, os loucos, ou seja, todos aqueles que são considerados como ameaça, evidenciando o funcionamento do poder e ferramentas para que o controle da sociedade fosse efetivado.

Partindo da premissa da necessidade de controle social, algumas estratégias de poder são aplicadas. Ao pensarmos na instância governamental, proposta por Orwell em *1984*, podemos verificar o poder, agindo, até mesmo na distribuição organizacional da sociedade:

Eram as sedes dos quatro Ministérios que entre si dividiam todas as funções do governo: o Ministério da Verdade, que se ocupava das notícias, diversões, instrução e belas artes; o Ministério da Paz, que se ocupava da guerra; o Ministério do Amor, que mantinha a lei e a ordem; e o Ministério da Fartura, que acudia às atividades econômicas. Seus nomes, em Novilíngua: Miniver, Minipaz, Miniamor e Minifarto (ORWELL, 2005, p.14/15).

Utilizando da Novilíngua, George Orwell nos apresenta a organização do funcionamento legislativo, executivo e judiciário de sua sociedade distópica. O autor faz uso desse “idioma” para colocar em evidência o controle da língua e assegurar o controle em qualquer instância social. Tais ministérios funcionavam como fonte de trabalho aos operários,

assim como reguladores dos corpos, ainda podemos buscar referência nos estudos foucaultianos, pois, de acordo com Michel Foucault, uma das funções de se docilizar o corpo é de viés econômico, ou seja, de rendimento financeiro, retorno para o país.

Conforme discute Foucault (1999), aconteceram mudanças em relação ao corpo no decorrer dos anos. No século XVIII, as punições eram feitas por meio de rituais de tortura, os chamados suplícios. Entretanto, as formas de punições violentas começaram a revoltar a sociedade, de modo que o soberano era tratado enquanto agressor, e o transgressor (criminoso) tratado como vítima, considerado coitado. Fatores como esses contribuíram para que ocorressem mudanças sobre a forma de agir sobre o corpo. Buscou-se a sua preservação e sua utilidade. Dessa forma, a nova política visava “cuidar do corpo”, porém, mesmo com tais modificações e novos métodos, ainda ocorrem desvios e novas medidas são necessárias para que a norma seja aplicada e a contenção social seja exercida.

Ao pensar em práticas que visam à disciplina, devemos elencar o conceito trabalhado por Foucault, intitulado governamentalidade. Essa noção é utilizada nas análises arquegenealógicas sob o prisma dos processos históricos que modificaram a soberania e, por consequência, o modelo político. Acerca de tal conceito, três especificidades devem ser consideradas: 1) O conjunto de instituições, procedimentos e táticas que permitem exercer o poder de forma específica sobre a população, visando à utilidade (pessoas sãs e aptas para o trabalho em sociedade); 2) a soberania e a disciplina sobre os outros, utilizando aparelhos específicos e saberes relacionados ao governo de si mesmo, à família e ao Estado, gerando uma positividade do poder; e 3) o poder e sua governamentalidade exercidos pela pastoral cristã. Desse modo a governamentalidade só pode ser efetivada na relação com o outro:

A noção de governo/governo ou governamentalidade vincula-se a essas questões, como uma força que leva um sujeito a mudar de lugar, a mudar de conduta, seja em relação aos outros, seja em relação a si mesmo. Em suma, somos governados pelos outros e por nós mesmos e estamos totalmente inseridos em uma complexa rede de poderes da qual e pela qual nos constituímos enquanto sujeitos, ora submissos ora resistentes, mas sujeitos que se reconhecem neste ou naquele lugar (FERNANDES JÚNIOR, 2014, p. 167).

A governamentalidade (de si e dos outros), considerada uma forma de poder, só é possível na relação sujeito/sociedade, o que implica os mecanismos disciplinares imanentes às práticas de governo. A governamentalidade visa à utilidade do sujeito para a sociedade, ou seja, torná-lo dócil. Acerca da disciplina, Foucault afirma que o controle sobre o corpo realiza

a sujeição constante do sujeito e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade, tornando-o produtivo.

Ao tratar da questão disciplinar, Foucault (1999) afirma que essa é uma ferramenta que interfere positivamente na organização social, dentre outros aspectos, e funciona como ferramenta de adestramento dos corpos que ocupam um lugar na sociedade. Pensando numa sociedade disciplinar, é plausível considerar que, além de organizar o espaço e controlar os corpos, os comportamentos, o tempo, os discursos, ela exerce a vigilância constante, tendo no Panóptico um grande instrumento que, segundo Foucault (1999), controla os atos de forma cuidadosa e produz sujeitos controlados e controláveis.

Foucault ressalta que a disciplina está intrinsecamente ligada ao espaço, ou melhor, à inserção dos corpos em determinado espaço. Nessa perspectiva, as práticas disciplinares fazem funcionar a relação de obediência e utilidade e vice-versa, considerando-se que o poder disciplinar atua sobre o corpo e “fabrica corpos submissos e exercitados, os chamados ‘corpos dóceis’”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade)” (FOUCAULT, 1999, p. 119, grifos do autor).

Em *História da Loucura* (1997), Foucault discute sobre dois dispositivos utilizados pela prática disciplinar – *arte das distribuições e controle da atividade*. Para a primeira, a disciplina busca a submissão dos sujeitos, utilizando quatro técnicas: a) *cerca*; b) *clausura*; c) *localizações funcionais*; e d) *elementos intercambiáveis*.

Sobre a *cerca*, podemos considerar os espaços fechados como as prisões, escolas, manicômios. O princípio de *clausura* seria a divisão da sociedade em parcelas. Acerca das *localizações funcionais*, destaca-se a questão da utilidade do espaço, ou melhor, a funcionalidade, de modo que, ao restringi-lo a um uso específico, seria garantida a vigilância, e o controle. E, por último, a intercambialidade dos elementos, a fim de sustentar os aparelhos disciplinares, de forma que, ao mesmo tempo em que tem por função individualizar, massificam os sujeitos, condicionando-os.

O segundo dispositivo de *controle da atividade* é dividido em cinco aspectos, conforme aponta o filósofo Foucault: a) o horário com a obrigação de atividades e os ciclos de repetição; b) a elaboração temporal do ato, referindo-se ao estabelecimento, de forma metodológica e precisa, no ajuste dos gestos e comportamentos, filiados a elementos de ordem temporal; c) correlação corpo e gesto, considerando que “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 1997, p.130); d) a eficiência do corpo, ou seja, a articulação corpo-objeto; e e) a utilização exaustiva do corpo, tomado enquanto composição de forças, maquinaria de produção que deve ser “esgotada”, ou seja, aproveitada ao máximo.

Além desses dispositivos elencados, o autor ainda discute sobre o exame. Foucault aponta que o exame reúne os aspectos dos outros mecanismos, tais como a vigília, o controle do tempo e do espaço, a utilidade do corpo, etc. O exame funciona como avaliação e determinação do sujeito, promovendo a identificação e a descrição, portanto, uma intervenção disciplinar.

Em *1984*, em especial no espaço da prisão e na sala 101, as relações de poder são estabelecidas seguindo os preceitos específicos do poder disciplinar, uma vez que esse poder é aquele que se ocupa de cada indivíduo, particularmente, no intuito de atingir o grupo, e é exercido de forma a explorar a mente e alma dos sujeitos, objetivando a normatização do corpo e das ações. É promovida uma técnica de controle do espaço ao se instituir o isolamento dos indivíduos, buscando uma efetivação do poder. Assim, o poder disciplinar é tomado em termos de soberania, mostrando que a dominação não se dá de forma centralizada, mas por meio das relações sociais e das relações cotidianas que estabelecem sujeição.

CAPÍTULO 03- A SOCIEDADE DO CONTROLE: CONSTRUINDO SUJEITOS

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 1999, p. 118).

3.1 *Ingsoc*: o poder em funcionamento

Não fazendo uma redução linguística do enunciado, procuramos, neste momento do trabalho, separar os enunciados que tratam do sujeito em diferentes momentos de sua constituição, relacionando-os em séries enunciativas: dócil, rebelde (resistente) e reconfigurado. Buscaremos, neste momento da discussão, com base em Foucault, analisar o funcionamento do poder na sociedade fictícia de George Orwell. Neste tópico, procederemos a análise da obra a fim de verificarmos as formas pelas quais os sujeitos são docilizados, relacionados ao espaço e às normas às quais são submetidos.

Os mecanismos de controle descritos em *1984* reforçam o caráter de disciplina presente na sociedade totalitária, cercada por teletelas, nas quais as pessoas precisam seguir rotinas, executar sua jornada de trabalho, se exercitar, participar de movimentos partidários e, acima de tudo, ser militantes do Partido, amar seu líder e seguir todas as suas instruções.

Winston Smith era residente na cidade denominada pista 01, Londres, terceira mais populosa da Oceania. Trabalhava no Ministério da verdade, tinha 39 anos e era acometido por uma úlcera varicosa acima do tornozelo direito. Ingeria com assiduidade uma espécie de vinho de arroz chinês e o Gin, bebida oleosa, que apesar de queimar com intensidade, fazia parecer que levava um soco na nuca. Sujeito comum, “uma figura miúda, frágil, a magreza do corpo apenas realçada pelo macacão azul que era o uniforme do Partido. O cabelo era muito louro, a face naturalmente sanguínea, e a pele arranhada pelo sabão ordinário, as giletes sem corte e o inverno que mal terminara”(ORWELL, 2005, p. 12).

Assim como os demais habitantes daquela cidade, Winston também se sentia monitorado todo o tempo, fosse pelos cartazes fixados em todos os lugares, com os dizeres em evidência “O grande irmão olha por ti”, fosse pelas teletelas, presentes em todas as casas e lugares públicos e privados; fosse pelos microfones instalados ou por espiões infiltrados, ou qualquer outra forma com que o governo pudesse monitorar os cidadãos mais de perto. As teletelas eram espécies de um meio de comunicação de massa, que funcionava como televisores, cuja função era tanto a de transmitir informações do Partido quanto a de vigiar os sujeitos. Além de inspecionar visualmente, pois possuíam câmeras, as teletelas tinham, também, microfones, que estabeleciam uma ordem “silenciadora”.

Winston sentia-se conformado com a mesmice, no entanto afirmava que “Tinha-se que viver e vivia-se por hábito transformado em instinto na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro” (ORWELL, 2005, p. 13). Esse procedimento de controle ocorria o tempo todo, coagindo as pessoas que viviam sob um regime de “mortos-vivos”. O Partido possuía o controle sobre eles e mesmo em dias em que surgia algum questionamento sobre o Partido e suas ações, era preciso disfarçar, como ilustra o episódio da narrativa no qual Winston, por muitas vezes, precisara “afivelar no rosto a expressão de tranquilo otimismo que era aconselhável usar quando de frente para a teletela” (ORWELL, 2005, p. 14).

A sociedade totalitária era regida pelo lema “Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força” e possuía um líder, chamado e aclamado pelo nome de “Grande Irmão”. Havia ainda, antes do início do trabalho, um momento diário, denominado “dois minutos de ódio”. Nessa rotina, os trabalhadores deveriam insultar e refutar Goldstein, um ex-partidário que infringiu as normas do IngSoc, agora tomado como traidor, e aclamar o Grande Irmão, o líder e benfeitor da nação. Winston, muitas vezes, teceu questionamentos sobre a veracidade de tais fatos, mas nunca dissera nada para ninguém, não queria ser pego pela Polícia do pensamento.

Os dois minutos de ódio faziam com que muitos se revoltassem contra os traidores. Winston era um pouco cético quanto a esse momento, pois, sem que percebesse, era coagido, fazia parte do bando raivoso:

No segundo minuto o ódio chegou ao frenesi. Os presentes pulavam nas cadeiras, e berravam a plenos pulmões, esforçando-se para abafar a voz alucinante que saía da tela. A mulherzinha do cabelo de areia ficara toda rosa, e abria e fechava a boca como peixe jogado à terra. Até o rosto másculo de O'Brien estava corado. Estava sentado muito teso na sua cadeira, o peito largo se alteando e agitando como se resistisse ao embate duma vaga. A morena atrás de Winston pusera-se a berrar "Porco! Porco! Porco!" De repente, apanhou um pesado dicionário de Novilíngua e atirou-o à tela. O livro atingiu o nariz de Goldstein e ricochetou; a voz continuou, inexorável. Num momento de lucidez, Winston percebeu que ele também estava gritando com os outros e batendo os calcanhares violentamente contra a travessa da cadeira (ORWELL, 2005, p. 25- Grifo nosso).

Smith reflete sobre seu comportamento e, em alguns momentos, durante os “dois minutos de ódio”, percebe que não consegue deixar de fazer parte do “delírio coletivo” que ele julgava ser a aclamação do Grande Irmão e a repulsa a Goldstein. No entanto, sempre

cantava com os outros, considerava que “Dissimular os próprios sentimentos, manter a expressão do rosto sobre controle, fazer o que os outros fazem: tudo reações instintivas” (ORWELL, 2005, p. 27). O enunciado grafado por nós, “lucidez”, aparece como um posicionamento de desrazão, uma vez que Winston afirma que todos pareciam mortos-vivos, que eram robôs manipulados, pois, diante de tanta repetição de ira ao inimigo, todos incorporavam ações de devoção ao Partido, evidenciando o que o poder produz, conforme discussão de Foucault apresentada anteriormente, e levava os cidadãos a se constituírem como sujeitos que agiam, sem que controlassem as leis do Partido, mesmo na posição de resistência, Smith incorporava os gritos do Partido, às vezes, de forma inconsciente, outras como modo de disfarce.

De acordo com a ideologia IngSoc, os corpos deveriam produzir e transmitir os discursos partidários e, para isso, eram vigiados, disciplinados, porém, como discute Foucault (1999, p.177), o poder da regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios. E dentro desse conjunto de “loucos adoradores”, Winston se destacava pela aversão, mas é preciso considerarmos que:

o poder implica ação e a reação e se exerce de formas variadas e multifacetadas no meio social, temos que considerar a dualidade poder/resistência como elemento constitutivo desse campo de forças, ou seja, um pressupõe o outro. Assim, a noção de poder e, por conexão, a noção de governo implicam a noção de sujeito. Condução de condutas, ação e reação: condição para o exercício do poder entre sujeitos (FERNANDES JÚNIOR, 2014, p. 166).

Desse modo, as relações de poder condicionam o sujeito e suas condutas. Correlacionando essa citação com o fragmento anterior, quando recortamos os enunciados que tratam dos dois minutos de ódio, temos uma situação ambivalente. Smith não acredita nas leis do Partido, mas, como os outros, ele faz coro às palavras de ordem; por um lado, tem consciência de sua condição de “desvio” e dos riscos que corre; por outro, adere aos gritos como forma de defesa, de mascarar seu posicionamento. De forma que a ação é a crítica ao funcionamento do poder na sociedade em que vive, a reação seria a adesão ao grupo anti-partidário, evidenciando que o poder produz ação, assim como reação, como afirma Foucault, onde há poder, há resistência.

Em 1984 por mais que a sociedade fosse vigiada, controlada e dominada pelo IngSoc, havia muitos desviados, muitos “curiosos” acerca dos discursos que circulavam- com *status* de verdade:

O estranho, todavia, é que embora Goldstein fosse odiado e desprezado por todo mundo, embora todos os dias, e milhares de vezes por dia, nas tribunas, teletelas, jornais, livros, suas teorias fossem refutadas, esmagadas, ridicularizadas, apresentadas aos olhos de todos como lixo atoa... e apesar de tudo isso, sua influência nunca parecia diminuir. Havia sempre novos bocós esperando para ser seduzidos. Não se passava dia sem que espiões e sabotadores, obedientes a ordens dele, não fossem desmascarados pela Polícia do Pensamento (ORWELL, 2005, p.32).

Os “dois minutos de ódio” funcionavam como um momento em que as pessoas “condenavam” os desviados e glorificavam a figura do líder. Utilizavam dessas técnicas com o propósito da exposição da figura de um transgressor, fazendo com que os demais ficassem temerosos quanto à forma de se comportarem, pois sabiam da existência da Polícia do Pensamento, que investigavam até mesmo os crimes que ainda estavam apenas no plano de ideias dos sujeitos. Esse tipo de condenação era denominada de *crimideia*, um dos neologismos criados por Orwell no livro em destaque. Podemos observar que, via instrumentos normalizadores até o momento elencados –cartazes, teletelas, “dois minutos de ódio”, Polícia do Pensamento- aparece um poder instaurado, determinando assim uma ordem discursiva, que determina, também, o trânsito entre as posições-sujeito de Winston. Nesse sentido, por meio das práticas de subjetivação, Winston ora se mostra conformado, com os demais, ora sente repulsa, afirmando que se vive, por viver, sem propósitos, evidenciando um possível deslocamento da posição de sujeito docilizado.

Outra técnica de controle era a implantação dos princípios partidários desde muito cedo. As crianças eram ativas na disseminação da ideologia do governo:

Quase todas as crianças eram horríveis. O pior de tudo é que, com auxílio de organizações tais como os Espiões, eram sistematicamente transformadas em pequenos selvagens incontroláveis, e no entanto nelas não se produzia qualquer tendência de se rebelar contra a disciplina do Partido. Ao contrário, adoravam o Partido, e tudo quanto tinha ligação com ele. As canções, as procissões, as bandeiras, as caminhadas. a ordem unida com fusis de madeira, berrar palavras de ordem, adorar o Grande Irmão - era para elas uma espécie de jogo formidável. Toda sua ferocidade era posta para fora, dirigida contra os inimigos do Estado, contra os forasteiros, traidores, sabotadores, ideocriminosos. Era quase normal que as pessoas de mais de trinta tivessem medo aos próprios filhos. (ORWELL, 2005, p. 36)

Muitas organizações eram criadas a fim de vigiar uns aos outros. Além da Polícia do pensamento, haviam agentes disfarçados entre os proletários, havia uma equipe que se dedicava na organização da “Semana do ódio”, nomeada “os espiões”, e tanto outros, como a “Liga Juvenil Anti-sexo”. Novamente, a norma está presente e tais processos normativos,

como a vigilância, a disciplinarização, a modificação do passado (palimpsesto), faz com que os sujeitos sejam constituídos, moldando-os.

Podemos verificar o controle social, dada pela função do sexo. Assim como no discurso religioso católico, no qual o sexo é proibido fora do casamento e fora de situações que não visam à procriação, assim como toda relação entre homem e mulher que não fosse voltada para o matrimônio e procriação. Como forma de repressão a esse tipo de prática, as mulheres deviam participar de uma liga que pregava a ideologia contra a sexualidade, haja vista que o sexo tinha função apenas de reprodução, pois o desejo, visto como algo individual e pessoal, não era permitido:

Winston ia ocupando seu lugar numa das filas do meio quando entraram inesperadamente na sala duas pessoas que conhecia de vista, mas com quem nunca falara. Uma delas era uma moça com quem se encontrara muitas vezes nos corredores. Não sabia como se chamava, mas sabia que trabalhava no Departamento de Ficção. Era de presumir - pois a vira levando uma chave inglesa nas mãos sujas de graxa - que fosse mecânica de uma das máquinas de novelizar. Devia ter uns vinte e sete anos, e era de aparência audaciosa, com cabelo negro e espesso, rosto sardento e movimentos rápidos, atléticos. Uma estreita faixa escarlate, emblema da Liga Juvenil Anti-Sexo, dava várias voltas à sua cintura, o suficiente para realçar as curvas das ancas (ORWELL, 2005, p. 20).

Ao se posicionar na fila, Smith vê uma moça e, num primeiro instante, sente aversão à moça, pois considerava que “Os adeptos mais fanáticos do Partido, os devoradores de slogans, os espiões amadores e os farejadores de inortodoxia eram sempre mulheres, sobretudo as jovens. Mas aquela garota em especial dava a impressão de ser mais perigosa (ORWELL, 2005, p. 20), no entanto, ela chamava-lhe atenção. Na ficção de Orwell, a relação amorosa fora do casamento era proibida, assim como o sexo, uma das formas de regulação dos sujeitos. A proibição reforçada pelo uso da faixa escarlate, instaurando o discurso anti-sexo, o que fez com que Winston ficasse receoso quanto a aproximação.

Através do discurso de poder instaurado e das ferramentas utilizadas para docilizar a população, Winston Smith sente-se desapropriado, sem lugar naquela sociedade, como se ele não pertencesse àquele lugar, pois era tudo controlado, tudo redimensionado, tudo organizado em prol de uma verdade, a do Partido:

Os princípios sagrados do Ingsoc: Novilíngua, duplepensar, a mutabilidade do passado. Sentiu-se como quem vagueia nas florestas do fundo do mar, perdido num mundo monstruoso onde ele próprio era o monstro. Estava só. O passado morto, o futuro inimigável. Que certeza haveria de estar ao seu

lado uma única criatura humana viva? E de que maneira saber que o domínio do Partido não duraria para sempre? Como resposta, os três lemas da fachada branca do Ministério da Verdade lhe voltaram à mente: GUERRA É PAZ LIBERDADE É ESCRAVIDÃO IGNORÂNCIA É FORÇA .Tirou do bolso uma moeda de vinte e cinco centavos. Ali também, em letras minúsculas porém nítidas, liam-se as mesmas frases; do outro lado a cabeça do Grande Irmão. Até do dinheiro aqueles olhos o perseguiram. Moedas, selos, capas de livros, faixas, cartazes, maços de cigarro - em toda parte. Sempre os olhos fitando o indivíduo, a voz a envolvê-lo. Adormecido ou desperto, trabalhando ou comendo, dentro e fora de casa, no banheiro ou na cama - não havia fuga. Nada pertencia ao indivíduo, com exceção de alguns centímetros cúbicos dentro do crânio (ORWELL, 2005, p. 328- Grifos nossos).

E são esses “centímetros” dentro do crânio que fazem com que Winston se desgarre do bando e busque novas alternativas de sobrevivência. Como aparece no fragmento, alguns enunciados merecem destaque: “moeda de vinte e cinco centavos. Ali também, em letras minúsculas, porém nítidas, liam-se as mesmas frases”, “Até do dinheiro aqueles olhos o perseguiram”, “não havia fuga”, evidenciando o controle e presença do poder por todos os lados, em todos os lugares, não permitindo desvios, ou melhor, evitando-os. Assim como aparece nos enunciados recortados nesse tópico do trabalho, podemos perceber que Winston não ocupa a posição-sujeito dócil, ele apenas simula, disfarça, para não ser pego como transgressor da ordem instaurada.

Podemos, ainda, verificar as marcas de enunciação presentes nos enunciados recortados deste fragmento, sendo possível observar que há distintas predominâncias enunciativas ligadas à docilidade dos sujeitos. Nesse caso de docilidade do sujeito, uma vez conformado com a situação que lhe era imposta, há a recorrência de traços narrativos que são apresentados como se não houvesse responsável por ele, pois locutor e interlocutor estão ausentes desse tipo de ato de enunciação. Marcas enunciativas essas que podem ser verificadas em “GUERRA É PAZ LIBERDADE É ESCRAVIDÃO IGNORÂNCIA É FORÇA” (2005, p.328), aparecendo como uma máxima, uma verdade incontestável, assim como é feito como acontece com a exaltação da figura do “Grande Irmão”, tomando-o como um Deus.

Portanto, o poder é exercido por meio dos discursos, como discute Foucault e aparece em 1984. Os discursos atuam na produção de verdades e dos sujeitos, como pode ser verificado no enunciado “Não se passava um dia sem que espões e sabotadores, obedientes a ordens dele, não fossem desmascarados pela Polícia do Pensamento”, evidenciando a recorrência de transgressores, logo de falhas no sistema de controle.

Pelo enunciado "com auxílio de organizações tais como os Espiões, eram sistematicamente transformadas em pequenos selvagens incontroláveis e, no entanto, nelas não se produzia qualquer tendência de se rebelar contra a disciplina do Partido" (ORWELL, 2005, p.36). Percebemos o discurso do Partido veiculado e fazendo novos seguidores, corpos dóceis que docilizavam seus filhos (efeito cascata), assim como enunciados que reiteram a falta de privacidade e a falta de "vida" ("Com o desenvolvimento da televisão, e o progresso técnico que tornou possível receber e transmitir simultaneamente pelo mesmo instrumento, a vida particular acabou" (ORWELL, 2005p. 178), eram conduzidos a seguir um determinado princípio e deveriam agir como robôs, que nada questionam, só fazem o determinado. Essa sequência enunciativa nos permite verificar a organização e disseminação do discurso do Partido, emprega um jogo discursivo que visa ao exercício do poder e sua aceitação, gerando sujeitos dóceis e conformados, amando o poder e, principalmente, seu líder o – Grande Irmão.

São os discursos "militantes", os autorizados a veicular, como a adoração ao "Grande Irmão", o desprezo pelo traidor (Goldstein, nos "Dois minutos de ódio"), a repressão sexual, o temor à "polícia do pensamento" e outras práticas que estão ligadas ao exercício do poder e à construção do sujeito, funcionando como ferramentas para a manutenção da ordem e do regime totalitário na obra de Orwell.

3.2 Regularidades do discurso: retifica. com proibições

Neste momento, propomos-nos a estudar um conjunto de enunciados recortados em fragmentos da obra de Orwell, que referendam a inserção de Winston na posição-sujeito de transgressor. Destacaremos enunciados que remetem à rebeldia, ou melhor, à construção de uma prática de resistência contra a obrigatoriedade da docilização, imposta pelo sistema totalitário vigente na obra de ficção.

No romance, Winston Smith é funcionário do Ministério da Verdade e tem como função alterar informações já publicadas em jornais antigos e "redivulgá-las", de acordo com ordens superiores, segregando e controlando os discursos de acordo com os interesses do Estado: "O passado era raspado, esquecida a raspagem, e a mentira tornava-se verdade" (ORWELL, 2005, p. 24). Percebe-se, a partir das sequências enunciativas recortadas da obra, a manipulação das informações de acordo com o momento e com o que fosse de interesse do Estado, mesmo que essa subversão consistisse em mentir e desmentir. Tais alterações provocam uma mudança no comportamento do sujeito em estudo, fazendo-o questionar as

demais imposições propostas pelo Partido *IngSoc* (Partido socialista Inglês), que liderava o sistema totalitário presente no romance.

No Ministério da Verdade, o personagem Winston Smith tem a missão de alterar as notícias, a fim de favorecer o Partido, o que traz implicações à sua constituição enquanto sujeito, pois provoca um sentimento de revolta, gerada silenciosamente em seus pensamentos, modificando-o. O Partido solicitava que o passado fosse alterado e que se produzisse outra versão da história, em atenção aos interesses do modelo político em vigência. Todas as informações passadas, que não atendiam ao projeto político do estado, deveriam ser reescritas. O passado tornava-se uma construção do presente, pois se apagava a memória de outros fatos para produção de outras verdades. Assim, a memória e o passado, ao serem reescritos, deveriam estar de acordo com as questões atuais, como forma de evitar pensamentos contrários ou que os cidadãos, de posse dessas informações, pudessem questionar os abusos de poder cometidos pelo Partido. Tal discussão foi por nós apresentada no tópico sobre discurso e história, quando mostramos que o passado, e os documentos por ele produzidos, são produtos de invenções, de intervenções de historiadores, ou, no caso de *1984*, de sujeitos autorizados a reescrever a história do *IngSoc*.

Smith encontra-se em uma posição conflituosa, mesmo sabendo que, ao agir contra os princípios partidários, poderia ser penalizado, ele encontra-se em uma situação de embate: para buscar respostas, precisava recorrer ao passado, às memórias, porém o passado também era controlado pelo governo, e o que ele possuía em mente eram só informações soltas desconexas, nada comprovado. Em um determinado momento, Winston compra um livro que, mais tarde, seria utilizado como um diário, nele poderia escrever, num ângulo que fugia ao alcance de vigia das teletelas:

Em parte, fora a extraordinária topografia do cômodo que lhe sugerira o que agora se dispunha a fazer, Mas fora também sugerido pelo caderno que acabara de tirar da gaveta. Era um livro lindo. O papel macio, cor de creme, ligeiramente amarelado pelo tempo, era de um tipo que não se fabricava havia pelo menos quarenta anos. Era de ver, entretanto, que devia ser muito mais antigo. Vira-o na vitrine de um triste bricabraque num bairro pobre da cidade (não se lembrava direito do bairro) e fora acometido imediatamente do invencível desejo de possuí-lo. Os membros do Partido não deviam entrar em lojas comuns ("transacionar no mercado livre," dizia-se), mas o regulamento não era estritamente obedecido, porque havia várias coisas, como cordões de sapatos e giletes, impossíveis de conseguir de outra forma. Relanceara o olhar pela rua e depois entrara, comprando o caderno por dois dólares e cinquenta. Na ocasião, não tinha consciência de querê-lo para nenhum propósito definido. Levara-o para casa, às escondidas, na sua pasta. Mesmo sendo em branco, o papel era propriedade comprometedora (ORWELL, 2005, p. 16-17).

No fragmento recortado, podemos verificar que o sujeito inicia um processo de ocupação em determinada posição de desrazão, posição construída subjetivamente, podendo ser verificada pelos enunciados, dizeres e comportamentos, posições reguladas por um regime de verdade instaurado no romance. No início desse fragmento, verificamos que, até mesmo a disposição civil do cômodo, faz com que a sua rebeldia fosse afluída, permitindo-lhe uma fuga dos moldes estabelecidos que, no entanto, poderia ser configurada como crime, logo comprometê-lo. Em “Os membros do Partido não deviam entrar em lojas comuns”, é evidenciado o controle social sobre os sujeitos, sendo possível verificar que nem sempre as ordens eram cumpridas (“o regulamento não era estritamente obedecido, porque havia várias coisas, como cordões de sapatos e giletes, impossíveis de conseguir de outra forma”), permitindo-nos verificar que, por mais que houvesse normas, muitas vezes, essas eram descumpridas.

Ainda acerca do fragmento exposto acima, podemos destacar dois enunciados: “O papel macio, cor de creme, ligeiramente amarelado pelo tempo, era de um tipo que não se fabricava” e “Mesmo sendo em branco, o papel era propriedade comprometedora”, remetendo-nos à questão do apagamento do passado e à reescrita dele (palimpsesto), em que ficam evidentes algumas memórias de produtos antigos e sua função. Assim como o papel, o qual poderia servir como evidência ou como forma de “não esquecimento” do que se vivia no presente, como o fazia Winston, por isso era um objeto proibido, encontrado apenas no mercado ilegal.

Alguns indícios de resistência à ordem instaurada começam a aparecer no interior dos pensamentos de Winston, por isso ele se propõe a escrever um diário e buscar, por meio das palavras que ali rabiscasse, encontrar algum resquício de passado:

O que agora se dispunha a fazer era abrir um diário. Não era um ato ilegal (nada mais era ilegal, pois não havia mais leis), porém, se descoberto, havia razoável certeza de que seria punido por pena de morte, ou no mínimo vinte e cinco anos num campo de trabalhos forçados. Winston meteu a pena na caneta e chupou-a para tirar a graxa. A pena era um instrumento arcaico, raramente usada, mesmo em assinaturas, e ele conseguira uma, furtivamente, com alguma dificuldade, apenas por sentir que o belo papel creme merecia uma pena de verdade em vez de ser riscado por um lápis-tinta (ORWELL, 2005, p. 17).

E é nesse caderno que Winston inicia sua escrita acerca de seu incômodo perante as normas estabelecidas e a “realidade” que o afagava. Passa algum tempo a escrever e percebe que escreve um monte de idiotices que lhe vinha à cabeça. Passado um tempo, ele faz do diário um confessional, no qual deixa em claro o seu posicionamento ao escrever em uma folha inteira “Abaixo ao Grande Irmão”. Ele se sentia como um homem morto, considerando que “O pensamento crime não acarreta a morte: o pensamento-crime é a morte” (ORWELL, 2005, p. 40):

Seus olhos tornaram a focar a página. Descobriu que estivera escrevendo, num gesto automático, ao mesmo tempo em que a memória divagava. E não era mais a letra desajeitada e miúda de antes. A pena correria voluptuosamente sobre o papel macio, escrevendo em grandes letras de imprensa:

ABAIXO o GRANDE IRMÃO
 ABAIXO o GRANDE IRMÃO
 ABAIXO o GRANDE IRMÃO
 ABAIXO o GRANDE IRMÃO
 ABAIXO o GRANDE IRMÃO

muitíssimas vezes, enchendo meia página.

Não pôde deixar de sentir um laivo de pânico. Era absurdo, pois escrever aquelas palavras não era mais perigoso que o ato inicial de abrir o diário, mas, por um momento se sentiu tentado a rasgar as páginas usadas e abandonar por completo a empresa. Não o fez, contudo, porque sabia ser inútil. Quer escrevesse ABAIXO O GRANDE IRMÃO ou não, não fazia diferença. Quer continuasse o diário, quer parasse, não fazia diferença. A Polícia do Pensamento o apanharia do mesmo modo. Cometera - e teria cometido, nem que não levasse a pena ao papel - o crime essencial, que em si continha todos os outros. Crimidéia, chamava-se. O crimidéia não era coisa que pudesse ocultar. Podia-se escapar com êxito algum tempo, anos até, porém mais cedo ou mais tarde pegavam o criminoso (ORWELL, 2005, p. 29).

Smith tinha consciência de sua transgressão, pois como aparece no enunciado, escrever aquele diário “era absurdo”, assim como era consciente do controle e das possíveis penalidades, tendo certeza, por vezes, que seria pego, pois o controle estava por todo lado, como evidenciado em “Quer continuasse o diário, quer parasse, não fazia diferença. A Polícia do Pensamento o apanharia do mesmo modo”. Podemos identificar marcas linguísticas que podem ser associadas ao ato enunciativo, pois, ao escrever “ABAIXO O GRANDE IRMÃO” em seu diário, Winston se coloca em uma posição de rebeldia e intui quais implicações podem derivar de tal ato. Esse posicionamento do sujeito indica que no processo de alocação, o locutor implica o interlocutor e lhe impõe o conteúdo de sua intenção comunicativa. Winston

tem dentro de si um saber já incorporado sobre as práticas discursivas do Partido, e antevê as consequências de sua rebeldia (“A policia do pensamento o apanharia do mesmo modo”).

Cada vez mais, a ideia de reinvenção do passado, bem como as modificações que tinha que fazer dos fatos históricos, assolavam Winston. A nova informação dava lugar à velha, e a velha era desprezada:

Nas paredes do cubículo [no ministério da verdade onde trabalhava] havia três orifícios. À direita do falascreve, um pequeno tubo pneumático para mensagens escritas; à esquerda, outro maior, para jornais; e no meio, bem ao alcance do braço de Winston, uma grande abertura retangular protegida por uma grade de arame. Destinava-se ao desembaraço de papéis servidos. Aberturas idênticas existiam aos milhares, ou às dezenas de milhares em todo o edifício, não apenas nas salas, como a pequenos intervalos, nos corredores. Por um motivo qualquer, haviam sido apelidados de buracos da memória. Quando se sabia que algum documento devia ser destruído, ou mesmo quando se via um pedaço de papel usado largado no chão, era gesto instintivo, automático, levantar a tampa do mais próximo buraco da memória e jogar o papel dentro dele para que fosse sugado pela corrente de ar morno, até as caldeiras enormes, ocultas nalguma parte, nas entranhas do prédio (ORWELL, 2005, p. 51).

No fragmento supracitado, temos uma descrição do espaço, assim como de um elemento muito importante da obra - o buraco da memória – que faz emergir o efeito de sentido de que se devia “carbonizar” as memórias do passado, como aparece no enunciado “pela corrente de ar morno, até as caldeiras enormes”, ou seja, o passado registrado nos papéis que iam para o tubo de carbonização não existiria mais, era apagado pelo fogo e reescrito por um funcionário, que exercia essa função em nome do Partido, no caso, Smith. É importante salientar que a memória tratada na AD é a memória discursiva, diferente da memória psicológica. A memória psicológica liga-se ao afeto, enquanto a memória discursiva exclui os indivíduos, negando a afetividade (lembrança). Ao mudar o passado, anula-se a possibilidade dessa memória discursiva, que se dá pelos discursos, e anula-se a memória dos sujeitos também. Apagam-se textos e documentos e fixa-se uma única verdade, cujo efeito é fazer acreditar que sempre foi assim. Este é o discurso: não há contraposição, não há como criticar o Partido, pois sempre foi assim, e era esse o discurso que deveria ser veiculado: o Partido sempre fez o melhor pelas pessoas e sempre será o melhor para a sociedade.

Além das alterações nos registros e da manipulação das notícias que acontecem no departamento de registros, há a alteração de revistas, livros e demais documentos que possam

vir a comprometer o Partido. Winston era responsável pelas correções e os registros anteriores eram incinerados:

Assim que Winston providenciou as correções ordenadas, prendeu com um grampo as correções falsificadas aos exemplares correspondentes do Times e meteu-os no tubo pneumático. Daí, com um movimento tão inconsciente quanto possível, amassou o recado original e as notas que havia feito, e atirou-as no buraco da memória, para pasto das chamas (ORWELL, 1948, p. 54).

O fragmento anterior permite-nos verificar a emergência da necessidade de se apagar o passado, tratando-o como inexistente, era como se o passado nunca tivesse existido, ou que as regras do Partido atuais, sempre foram assim. Esse é o discurso da dominação, fazer com que as pessoas acreditem que sempre foi assim.

As semanas vão passando e o sentimento de vulnerabilidade assola Winston, os “dois minutos de ódio” diários só o fazem perceber que, em meio ao alvoroço de difamação e revolta contra o traidor Goldstein, surge um novo sentimento:

havia momentos em que o ódio de Winston não se dirigia contra Goldstein mas, ao invés, contra o Grande Irmão, o Partido e a Polícia do Pensamento; e nesses momentos o seu coração se aproximava do solitário e ridicularizado herege da tela, o único guardião da verdade e da sanidade num mundo de mentiras. No entanto, no instante seguinte se irmanava com os circunstantes, e tudo quanto se dizia de Goldstein lhe parecia verdadeiro. Nesses momentos, o seu ódio secreto pelo Grande Irmão se transformava em adoração, e o Grande Irmão parecia crescer, protetor destemido e invencível, firme como uma rocha contra as hordes da Ásia, e Goldstein, apesar do seu isolamento, sua fraqueza e da dúvida que cercava a sua própria existência, lhe parecia um hipnotizador sinistro, capaz de destruir a estrutura da civilização pelo mero poder da voz. Nesses momentos era até possível dirigir o ódio neste ou naquele rumo, por ato voluntário (ORWELL, 2005, p. 25).

Uma tormenta de pensamentos anti-partidários afoita Winston Smith, como aparece em “e tudo quanto se dizia de Goldstein lhe parecia verdadeiro”, desde a relação de veneração ao traidor e a escrita de um diário. Agora outro fator lhe angustiara, o encontro com Júlia no corredor, na verdade, uma eventualidade, pois ambos trabalhavam no mesmo local e seria normal se encontrarem hora ou outra. Mas aquele “encontro” provocou algo em Winston e, como já posto em evidência, uma das formas de controle social era por meio da proibição de

relacionamentos amorosos/sexuais. Revirando seus pensamentos para a escrita do diário, Winston recorda-se de um momento passado, no qual vivera um desejo carnal:

A escapada com aquela mulher fora a primeira, em dois anos ou mais. Andar com prostitutas era proibido, naturalmente, mas era dessas regras que às vezes os militantes tinham coragem de quebrar. Era perigoso, mas não era caso de vida ou morte. Ser apanhado com uma marafona poderia significar cinco anos num acampamento de trabalhos forçados; apenas isso, se não houvesse outra infração. E era fácil, contanto que se evitasse ser surpreendido no ato (ORWELL, 2005, p. 83).

A revolta vai se integrando ao corpo frágil de Winston, cuja amargura de existir torna-se evidente, bem como as interrogativas acerca do regime político vigente que o incomodam cada vez mais. Vejamos:

Por que teria de ser sempre assim? Por que não poderia ter uma mulher própria, em vez de recorrer a essas aventuras sórdidas, com intervalos de vários anos? Um amor genuíno, porém, era quase impossível de imaginar. Todas as mulheres do Partido eram iguais. Nelas a castidade era tão profunda quanto à lealdade ao Partido. Por meio de cuidadoso condicionamento, em tenra idade, por meio de jogos e água fria, pelo lixo que lhes impingiam na escola, nos Espiões e na Liga Juvenil, por meio de conferências, paradas, canções, lemas e música marcial, tinham expulso o sentimento natural. A razão dizia-lhe que devia haver exceções, mas no fundo do coração não acreditava nisso. Eram todas inexpugnáveis, como desejava o Partido. E o que ele queria, mais do que ser amado, era deitar abaixo aquela muralha de virtude, mesmo que fosse apenas uma vez na vida inteira. Executado com êxito, o ato sexual era rebelião. O desejo era crimidéia (ORWELL, 2005, p. 84).

Como discutido por Foucault, controlando o sexo, há o controle sobre o corpo, e assim o controle social. O corpo é utilizado como instrumento de controle e disciplina, diretamente associado à organização de uma complexa rede discursiva. Em sua reflexão social e histórica, Foucault afirma que, no decorrer da Idade Média, a Igreja inscreve no corpo dos indivíduos a necessidade do cuidado moral, desde seus gestos até sua forma de comportamento deveriam seguir um rígido padrão de controle. Da mesma forma, notamos, em Orwell, tal cuidado com o corpo²⁷ e a incitação sexual, que pode ser observada em uma

²⁷ Ao pensarmos em corpo na perspectiva da AD, não podemos considerar corpo enquanto conjunto de massa e sangue, mas sim como corpo que é/está inserido no social e marcado por ele. Acreditando ser o corpo uma construção histórica, somos levados a pensar sua construção social e os sentidos que são implicados. Assim o corpo é tratado aqui, como suporte ou instrumento para a constituição de uma subjetividade.

passagem do romance quando Winston tece a seguinte afirmação sobre o perigo dos instintos: “O pior inimigo de uma pessoa, era seu sistema nervoso. A qualquer momento a tensão que se acumulava em seu interior corria o risco de traduzir-se num sintoma observável” (ORWELL, 2005, p. 82). Nesse excerto observa-se que estímulos provocados pelo desejo sexual poderiam vir a interferir no comportamento dos indivíduos, e era esse o receio do sistema de controle, uma vez que

A intenção do Partido não era apenas impedir que homens e mulheres desenvolvessem laços de lealdade que eventualmente pudessem escapar de seu controle. O objetivo verdadeiro e não declarado era eliminar todo prazer do ato sexual. O inimigo era menos o amor que o erotismo, tanto dentro como fora do matrimônio. Todos os casamentos entre os membros do Partido tinham de ser aprovados por uma comissão especialmente nomeada para esse fim [...] O único propósito reconhecido do casamento era gerar filhos para servir ao Partido. A relação sexual devia ser encarada como uma operaçãozinha ligeiramente repulsiva, uma espécie de lavagem intestinal. Isso tampouco era dito com todas as letras, sendo antes inculcado sub-repticiamente a cabeça dos membros do Partido desde a mais tenra infância (ORWELL, 2005, p.83/84).

Por meio da repressão ao sexo, o Partido evitava o elo entre as pessoas e o desejo, que poderia despertar outros sentimentos como o de liberdade e resistência aos preceitos estabelecidos, como aparece no enunciado “O objetivo verdadeiro e não declarado era eliminar todo prazer do ato sexual”, eliminando o sexo, o prazer, sobraria mais “energia”, que poderia ser convertido em trabalho.

Em determinado momento da obra, Winston chega a refletir sobre tal aniquilamento do desejo sexual e cita que o Partido, mesmo que não conseguisse evitar o ato sexual entre as pessoas, priorizava seu “distorcimento”, até mesmo o sexo com a finalidade de procriação, pois, de acordo com um plano do IngSoc, “Todas as crianças seriam geradas por inseminação artificial (semart, em Novilíngua) e criadas por instituições públicas” (ORWELL, 2005, p. 84), ou seja, desde recém-nascidos, seriam treinados, programados a obedecer o Partido, facilitando o exercício do poder e controle social. Como tal atividade não era desenvolvida ainda, o controle era realizado desde a infância, como se percebe no enunciado “inculcado sub-repticiamente na cabeça dos membros do Partido desde a mais tenra infância”, reforçando a forma de controle que se efetivava desde a infância, construindo a ideia de não questionar, por que questionar aquilo que aprendeu desde cedo? Assim, o discurso é a imposição dos

interesses do Partido – para isso ocorrer, deveria fazer com que todos acreditassem que era assim, e que sempre se agiu dessa forma.

Para Winston, a privação do sexo não funcionava somente como a asseguaração do controle, em seu pensamento, a proibição do sexo “levava à histeria, desejável porque podia ser transformada em fervor guerreiro e veneração ao líder” (ORWELL, 2005, p.161). Tal fato é reafirmado pelo enunciado “nosso dever para com o Partido” (ORWELL, 2005, p.85) relacionado à função do sexo no casamento, que determinava a procriação como forma de aumentar a mão de obra, fazendo aparecer assim uma marca enunciativa, reiterando a veiculação do discurso rebelde, e a necessidade de evidenciá-la para o interlocutor, no caso, o leitor.

O discurso da procriação e utilidade do indivíduo remete a um já-dito, ou seja, a crítica de Marx ao capitalismo (“O Manifesto do Partido Comunista”, de 1848) referindo-se a um domínio de memória, relacionado ao enunciado “O Partido proclamava, naturalmente, ter libertado os proles da servidão. Antes da Revolução eram oprimidos pelos capitalistas, tinham sido chicoteados e submetidos à fome, as mulheres forçadas a trabalhar, as crianças vendidas às fábricas com a idade de seis anos”. (ORWELL, 2005, p. 92), e o discurso de salvação da “praga” do capitalismo era veiculado, objetivando assegurar o controle, por meio do medo que esse modelo econômico retornasse.

3.2.1 Rebelde com causa: assumindo uma posição

Conforme discute Fernandes Júnior (2014, p. 166), “corpo e subjetividade são afetados e afrontam as forças do mundo (o fora) e, ao mesmo tempo, são atravessados pelo encontro com outros corpos (alteridade)”, a relação com outros sujeitos e consigo mesmo apontam para “um movimento/enfrentamento de forças envolvidas na relação que o sujeito estabelece com o mundo, com os discursos e com a história”, ou seja, há uma contínua constituição dos sujeitos, dada por diversos fatores como social e histórico, por exemplo. A nossa constituição não é fixa, é atravessada pelos discursos do outro e está em constante movência. Insistente em seus pensamentos, e mesmo deslocando por duas posições discursivas conflitantes, o sujeito Winston parece se identificar mais com a posição de resistência, de rebeldia. Winston se propõe a pensar numa possível “derrubada do poder”, reiterando o que Foucault discute em seus trabalhos, onde há poder, há resistência, atestando

que apesar do controle, há espaço para dúvida, para resistir, assim como escreve às escondidas em seu diário:

Se há esperança, escreveu Winston, está nos proles. Se esperança houvesse, devia estar nos proles, porque só neles, naquela massa desdenhada, formigante, 85% da população da Oceania, podia se gerar força suficiente para destruir o Partido. O Partido não poderia ser derrubado de dentro. Seus inimigos, se é que tinha inimigos, não tinham modo de se reunir, nem mesmo de se identificar. Mesmo que existisse a legendária Fraternidade, como era possível que existisse, era inconcebível que os seus membros pudessem jamais se reunir em grupos maiores que dois ou três. A rebelião revelava-se num olhar, numa inflexão da voz; no máximo, num cochicho ocasional. Mas os proles, se de algum modo adquirissem consciência do seu poderio, não precisariam conspirar. Bastava-lhes levantarem-se e sacudir-se, como um cavalo sacode as moscas. Se o quisessem, poderiam demolir o Partido no dia seguinte. Mais cedo ou mais tarde, isso lhes haveria de ocorrer. No entanto... [...] Escreveu: Não se revoltarão enquanto não se tornarem conscientes, e não se tornarão conscientes enquanto não se rebelarem (ORWELL, 2005, p. 88).

No enunciado “Mesmo que existisse a legendária Fraternidade, como era possível que existisse”, é possível verificar o apagamento da memória e dos discursos, que é tão forte que o narrador, ao descrever o pensamento de Winston, personagem escolhido como foco da narrativa, parece não ter mais certeza da existência de algumas possibilidades.

O mesmo enunciado infere um já-dito, um campo associado e uma memória discursiva, fazendo eco aos preceitos marxistas, que delegam ao proletariado a possibilidade de rebelião, ou seja, a busca por uma vida melhor, questionando o porquê de “os que no regime burguês trabalham não lucram e os que lucram não trabalham” (MARX & ENGELS, 1848, p. 10), marcando a diferença social e luta pelos ideários comunistas. O texto tece críticas ao capitalismo e acende a possibilidade de revolução, pela máxima “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX & ENGELS, 1848, p. 10). Como o romance mistura totalitarismo de esquerda e de direita²⁸, pode-se vislumbrar que essa discussão aparece também, de outro modo, no livro *A revolução dos bichos* (publicado em 1945), também de George Orwell, verificando-se uma rede enunciativa, no qual valores socialistas, partilhados

²⁸Alguns o enxergaram [o romance *1984*] como um ataque ao stalinismo ou ao totalitarismo em geral, ou às tendências diretivas (na época do governo trabalhista) do socialismo de Estado britânico. Outros o interpretaram como uma investida contra as pretensões dos intelectuais de esquerda ocidentais. Outros, ainda, explicaram-no como uma febril alucinação advinda da tuberculose [...] Apesar de fazer uma espécie de advertência, não é uma profecia (o que Orwell sabia, tanto quanto qualquer um, ser impossível e sem sentido). É um livro sobre o presente contínuo: uma atualização da condição humana. O que mais importa é que ele nos lembra de muitas coisas nas quais normalmente evitamos pensar (PIMLOTT, 1989, p. 386 - Posfácio de *1984*).

pela revolução dos animais - no caso uma analogia aos proletariados -, vão, aos poucos, cedendo às imposições do modelo capitalista. Quando elencamos as condições de produção de *1984*, observamos que os enunciados que emergem da obra, remetem a um já-dito, a um campo associado, à memória discursiva. Não é em vão que o termo “os proles” é utilizado por Orwell, por que esse enunciado e não outro em seu lugar? Era esse o enunciado autorizado a circular, era esse que possuía o *status* de verdade, os demais eram *crimideia*.

O poder coloca em jogo as relações entre os indivíduos, que é um conjunto de ações que se introduzem e se respondem umas às outras, e constituem sujeitos.

O que quer dizer, certamente, que não há algo como o ‘poder’ ou ‘do poder’ que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apoia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 1986, p. 242).

Dessa forma, o poder implica o campo das possibilidades em que se inscreve o agir sobre o comportamento de sujeitos ativos, conduzindo sua conduta, agindo sobre sua ação. Sendo assim, se Winston conseguisse evidenciar a incidência do abuso do poder na sociedade fictícia orwelliana, algo poderia ser feito, ainda havia solução.

Tomado pela angústia e buscando uma possível “saída” para seus questionamentos, Winston inicia uma jornada de busca pelo passado. Mesmo sendo um ato criminoso, ele dirige-se até o local em que residiam os proletariados e tenta resgatar informações que pudessem lhe ajudar na busca por respostas, mas é em vão, a memória e as recordações deles foram deletadas para o bem e manutenção dos interesses do Partido.

O tempo passa e, num “encontro” repentino, Winston é persuadido por uma nova inquietação: uma mulher. Mulher que já demonstrara repulsa ao sexo em outro momento. Era Júlia, e esta lhe entregara, disfarçadamente, um pedaço de papel. Winston ficara com medo, medo de Júlia ser uma infiltrada, que havia descoberto suas “lutas anti-partidárias internas”, que soubesse do diário ou de qualquer informação que pudesse vaporizá-lo²⁹. Mesmo com medo, abre o bilhete e lê: “Eu amo você” (ORWELL, 2005, p.132). Lê de novo para ter certeza e joga o pequeno pedaço de papel no “buraco da memória” para que fosse incinerado,

²⁹ Na maioria dos casos, quando se descobria algum crime contra os preceitos do Partido, não havia julgamento, nem notícia da prisão. As pessoas simplesmente desapareciam, sempre durante a noite. O nome do cidadão era removido dos registros, suprimida toda menção dele, negada sua existência anterior, e depois esquecido. Era-se abolido, aniquilado; vaporizado era o termo utilizado.

e, assim, extinguidas quaisquer provas contra ele. A partir daquele momento, Smith inicia uma saga:

Era um problema físico que exigia solução: como entrar em contato com a moça e combinar um encontro. Já não considerava a possibilidade de ser armadilha. Sabia que não era, por causa da inconfundível agitação da morena ao lhe entregar o bilhete. Era evidente que morria de medo, como seria natural. Tampouco lhe passara pela cabeça a idéia de recusar a declaração. Cinco noites antes pensara em esmagar-lhe o crânio com um paralelepípedo; mas isso não importava. Pensava em seu corpo nu e jovem, como o vira em sonhos. Imaginara-a uma tola, como todas as outras, a cabeça recheada de patranhas e ódio, a barriga cheia de gelo. Uma espécie de febre o dominou, ao pensar que poderia perdê-la, o corpo jovem e alvo fugindo dele! O que temia, mais do que qualquer outra coisa, era que ela mudasse de idéia, se não fizesse logo por entrar em contato com ela. Mas era enorme a dificuldade física de se encontrarem. Era como mover uma pedra ao xadrez, depois de ter levado mate. Para onde quer que se virasse, tinha a teletela pela frente. Na verdade, todas as maneiras possíveis de se comunicar com ela lhe haviam ocorrido nos cinco minutos após ler o recado; mas agora, com tempo para refletir, examinou-as, uma a uma, como quem depõe na mesa uma fila de instrumentos (ORWELL, 2005, p.134).

O desejo carnal, adicionado ao perigo de ir contra as normas estabelecidas pelo Partido, além do sistema de vigilância constante, dificulta o encontro do casal. Porém, Winston e Júlia conseguem se encontrar às escondidas, num local longe das teletelas e de possíveis espiões:

No momento seguinte, ela estava nos seus braços, sem que fosse possível dizer por iniciativa de quem. No começo não sentiu senão a mais completa incredulidade. O corpo moço apertado contra o seu, a massa de cabelo escuro tocando-lhe a face e... sim! ela virou o rosto e ele beijou a boca grande e vermelha. Ela passara-lhe os braços pelo pescoço, e o chamava de querido, amado, bem amado. Winston puxou-a para o chão, e ela não resistiu permitindo-lhe que fizesse o que bem entendesse. Mas a verdade é que não tinha outra sensação física, exceto a do mero contato. Sentia-se incrédulo e orgulhoso. Estava satisfeito daquilo acontecer, mas não tinha desejo físico. - Era cedo demais, a juventude e a boniteza o haviam amedrontado, ele estava muito acostumado a viver sem mulher... não sabia por que razão (ORWELL, 2005, p.146).

O encontro amoroso revela muito mais que atração sexual, como também a transgressão às normas, ambos eram resistentes, ambos encontravam-se insatisfeitos com a situação a qual estavam submetidos. No enunciado “ele estava muito acostumado a viver sem

mulher...”, evidencia-se o funcionamento do controle do Partido sobre o corpo e a mente dos sujeitos, sendo essa falta de desejo decorrente da sua “programação”, pois desde crianças, aos indivíduos era ensinado que o sexo era algo enojante, e o enunciado “não sabia por que razão” reitera a falta de clareza, Smith não sabia o porquê da falta do desejo. Mas essa ausência pode ser explicada pela programação realizada pela doutrinação do Partido, tão forte ao ponto de disciplinarizar não só a mente, como também o corpo.

Na perspectiva foucaultiana, as relações de poder, nas experiências e práticas cotidianas, fazem com que os sujeitos sejam submetidos, ou não, ao seu exercício, constituindo-os pela subjetivação, ou seja, os modos como os indivíduos se constituem na sociedade. Esse procedimento implica a ocupação de um lugar na estrutura social, na qual o sujeito pode concordar ou discordar das normas estabelecidas socialmente, ocupando uma posição- sujeito de desrazão, contrárias às imposições do Partido.

No romance orwelliano, os sujeitos queriam ser livres, amar um ao outro, derrubar o Partido, provocar uma revolução. Os encontros vão acontecendo, não com tanta frequência como gostariam, pois tinham medo de serem pegos e “sumirem” da face da Terra. Encontram um local, o mesmo em que Winston comprara o caderno/diário e outras quinquilharias, lá o dono -Charrington- tinha um quarto para alugar, e esse cômodo não possuía teletela, era o ambiente perfeito para os encontros amorosos. Em um desses encontros, Winston percebe que as atitudes de Júlia evidenciam a sua rebeldia:

(1) Daí, como se o gesto lhe recordasse algo, apalpou o bolso do macacão e tirou uma barra de chocolate. Quebrou-a pela metade e deu um dos pedaços a Winston. Antes mesmo de pegá-lo ele sentiu, pelo cheiro, que se tratava de chocolate fora do comum. Era escuro e brilhante, e envolto em papel prateado. Em geral o chocolate era pardo-fosco, quebradiço, com gosto de fumaça de lixo. Ele, porém já havia provado chocolate daqueles. O Perfume adocicado despertara-lhe recordações que não podia precisar, mas que eram poderosas e perturbadoras.

- Onde arranjaste isto?

- No mercado negro - ela respondeu, indiferente. -Na verdade, externamente eu sou assim. Destaco-me nos jogos. Fui chefe de tropa nos Espiões, faço trabalho voluntário três noites por semana na Liga Juvenil Anti-sexo. Passei horas e horas grudando sandices pelas paredes de Londres. Sempre levo uma ponta de faixa nas passeatas. Estou sempre de cara alegre e nunca tiro o corpo de nada. Grita sempre com a massa, digo eu. É o único jeito de não correr perigo (ORWELL, 2005, p.161).

(2) Ajoelhou-se, abriu a bolsa, e tirou algumas chaves- inglesas e de fenda que enchiam a parte superior. Por baixo havia vários pacotes de papel. O primeiro embrulho que entregou a Winston lhe pareceu, ao tato, ter uma

consistência estranha e no entanto vagamente familiar. Estava cheio de uma substância pesada, pulverulenta, que cedia onde se apertasse o papel.

- É açúcar?

- Açúcar de verdade. Nada de sacarina. E aqui temos um pão - um pão branco, decente, não aquela broa insossa - e uma latinha de geleia. Uma lata de leite... e olha! Disto eu me orgulho. Tive de enrolá-lo numa estopa, porque...

Mas não era preciso explicar porque o enrolara. O aroma já enchia o quarto, um aroma rico e convidativo, que lhe parecia uma emanção da meninice, mas que de vez em quando ainda sentia, propagando-se por um corredor antes de uma porta bater, ou espalhando-se misteriosamente numa rua cheia de gente; um cheiro olfateado uns segundos e depois perdido de novo.

- É café - murmurou Winston. - Café de verdade.

- Café do Partido Interno. Um quilo inteiro aqui.

- Como conseguiste arranjar tudo isto?

- É tudo para o Partido Interno. Não há nada que aqueles suínos não tenham. Nada. Mas naturalmente os garçons e os empregados afanam as coisas e... olha, trouxe também um pacotinho de chá (ORWELL, 2005, p.169).

Júlia era extremamente rebelde, e tal rebeldia pode ser verificada através de dois enunciados, destacados nos fragmentos acima recortados: “mercado-negro” e “suínos”. Tais enunciados desvelam o processo de subjetivação do sujeito, uma vez que ambos tratam de discursos que rompem com os discursos instaurados de “pacificidade” e evidenciam um processo de recusa à instauração de uma regularidade discursiva e normativa imposta pelo Partido. O enunciado “mercado-negro” evidencia a inscrição de Júlia em uma determinada posição: transgressora, contra as normas, aquela que burlava o sistema, até mesmo em coisas pequenas, como o adquirir produtos para seu consumo. E suínos, ou outras vezes, porcos, era a denominação referendada ao governo e seus militantes, fazendo uma alusão à sujeira, à organização fétida, cheia de estratégias. O termo “suínos” também se refere a um campo associado, a um já-dito, e como feito em “A Revolução dos bichos³⁰”, faz uma alegoria à

³⁰ *A Revolução dos Bichos* é um romance satírico do escritor inglês George Orwell, publicado 1945. É feita uma sátira à Revolução Russa (1917-1921) e ao regime soviético seguido do período stalinista (1924-1953). A fábula narra uma história de corrupção e traição e recorre a figuras de animais para retratar as fraquezas humanas e demolir o "paraíso comunista" proposto pela Rússia na época de Stalin. Nesse ambiente, os animais tentam criar uma sociedade utópica, porém seduzido pelo poder, um suíno estabelece uma ditadura tão corrupta quanto à sociedade de humanos. “Como toda fábula, nela os animais, dotados de fala e inteligência, representam personagens humanos. No caso d’*A Revolução dos Bichos*, isso é claramente visível para o leitor dotado de conhecimentos históricos. A ideologia do **Animalismo** é o equivalente animal do **Socialismo** e é lançada muito antes da Revolução pelo velho e moribundo porco **Major**, representante de **Karl Marx**. A revolução que derruba o **Sr. Jones**, czar dono da *Granja Solar*, é liderada por outros dois porcos, **Bola-de-Neve** (um *Trotsky de quatro patas*) e **Napoleão** (um *Stálin suíno e não aquele porquinho simpático dos filmes da sessão da tarde*). O simplório, porém forte, cavalo **Sansão** e sua companheira **Quitéria** atuam como **os camponeses russos** e são sempre facilmente ludibriado pelos porcos, como **Garganta** (um *líder socialista animalista puxa-saco de Stálin, ops, Napoleão*). Sansão é muito trabalhador – seu lema: “*Trabalharei ainda mais*” – e é admirado por toda a **Granja dos Bichos** (a *Granja Solar muda de nome, tal qual o Império Russo, que passa a ser chamado de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*). (disponível em <hypercubic.blogspot.com.br/2009/08/fica-dica-2-revolucao-suina>.”

Revolução Russa.

Entretanto, mesmo burlando as leis, Júlia ainda assim presta serviços ao Partido, em prol de seu disfarce antifeminista. Um de seus desvios, como exposto no fragmento, se dá quanto ao consumo de alimentos, uma vez que estes eram fracionados igualmente entre a população. O controle sobre o alimento fazia com que o Partido controlasse inclusive a dieta dos trabalhadores, sendo a atividade física exigida como uma maneira dos empregados ficarem “saudáveis” e manterem um bom desempenho durante o trabalho, todas as atividades exigidas pelo Partido eram voltadas, sobretudo, para o fator econômico e para o resguardo contra rebeldes.

Em uma de suas conversas, Winston é confrontado por O’Brien quanto ao seu comportamento, reiterando que poderia confiar nele, um homem que poderia ser tão partidário quanto os demais:

Assim que te vi achei que eras contra eles. Eles, aparentemente, eram o Partido, e principalmente o Partido Interno, a respeito do qual falava com ódio e desdém manifestos, a ponto de arrepiar Winston, embora soubesse estarem em segurança, se é que podiam estar em segurança nalguma parte. Outra coisa que o surpreendera fora a linguagem forte que usava. Não era recomendável dizer nomes feios, sendo-se membro do Partido, e Winston raramente xingava, pelo menos em voz alta. Júlia, entretanto, parecia incapaz de mencionar o Partido, especialmente o Partido Interno, sem usar os palavrões que se veem escritos a giz e a carvão em certas ruas escuras. Não lhe desagradava que assim fosse: era apenas um sintoma da revolta de Júlia contra o Partido e seus métodos, e lhe parecia natural e saudável, como o espirro de um cavalo que fareja feno podre (ORWELL, 2005, p.157).

Winston percebe que, por mais que quisesse se esconder sobre o seu verdadeiro eu, ainda deixava frestas e esses espaços que poderiam entregá-lo, condená-lo. Ele se mostra um sujeito completamente diferente daquele que se apresentava em público, era um homem com fetiches, com desejos escondidos:

- Escuta. Quantos mais homens tiveste, mais te quero. Compreendes?
- Perfeitamente.
- Odeio a pureza, odeio a virtude. Não quero que exista virtude alguma, em parte nenhuma. Quero que todos sejam corruptos até os ossos.
- Então eu sirvo, querido. Sou corrupta até os ossos.
- Gostas de fazer isto? Não me refiro a mim, somente. Gostas da coisa em si?
- Adoro! Acima de tudo, era o que ele desejava ouvir. Não somente o amor de uma pessoa, mas o instinto animal, o desejo simples, indiscriminado; era a força que faria a derrubada do Partido. Apertou-a contra o chão, esmagando campanulas. Desta vez não houve empecilho. Dentro de alguns instantes, o ofegar do peito de ambos voltou ao normal, e com um agradável

torpor, caíram separados. (ORWELL, 2005, p.164- Grifos nossos)

Esse fragmento, em especial o enunciado em destaque, “corruptos até os ossos”, demonstra o caráter de represália à imposição governamental. O Partido poderia até coibir o sexo, mas não o desejo carnal. Por esse enunciado, podemos verificar a inscrição discursiva de Winston, colocando em evidência o seu modo de ser, a sua operação entre dois sujeitos distintos: aquele em frente às teletelas e aquele longe delas. Há um embate de posições, um conflito discursivo, dado pelas relações de poder: Por um lado, um sujeito submisso às normas instauradas, obediente a elas, e por outro, um sujeito que rejeita, repudia tudo e todos que, de alguma forma, estão filiados a elas, às imposições.

Nesse tópico, pelos enunciados recortados, podemos verificar que o sujeito discursivo, ao enunciar seus dizeres e pensamentos, se move em diferentes formações discursivas e distintas posições sujeito. Ora ocupa uma posição de incômodo, diante de uma FD vinculada a um processo de aceitação, mesmo que por processo de manipulação, ora vincula-se à uma FD de oposição, como no enunciado “corruptos até ossos”. As diferentes posições ocupadas pelo sujeito, presentificadas nos discursos, explicitam os embates de sujeição, e determinam as relações de poder nas práticas enunciadas, presentes na ficção orwelliana.

Pensando nos processos de objetivação e subjetivação, propostos por Foucault (1995), acerca da constituição do sujeito, propomo-nos a analisar uma sequência de fragmentos do *corpus* que remetem à resistência e o recrutamento de outros indivíduos rebeldes, na causa anti-IngSoc. Winston e Júlia discutiam sobre possíveis nomes que pudessem ter contra o poder instaurado

Às vezes, falavam também de se dedicar à rebelião ativa contra o Partido, sem a menor noção de como dar o primeiro passo. Mesmo que a fabulosa Fraternidade existisse, havia o problema de encontrar o caminho dos seus quadros. Contou a Júlia a estranha intimidade que existia, ou parecia existir, entre ele e O'Brien, e o impulso que às vezes sentia, de comparecer simplesmente à presença de O'Brien, anunciar-se como inimigo do Partido e pedir-lhe auxílio. Curioso que isto não parecesse a Júlia nada de impossivelmente audacioso. Estava acostumada a julgar as pessoas pela fisionomia, e lhe parecia natural que Winston acreditasse e confiasse em O'Brien, por causa de uma simples olhada. Além do mais, parecia-lhe ponto pacífico que todo mundo, ou quase, odiava secretamente o Partido e haveria de quebrar suas leis, se acreditasse poder fazê-lo em segurança. Mas recusava-se a acreditar que existisse, ou pudesse existir, oposição generalizada, organizada (ORWELL, 2005, p.169).

No entanto, Júlia e Smith sabiam do perigo o qual se submetiam e até discutiram isso antes. No meio de uma das conversas, Smith fala de um nome: O'Brien, importante membro do Partido interno, usava óculos, era forte. Winston sentia uma certa aproximação de ideias quando se referia à O'Brien, pensava que este fosse contra o sistema imposto. Por muitas vezes, já tinha visto certo olhar diferenciado em seus olhos e isso aguçava ainda mais o seu anseio de conhecê-lo melhor e poder dividir algumas palavras. Num determinado momento, o membro do Partido conversa com Winston e o pede que vá até sua casa e retire um dos poucos exemplares da 10ª edição do Dicionário de Novilíngua. Smith entende o "recado" e dias depois aparece com Júlia na residência de O'Brien.

O membro do Partido recebe os dois contraventores e, com sua autoridade, oferece um vinho, que eles nunca haviam bebido e nem sabiam o que era, e desliga a teletela, os de alto poderio tinham tal privilégio por alguns instantes. Eis que Winston e Júlia se põem a falar:

- Viemos aqui porque...

Fez uma pausa, percebendo pela primeira vez como eram vagos os seus motivos. Como não sabia que espécie de auxílio esperava de O'Brien, não era fácil dizer a que fora. Continuou, consciente de que suas palavras deviam parecer fracas e pretenciosas:

- Acreditamos que existe alguma conspiração, alguma organização secreta trabalhando contra o Partido, e que estás envolvido nela. Queremos também trabalhar nela. Somos inimigos do Partido. Não acreditamos nos princípios do Ingsoc. Somos ideocriminosos. Também somos adúlteros. Conto tudo isto porque queremos nos entregar à tua mercê. Se queres incriminar-nos de qualquer outra forma, estamos prontos (ORWELL, 2005, p.204).

Os enunciados "Somos inimigos do Partido" e "Somos ideocriminosos" remetem ao reconhecimento do sujeito numa posição de oposição e resistência. Outro enunciado merece destaque: "ideocriminoso". Em Novilíngua, todos aqueles que se voltam contra as normas estabelecidas pelo Partido, mesmo no plano das ideias (pensamento), são considerados meliantes, e podem ser pegos pela Polícia do Pensamento e até mesmo deixarem de existir, como se nunca tivessem existido antes. O'Brien tece algumas perguntas:

O'Brien voltara-se um pouco na cadeira, de modo que estava de frente a Winston. Quase não considerava Júlia, parecendo achar que Winston falava por ela. Piscou repetidamente, e começou a fazer as perguntas em voz baixa, sem expressão como se fosse uma rotina, uma espécie de catecismo, cujas respostas já lhe fossem conhecidas.

- Estás disposto a dar a vida?

- Estou.

- Estás disposto a assassinar?

- Estou.

- A cometer atos de sabotagem que poderão causar a morte de centenas de

inocentes?

- Sim.

- A trair tua pátria às potências estrangeiras?

- Sim.

- Estás disposto a fraudar, forjar, fazer chantagem, corromper a mente infantil, distribuir entorpecentes, incentivar a prostituição, disseminar doenças venéreas - fazer tudo quanto possa causar a desmoralização e debilitar o poder do Partido?

- Sim.

- Se, por exemplo, servisse aos nossos interesses atirar ácido sulfúrico no rosto dum criança, farias isso?

- Faria, sim.

- Estás disposto a perder tua identidade e viver o resto da tua vida como garçom ou estivador?

- Estou.

- Estás disposto a te suicidar, se e quando isso te for ordenado?

- Sim.

- Estais dispostos, os dois, a vos separardes e nunca mais vos tornardes a ver?

- Não! - irrompeu Júlia. A Winston pareceu haver uma longa pausa antes de responder. Por um momento até lhe pareceu estar privado da fala. A língua movia-se sem som, formando primeiro a sílaba de uma palavra, depois de outra, inúmeras vezes. Até pronunciá-la, não sabia ao certo o que diria (ORWELL, 2005, p.206/207).

O'Brien entende com quem está lidando e após algumas palavras trocadas, Winston fala sobre seus aposentos, e então O'Brien avisa que alguém lhe entregará, disfarçadamente, um exemplar da obra proibida: *Teoria e prática do coletivismo oligárquico*, de Emmanuel Goldstein. Passado um período, Winston recebe e devora a obra, sempre às escondidas, no cômodo que alugara. Pelo discurso instaurado, verifica-se a estrutura de um interrogatório, ou de confissão, fazendo com que Smith assumisse uma posição e que O'Brien reunisse provas, para, posteriormente, puni-lo.

Durante as leituras e noites, sempre escutara umas canções, sabia que se tratava de cantigas antigas, até mesmo que, em algum momento, soubera a letra, no entanto, naquele momento não conseguira se lembrar. Tais acontecimentos faziam com que sua ira aumentasse, e o apagamento do passado fosse algo doloroso e programado, para que todos se esquecessem de bons momentos que já viveram em alguma época.

Com a leitura da obra, muitas perguntas iam sendo extintas, como a função da guerra. No exemplar, lia-se que a função da guerra não era a destruição da vida humana, era a destruição dos produtos do trabalho humano, pois só assim o governo seria capaz de sempre adquirir mão de obra e enriquecer aqueles que nada perdiam nas guerras. Além disso, não era necessário que, de fato, estivessem em guerra, como sempre declarado pelas teletelas, o que

era importante era a notícia de triunfo, de conquista sobre um território, pois só assim acreditavam que seus árduos dias trabalhados estavam rendendo, estavam colhendo os frutos.

Lia-se também na obra que “Os dois objetivos do Partido são: primeiro, conquistar toda superfície da terra; segundo, extinguir de uma vez por todas a possibilidade de pensamento independente” (ORWELL, 2005, p. 229). A partir desses escritos, Winston confirmara seus pensamentos iniciais: o Partido queria dominar todo o planeta, assim como descobrir o pensamento de cada indivíduo, que era necessário para a manutenção da sociedade, afinal, sem eles não haveria base econômica. Winston se envolve cada vez mais com a obra e fica maravilhado com ela, para apenas, ao se deparar com um imenso rato em seu aposento, isso sim lhe metia medo, depois que Júlia o espanta, ele recomeçar o mergulho pela obra proibida, mas logo adormecer. Acordam após algumas horas de sono e discutem sobre a verdadeira essência do estar vivo, e são perpassados, por uma voz que surge do nada: “Vocês são os mortos” (ORWELL, 2005, p. 261).

3.3 Sala 101: Espaço institucional que instaura discursividades

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.
(FOUCAULT, 1987/1999)

Foucault definiu o poder como prática social expressa por um conjunto de relações, tomado-o enquanto relação que se exerce e se opera entre sujeitos, expresso no cotidiano. Desse modo, o poder é tido não como restrito ao governo, mas pulverizado pela sociedade em um conjunto de práticas, essenciais, inclusive, à manutenção do Estado, funcionando como uma rede, constituída por mecanismos e dispositivos inseridos no cotidiano, que molda os sujeitos, configurando-os, presente em todos os lugares.

Ao discutirmos sobre a noção de espaço³¹ em Foucault, tratamos dos conceitos elencados por ele em seu texto “De outros espaços”(2001), reiterando as noções de utopia e heterotopia, essenciais à análise da obra orwelliana. Foucault relaciona o espaço ao dinamismo da sociedade, às mudanças, aos confrontos e ao surgimento de novas representações, interessando, sobretudo, o heterotópico, ou seja, um espaço que valoriza a presença de múltiplas representações conflitantes em uma mesma área, assim como ocorre em 1984.

³¹ Consultar página 32;

O romance configura um espaço heterotópico, lugar de efetivação do poder. Na sociedade fictícia criada por Orwell, o regime aceitava a utopia de uma língua sem falhas, a utopia de uma história que pudesse ser modificada sem questionamentos, a utopia de uma verdade que se sobrepusesse as outras, uma verdade única, inquestionável. No entanto, essa utopia é fadada a falhas, pois sujeitos questionavam ou burlavam o sistema, mesmo que depois fossem penalizados por isso. Em *1984* a utopia dá lugar à heterotopia, considerando a utopia como um espaço irreal em que a sociedade é perfeita e aperfeiçoada, e a heterotopia, é o espaço de transgressão, justapondo outros espaços.

A heterotopia evidenciada em *1984* é justamente a que funciona como resistência, a heterotopia de crise passa para a de desvio, remetendo ao desvio da norma. O espaço é tomado pelo Partido e os “controlados” são subordinados aos espaços travados pelo poder controlador. Tomamos os espaços sociais presentes na obra (ministérios, praças, ruas, edifício Vitória, e principalmente a prisão e sala 101) como um espaço heterotópico, sobre o qual discursividades são instauradas, construindo redes discursivas e constituindo saberes, que resultam na luta de poder. É a literatura de Orwell que materializa essas relações de poder e essa relação com o espaço, fazendo emergir discursos que ironizam a tirania de regimes totalitários.

Contudo, é preciso considerar que, onde há poder³², há resistência. Nesse sentido, Foucault trata de algumas características que podem acontecer por meio das lutas transversais, além do fato territorial, através dos efeitos do poder (objetivo), construídos pelas lutas imediatas (ação sobre o indivíduo) e contra os privilégios do saber. O poder repressor, ao longo do tempo, não funcionaria, pois poderia gerar rebeldia.

Assim, ao mesmo tempo em que o poder reprime, produz saberes e corpos produtivos para o trabalho, ou seja, gera produtividade para o governo. Mas qual seria o objetivo disso? Segundo Foucault, seria maximizar a utilidade de nossos corpos no aspecto econômico, destinado ao trabalho e, com isso, diminuir a força política e criativa da contestação, uma vez que somos indivíduos cheios de desejo, por isso a necessidade de uma sociedade envolta pelos mecanismos de poder para regular os corpos, suprimindo os anseios e querereres.

³² É importante ressaltar que o marco inicial da analítica do poder teve início com a aula inaugural (A Ordem do discurso), passando por “Vigiar e punir” até “A história da sexualidade”. No início, o autor ainda tratava do poder como algo que exclui, interdita (como visto em “A ordem do discurso”), depois passa a problematizar a dimensão produtiva do poder, sua positividade, cuja mudança pode ser vista em “Vigiar e punir” até “A história da sexualidade”, quando questiona a hipótese repressiva, sendo verificado um deslocamento teórico em função das mudanças sociais. São essas mudanças das relações sociais que o levam a repensar a analítica do poder, e considerá-lo não apenas como algo individualizado, mas em rede, presente em toda instância, assim como deixa de se considerar o poder como algo negativo, que reprime, mas também como positivo, que produz saberes.

Os mecanismos que atuam na manutenção do controle social reforçam o sistema jurídico e penitenciário, assim como pode ser visto na sociedade orwelliana, narrada em *1984*. O monitoramento pelas “teletelas”, que faz com que os indivíduos sigam rotinas trabalhistas, horários e atividades específicas (como os dois minutos de ódio), regras para refeição e o tempo destinado à atividade física, que tem como função garantir a disciplina. Foucault (2005, p. 144), em seus estudos, discute acerca do controle de horários, que se dividem em três processos, que têm por objetivo “estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição”, a teoria foucaultiana pode ser articulada ao romance, cujos horários deveriam ser cumpridos, a fim de estabelecer uma relação de poder e ciclos repetitivos, sendo exercido, assim, o controle sobre os corpos, logo sua produtividade.

Outra ferramenta utilizada para controle e para servir como “exemplo” para os demais cidadãos no romance eram os dois minutos de ódio, assim descritos:

Mais um instante, e um guincho horrendo, áspero, como de uma máquina monstruosa funcionando sem óleo, saiu da grande teletela. Era um barulho de fazer ranger os dentes e arrepiar os cabelos da nuca. O ódio começara. Como de hábito, a face de Emmanuel Goldstein, o Inimigo do Povo, surgira na tela. Aqui e ali houve assovios entre o público. A mulherzinha de cabelo cor de areia emitiu um uivo misto de medo e repugnância. Goldstein era o renegado e traidor que um dia, muitos anos atrás (exatamente quantos ninguém se lembrava) fôra uma das figuras de proa do Partido, quase no mesmo plano que o próprio Grande Irmão, tendo depois se dedicado a atividades contra revolucionárias, sendo por isso condenado à morte, da qual escapara, desaparecendo misteriosamente. O programa dos Dois Minutos de ódio variava de dia a dia, sem que porém Goldstein deixasse de ser o personagem central cotidiano. Era o traidor original, o primeiro a conspirar a pureza do Partido. Todos os subsequentes crimes contra o Partido, todas as traições, atos de sabotagem, heresias, desvios, provinham diretamente dos seus ensinamentos. Nalguma parte do mundo êle continuava vivo e tramando suas conspirações: talvez no além-mar, sob proteção dos seus patrões estrangeiros; talvez até mesmo - de vez em quando corria o boato - nalgum esconderijo na própria Oceania (ORWELL, 2005, p. 05).

Os dois minutos de ódio se referiam a um tempo destinado a odiar o grande traidor da nação, cumprindo uma função pedagógica, na qual os cidadãos eram tratados como crianças que precisavam ser ensinadas cotidianamente a odiar o traidor. Esse procedimento fazia com que traidores repensassem suas atitudes, com isso, o Partido docilizava os “rebeldes” e, caso agissem ao contrário do estabelecido, sofreriam punições.

O modelo totalitário, narrado em *1984*, segue os moldes mencionados sobre o cumprimento dos horários e das instituições normatizadoras, ambos com o propósito de

disciplinar os corpos e normalizar os sujeitos. A disciplinarização visa à subordinação ao *IngSoc*, mantendo a unidade e a submissão ao Estado e a reprodução das ideologias do Partido.

Contudo, segundo Foucault (1995, p. 177):

o poder de regulamentação obriga à homogeneidade, mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as espacialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.

Desse modo, conforme análises, podemos verificar que ocorrem desvios de comportamento na sociedade fictícia de Orwell, minimizando a produção dos corpos, fazendo com que o Partido tomasse as devidas providências, como a correção e readequação do sujeito. Conforme propõe Foucault (1995), para aqueles corpos improdutivos, foram criados asilos e prisões, mas, nesse contexto, qual seria a relação entre poder/saber? Do encarceramento dos loucos e ladrões surgem áreas de conhecimento, como a psiquiatria, a criminologia e outras. No romance de Orwell, verificamos um sujeito indisciplinado que requer os “cuidados penitenciários” e, uma vez aplicado o poder e a disciplina sobre esse grupo social, busca-se a reinserção desses indivíduos à sociedade por meio de processos de normatização, que os reconstrói, remodela, para só assim estar apto a ser reintegrado à sociedade. Nesse ínterim, é isso que a Análise do Discurso chama de processo de subjetivação - a verdade que o poder cria sobre o sujeito para regulá-lo, e a partir do qual ele se constitui.

Conforme Foucault (1995), os embates em todas as sociedades giram em torno da busca pela identidade e, por isso, “a subjetividade diz respeito às práticas, às técnicas, por meio das quais o sujeito faz experiências de si mesmo em um jogo de ‘verdades’” (GREGOLIN, 2007, p. 12). Esse processo, que sofre constantes deslocamentos, permite a inserção do indivíduo em várias posições-sujeito, possibilitando, a sua constituição.

De acordo com as discussões propostas por Foucault (1995), a disciplina implica a sujeição do indivíduo e lhe impõe uma força/relação de docilidade/utilidade, tomada como força de dominação, e esta ligada ao espaço, sendo necessária a utilização de técnicas e ferramentas. Dessa maneira, o poder disciplinar tem como função primordial o adestramento, buscando se apropriar do sujeito, como nos ensina Foucault (1999).

Ao afirmar que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1986, p. 126), o autor explicita que os micropoderes perpassam todo o corpo social e acarretam transformações e modificações de condutas nos indivíduos, objetivando moldar os corpos, tornando-os úteis e produtivos, aumentando sua submissão e obediência.

Os procedimentos de controle, tomados como integrantes de uma dada prática de subjetivação, também são constitutivos de uma posição-sujeito, pois transformam sujeitos considerados revoltados em sujeitos docilizados pelas práticas de subjetivação. Essas práticas levam os indivíduos a se inserirem numa posição-sujeito de razão ou de desrazão, de disciplina ou de rebeldia, assim como ocorre na prisão, quando, nesse espaço institucional, os representantes do Partido são autorizados a selecionar e classificar o sujeito como apto ou não apto para ser reinserido na sociedade.

3.3.1 Corpos dóceis: do amor à “morte”

Queres que diga porque foste trazido aqui? Para te curar! Para te salvar da loucura! Compreenderás, Winston, que ninguém, dos que trazemos a este lugar, sai de nossas mãos sem estar curado? Não estamos interessados nos estúpidos crimes que cometeste. O Partido não se interessa pelo ato físico; é com os pensamentos que nos preocupamos. Não apenas destruímos nossos inimigos; nós os modificamos. Compreendes o que quero dizer? (ORWELL, 2005, p. 296)

A epígrafe escolhida para dar início a este tópico é constituída por enunciados que remetem à docilização do sujeito. Em “Para te curar! Para te salvar” (ORWELL, 2005, p. 296) podemos verificar eco ao discurso religioso, no qual os indivíduos buscam o perdão, seguindo os preceitos ditados por uma figura maior, um líder religioso, que conduz o “rebanho”, Deus ou O Grande Irmão?. No enunciado (“é com os pensamentos que nos preocupamos”) evidencia-se o adestramento do sujeito, não só pelo comportamento- ato físico -, como também no plano de pensamentos. Esse enunciado e o controle social são reiterados em “nós os modificamos”, mostrando, assim, um trabalho de “lavagem cerebral” que faz, pela força, com que os sujeitos se reconheçam na posição de adoração ao Partido, pelo processo de subjetivação.

No romance de Orwell, o processo de docilização do corpo se dá, sobretudo, pela detenção no *Miniamor*, em *Novilíngua* Ministério do amor. A detenção penal além da privação da liberdade no âmbito jurídico tem “por função essencial a transformação do

comportamento do indivíduo” (FOUCAULT, 1999, p. 224). Conforme propõe Foucault (1999), a prisão possui alguns princípios: a) o isolamento, que tem como princípio a solidão que “assegura o encontro do detento a sós com o poder que exerce sobre ele” (FOUCAULT, 1999, p. 200); b) o trabalho, como reparação social, uma vez que o indivíduo fica em débito com a sociedade por não empregar sua força de trabalho; e c) instrumento de modulação penal, tratando da duração da pena como individualizada, referente ao ato cometido.

Nesse sentido, as personagens Winston e Júlia, ao serem flagrados cometendo crimes contra o Partido, são levados para uma espécie de prisão. Winston pensava estar no Miniamor (Ministério do Amor), por não possuir janelas e devido às regras que estava quebrando:

Encontrava-se numa cela de alto pé-direito, sem janelas, de paredes de porcelana branca e brilhante. Lâmpadas ocultas inundavam-na de luz fria, e havia um zumbido baixo, constante, que ele supôs ter relação com o sistema de ar. Um banco, ou prateleira, de largura apenas suficiente para se sentar, circundava toda a parede, interrompendo-se apenas na porta e, em frente à porta, um vaso de privada, sem tampo. Havia quatro teletelas, uma em cada parede (ORWELL, 2005, p. 268).

Winston passa por muitos momentos difíceis, apanha e passa fome, mas a resistência e a “lucidez” não permitiam que confirmasse a loucura do Partido que o obrigava a afirmar que dois e dois eram cinco. Mesmo sob pressão, reiterava que dois e dois eram quatro. Por ir contra a “verdade” imposta, ficou por muito tempo na prisão, sofrendo inúmeras penas e “tratamentos”, a fim de ser reconfigurado, ou seja, pensasse como os demais e assim pudesse estar apto para ser “devolvido” ao seio social. Durante o tempo em que estivera na prisão, pensou que deveria, de alguma forma, encontrar O’Brien e pedir-lhe ajuda. No entanto, em um determinado dia, ao entrar em uma sala de “recuperação” – à base de eletrochoque, eis que surge aquela figura máscula, forte e traidora, não um traidor do Partido, mas um espião, que o enganara:

- Lembras-te de escrever no teu diário: "liberdade é a liberdade de escrever que dois e dois são quatro?"
- Lembro. O'Brien mostrou a mão esquerda, de dorso para Winston, com o polegar oculto e mostrando quatro dedos.
- Quantos dedos tenho aqui, Winston?
- Quatro.
- E se o Partido disser que não são quatro, mas cinco... quantos?
- Quatro. A palavra acabou numa exclamação de dor. O ponteiro do mostrador fora até cinqüenta e cinco. O suor brotara em todo o corpo de Winston. O ar rasgava-lhe os pulmões e saía de novo em profundos gemidos

que nem mesmo trincando os dentes ele conseguia calar. O'Brien observava-o, com os quatro dedos ainda estendidos. Puxou a alavanca [da máquina de eletrochoque]. Desta vez a dor apenas diminuiu um pouco.

- Quantos dedos, Winston?

- Quatro.

O ponteiro subiu a sessenta.

- Quantos dedos, Winston?

- Quatro! Quatro! Não posso dizer outra coisa! Quatro!

O ponteiro deve ter-se adiantado mais, porém ele não olhou. O rosto largo e severo, e os quatro dedos, tomavam-lhe toda a visão. Os dedos estavam na sua frente como colunas, enormes, e pareciam vibrar, mas não havia dúvida de que eram quatro.

- Quantos dedos, Winston?

- Quatro! Pára, pára! Como podes continuar? Quatro! Quatro!

- Quantos dedos, Winston?

- Cinco! Cinco! Cinco!

- Não, Winston. Assim não adianta. Estás mentindo. Ainda achas que são quatro. Quantos dedos, por favor?

- Quatro! Cinco! Quatro! O que quiseres. Mas pára, pára a dor!

- Aprendes devagar, Winston, disse O'Brien, gentilmente.

- Que Posso fazer? - choramingou. - Como posso deixar de ver o que está diante dos meus olhos? Dois e dois são quatro.

- Às vezes, Winston. Às vezes são cinco. Às vezes são três. Às vezes são as três coisas ao mesmo tempo. Deves fazer maior esforço. Não é fácil recobrar a razão (ORWELL, 2005, p. 293).

A partir da sequência enunciativa, “Às vezes, Winston. Às vezes são cinco. Às vezes são três. Às vezes são as três coisas ao mesmo tempo. Deves fazer maior esforço. Não é fácil recobrar a razão”, verificamos o discurso que deve veicular, aquele autorizado, ou seja, o discurso do Partido, o que tem *status* de verdade, e mesmo que pareça ilógico, se fosse afirmado que dois e dois eram cinco, esse seria o discurso da razão e não deveria ser questionado.

Por muitas vezes, Winston é interrogado e questionado por aquele que achara ser seu comparsa, mas percebe que era só mais um espião, que o denunciara e o pegara. Levado para a prisão, Winston deveria aceitar as imposições do Partido, deveria rever seus pensamentos e ideias, “adequando-as” ao bem-estar “geral” do Partido, não o que de fato acreditava.

Pensando a prisão como uma instituição na qual a vigilância predomina e ocorre com muita facilidade, propomo-nos a observar e a analisar o transgressor das normas, ou seja, Winston, como um corpo não docilizado, que é inserido em um espaço de segregação, interdição, a partir do qual discursos são instaurados. Para tal, analisaremos e descreveremos recortes do *corpus* que evidenciam este fato, como pode ser observado em:

- Foste tu que não a controlaste. Por isso estás aqui. Estás aqui porque fracassaste em humildade, em disciplina. Não queres fazer o ato de submissão que é o preço da sanidade. Preferiste ser lunático, minoria de um. Só a mente disciplinada pode enxergar a realidade, Winston. Crês que a realidade é algo objetivo, externo, que existe de per si. Acreditas também que é evidente a natureza da realidade. Quando te iludes, e pensas enxergar algo, julgas que todo mundo vê a mesma coisa. Mas eu te digo, Winston, a realidade não é externa. A realidade só existe no espírito, e em nenhuma outra parte. Não na mente do indivíduo, que pode se enganar, e que logo perece. Só na mente do Partido, que é coletivo e imortal. O que quer que o Partido afirme que é verdade é verdade. É impossível ver a realidade exceto pelos olhos do Partido. É esse o fato que deves reaprender, Winston. Exige um ato de auto-destruição, um esforço da vontade. Deves te humilhar antes de recobrar o juízo (ORWELL, 2005, p. 291).

Neste recorte do *corpus*, verificamos que Winston se insere na posição-sujeito rebelde e que, por não ter cumprido as normas estabelecidas pelo Partido, é tido como transgressor, reiterado pelo enunciado “Só a mente disciplinada pode enxergar a realidade”, ou seja, Winston, além de transgressor, de rebelde era “lunático”, por seu “mau comportamento”. A questão da disciplina e da submissão é evidenciada no fragmento acima, que traz o discurso de O’Brien, um espião do *IngSoc*, discurso esse que tem *status* de verdade e evidencia a posição ocupada por ele. O enunciado “É impossível ver a realidade exceto pelos olhos do Partido” enfatiza o que deve ser reproduzido, conforme ditado pelo governo (“mente do Partido, que é coletivo e imortal”), reiterando o discurso religioso, no qual a voz do líder- que deve ser obedecido e adorado -, comanda seus seguidores, que devem seguir os preceitos fielmente, a fim de obter a salvação. No entanto, alguns indivíduos desviam do caminho direcionado pelo líder, verificando que as imposições geram inconformidade, constituindo sujeitos como Winston, considerados rebeldes:

- Ora, eu não! Estou disposto a correr riscos, mas só por coisas que valham a pena, não por causa de pedacinhos de papel. Que poderias fazer com o recorte, se o guardasses?

- Pouca coisa, talvez. Mas era prova. Poderia ter semeado algumas dúvidas, aqui e ali, supondo que ousasse mostrá-lo a alguém. Não creio que possamos alterar coisa alguma nesta vida. Mas posso imaginar pequenos *nódulos de resistência brotando aqui e ali...* pequenos grupos de gente que se reúne, e vão crescendo, e deixando algumas notas, de modo que a geração seguinte possa continuar a obra (ORWELL, 2005, p.138, grifos nossos).

No fragmento destacado, verificamos indícios de rebeldia que passavam a constituir Winston e fizeram com que ele buscasse intervenções, melhorias para o sistema a que estava

submetido. Os enunciados “recorte” e “era prova” referem-se à uma passagem do romance, em que Winston pensa em guardar um pedaço de papel que contém um fragmento do passado, mas, por medo, deixa de fazer, eliminando, assim, uma futura “prova”.

O enunciado “nódulos de resistência brotando aqui e ali...” remete aos indícios de revolta que surgiam no íntimo de Winston, a busca pela “verdade” alterada pelo Partido. Por isso a vontade de guardar o pedaço de papel, a fim de reunir documentos e disseminá-los, e assim, mostrar às pessoas que a história contada oficialmente não funciona do modo como era pregado pelo Partido. Como afirma Foucault (2005, p. 13): “Não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem”.

Pensando em *1984* como sociedade vigiada e controlada todo o tempo, e na sala 101 como instituição prisional que tem por finalidade reconfigurar o sujeito, propomo-nos a observar e a analisar o prisioneiro ou aprisionado como um corpo indisciplinado, inserido em um espaço de segregação, de interdição, a partir do qual os discursos são instaurados. Para isso, analisaremos e descreveremos recortes do *corpus* que evidenciam tal fato.

Podemos evidenciar aspectos de submissão do sujeito, assim como os maus-tratos e toda a humilhação a que ele estava submetido por estar contra a ideologia fixada e tomada como verdade absoluta. O poder, para ser eficaz, deve reestruturar o sujeito na sociedade, de modo a adestrar, disciplinar o corpo e a mente, conforme podemos evidenciar no enunciado:

Aceitava tudo. O passado era alterável. O passado nunca fora alterado. A Oceania estava em guerra com a Lestásia. A Oceania sempre estivera em guerra com a Lestásia. Jones, Aaronson e Rutherford eram réus dos crimes imputados. Nunca vira a fotografia que provava sua inocência. Nunca existira: ele a inventara. Lembrou-se de que recordara coisas contraditórias, mas eram apenas falsas lembranças, produtos de alucinação. Como tudo era fácil! Bastava render-se e tudo o mais sobrevinha. Era como nadar contra uma corrente - que o levasse para trás, por mais esforço que fizesse, e resolveu de repente dar meia-volta e nadar a favor, em vez de opor-se ao fluxo da água. Nada mudara, exceto sua atitude; e a coisa predestinada acontecera sempre. Mal sabia por que se havia revoltado (ORWELL, 2005, p. 337).

O enunciado “Nunca existira: ele a inventara” faz emergir o discurso de reconfiguração/docilização, no qual o Partido faz um trabalho de “lavagem” cerebral que leva o sujeito a se reconhecer como mentiroso, confessar verdades e a denunciar outras pessoas, fazendo com que eles sejam reconhecidos como mentirosos, eles acabam se subjetivando

nessa posição de traidor e, depois, na posição de crença na verdade do Partido, procedimento comum em todos regimes ditatoriais.

Desse modo, quando, por medo, Winston altera a sua posição-sujeito, verificamos a instauração de um exercício do poder, que é, também, um exercício de saber. Logo, a prisão (Ministério do Amor) e inúmeras outras instituições se configuram como espaços de produção, acúmulo e transmissão do saber/poder. Nessa relação, o sujeito se constitui a partir das práticas de subjetivação às quais é submetido. Para Foucault (1995), o sujeito é resultado de uma produção da relação de poder e saber, pois “o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 1995, p. 185). Essa afirmação de que o poder produz “realidade” pode ser vista no fragmento acima, quando Winston é levado a acreditar que os documentos (fotografia) ou demais provas da existência de outra verdade histórica, diferente daquela contada, oficialmente pelo Partido, “nunca existira”. Para o Partido, os traidores “inventam fatos”, argumentos sobre os países que nunca existiram.

Na obra em análise, a resistência funciona, estabelecendo uma relação entre alguns sujeitos (“inconformados”), permitindo que se “agrupassem”, reunissem forças para lutarem contra a ideologia disseminada pelo *IngSoc.*, cuja verdade era atribuída somente por ele, caso contrário, não poderia ser tomada como verdade.

Na prisão, Winston, por meio dos procedimentos de controle, é interdito e testado por diversas vezes, como em:

- E por que imagina que trazemos pessoas aqui?
- Para obrigá-las a confessar.
- Não, a razão não é essa. Tenta outra.
- Para puni-las.
- Não! - exclamou O’Brien, cuja voz mudou. Sua face se tornou ao mesmo tempo severa e animada. - Não! Não apenas para extrair confissão, nem para punir. Quer que eu diga porque foi trazido aqui? Para te curar! Para te salvar da loucura! Compreenderá, Winston, que ninguém, dos que trazemos a este lugar, sai de nossas mãos sem estar curado. Não estamos interessados nos estúpidos crimes que cometeu. O Partido não se interessa pelo ato físico; é com os pensamentos que nos preocupamos. Não apenas destruimos nossos inimigos; nós os modificamos. Compreende o que quero dizer? (ORWELL, 2005, p. 135)

No fragmento acima, verificamos a instauração do poder, a imposição da disciplina e a reconfiguração do sujeito descrita nas ações e palavras de O’ Brien, quando afirma que o Partido se interessa pela formatação do sujeito (“nós os modificamos”). Essa sequência enunciativa explicita a posição sujeito de O’ Brien, na condição de membro do Partido. O

termo “nós” expressa a posição de um sujeito que fala de um lugar institucional, de alguém autorizado a exercer essa função, do ponto de vista do Partido, querem salvar os dissidentes, curá-lo, fazendo associação aos discursos religiosos. A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância constante dos indivíduos e configura a prisão como palco ideal para a criação de sujeitos disciplinarizados, alterando a posição-sujeito ocupada por Winston. E não é suficiente o controle sobre o corpo, “é com os pensamentos que nos preocupamos”, por isso o neologismo “ideocriminoso”, aquele que comete um crime no plano das ideias.

O prisioneiro torna-se uma fonte inesgotável para a disciplinarização, pois, dentro da instituição penitenciária, o sujeito é constantemente submetido às práticas reguladoras, tornando-se, portanto, um sujeito dócil e frágil, facilmente adestrável e susceptível de dominação, uma vez que a disciplina transforma os indivíduos em *corpos dóceis* e submissos, minimizando a resistência que o corpo pode oferecer contra as práticas a que é submetido.

-És uma falha na urdidura, Winston. És uma nódoa que precisa ser limpa. Não acabo de te dizer que somos diferentes dos promotores do passado? Não nos contentamos com a obediência negativa, nem mesmo com a mais abjeta submissão. Quando finalmente te renderes a nós, deverá ser por tua livre e espontânea vontade. Não destruimos o herege porque nos resista; enquanto nos resiste, nunca o destruimos. Convertemo-lo, capturamos-lhe a mente, damos-lhe nova forma. Nele queimamos todo o mal e toda alucinação; trazemo-lo para o nosso lado, não em aparência, mas genuinamente, de corpo e alma. Tornamo-lo um dos nossos antes de matá-lo. É-nos intolerável que exista no mundo um pensamento errôneo, por mais secreto e inerme que seja. Nem mesmo no instante da morte podemos admitir um desvio. No passado, o herege caminhava para a fogueira ainda herético, proclamando sua heresia, nela se gloriando. Até a vítima dos expurgos russos conseguia levar a rebelião selada no crânio, enquanto ia pelo corredor à espera do tiro. Mas nós tornamos perfeito o cérebro do individuo antes de matá-lo. A ordem dos antigos despotismos era "tu não farás." Os totalitários -mudaram para "tu farás". Nossa ordem é "tu és." Ninguém, dos que trazemos a este lugar, se volta contra nós. Todo mundo é levado (ORWELL, 2005, p.146).

A sequência discursiva “somos diferentes dos promotores do passado” e “Convertemo-lo, capturamos-lhe” evidenciam as distintas posições sujeitos- o nós e o eles -, referindo-se a “nós”, o presente e os dóceis (os melhores), e a “eles”, o passado e os indisciplinados (o modelo a não ser seguido). Ainda é enfatizado em “Não nos contentamos com a obediência negativa, nem mesmo com a mais abjeta submissão”, podemos articular aos preceitos religiosos pregados, em que não é suficiente a confissão, como também o arrependimento e “penitência” para que haja a conversão. A conversão implica aceitação, levando o sujeito a crer que mudou e pode se ver em outra posição, numa nova condição.

Nesse recorte do texto, ainda há a referência à tratativa do sujeito “desviado”, fazendo referência aos hereges³³. Também faz uma contraposição com o passado, tecendo a comparação dos antigos despotismos (poder exercido de maneira arbitrária, sociedade governada por uma única entidade) ao totalitarismo, que consiste numa forma de governo rigidamente controlado por uma única pessoa. No entanto, como esclarece Hanna Arendt (1989, p. 26) “A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes”, estabelecendo uma ligação com outros movimentos históricos governamentais. O enunciado “Os totalitários -mudaram para "tu farás". Nossa ordem é "tu és”, o discurso a favor do totalitarismo é enfatizado, salientando o “fazer”, recorrente em outras formas governamentais, pelo “ser”, essencial a essa forma de doutrina estabelecida em 1984.

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância constante dos indivíduos, sendo que, nesse sentido, a prisão é palco ideal para a criação de sujeitos disciplinados, alterando, desse modo, a posição-sujeito ocupada por Winston. E é por meio da técnica disciplinar e normatizadora que O'Brien pressiona Winston, a colocar em evidência quais as intenções do Partido ao segregarem as pessoas “traidoras”: Elas deveriam ser modificadas, estar de acordo com os preceitos partidários, e aquelas que fossem contrárias a isso seriam levadas para a prisão e passariam por um processo:

- Há três estágios na tua reintegração - disse O'Brien.
 - Aprender, compreender e aceitar. É hora de iniciares o segundo.
 Como sempre, Winston jazia em decúbito dorsal. Mas já não se sentia tão fortemente ligado. Ainda estava amarrado à cama, porém podia mexer um pouco os joelhos, mover a cabeça de um lado para outro e levantar os braços, dobrando os cotovelos. O mostrador, também, já não o aterrorizava tanto. Podia fugir às suas picadas se fosse bastante alerta: em geral era quando demonstrava estupidez que O'Brien acionava a alavanca. Às vezes, atravessavam uma sessão inteira sem que o aparelho fosse usado. Não podia lembrar-se de quantas sessões sofrera. Todo o processo parecia prolongar-se por um período enorme, indefinido - semanas, possivelmente - e o intervalo entre as sessões às vezes era de alguns dias, outras de apenas uma hora ou duas (ORWELL, 2005, p. 305).

E acrescenta:

Qual é o nosso motivo? Por que devemos querer o poder? Vamos, fala - acrescentou, vendo que Winston calava.
 (...) - Vós nos governais em nosso próprio benefício -

³³ Discurso religioso, que consiste na negação de Deus e suas disciplinas, ou seja, traidor da Igreja.

disse, com um fio de voz. Acreditais que os seres humanos não têm capacidade para se governar e por isso...

Deu um estremeção e quase gritou. Uma descarga dolorosa lhe percorreria o corpo. O'Brien levava ao trinta e cinco o ponteiro do aparelho.

- Isso foi cretino, Winston, cretino! Bem sabes que não devias dizer uma coisa dessas.

Levou a alavanca à posição neutra e continuou:

- Eu responderei minha pergunta. O Partido procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio; só estamos interessados no poder. Nem na riqueza, nem no luxo, nem em longa vida de prazeres: apenas no poder, poder puro. O que significa poder puro já compreenderás, daqui a pouco. Somos diferentes de todas as oligarquias do passado, porque sabemos o que estamos fazendo. Todas as outras, até mesmo as que se assemelhavam conosco, eram covardes e hipócritas. Os nazistas alemães e os comunistas russos muito se aproximaram de nós nos métodos, mas nunca tiveram a coragem de reconhecer os próprios motivos. Fingiam, talvez até acreditassem, ter tomado o poder sem querer, e por tempo limitado, e que bastava dobrar a esquina para entrar num paraíso onde os seres humanos seriam iguais e livres. Nós não somos assim. Sabemos que ninguém jamais toma o poder com a intenção de largá-lo. O poder não é um meio, é um fim em si. Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvaguardar uma revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder. Agora começa a me compreender? (ORWELL, 2005, p. 308)

O poder é o cerne deste fragmento recortado acima, discutido em duas instâncias: o sujeito para um sujeito transgressor e para um sujeito disseminador dos discursos do *IngSoc*. O enunciado “Vós nos governais em nosso próprio benefício” refere-se à forma como Winston é levado a acreditar no poder após sofrer muitas agressões físicas e psicológicas, é quase uma afirmativa forçada. No entanto O'Brien afirma que não, o “Partido procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio; só estamos interessados no poder”, confirmando o que Winston sempre achara, o governo não se preocupa com nada, além de manter os sujeitos controlados e conformados com a sociedade em que estavam inseridos, assegurando o poder, que acreditam ser de propriedade exclusiva deles. E novamente aparecem enunciados que ressaltam analogias às formas de governo do passado, como em “Somos diferentes de todas as oligarquias do passado” e “nazistas alemães e os comunistas russos muito se aproximaram de nós nos métodos, mas nunca tiveram a coragem de reconhecer os próprios motivos”. (ORWELL, 2005, p. 308)

E a narrativa continua. Winston, sofrendo castigos corporais e psicológicos, ainda assim se recusa a ser conivente com as “inverdades” impostas pelo IngSoc. Em sua cabeça, dois e dois sempre seriam quatro e não era possível fugir desse pensamento. Por vezes O'Brien fala a Winston que o interesse deles era o poder, pois, a partir dele poderiam dominar

o crânio, e controlando a mente, controlariam a matéria. E é nesse ponto que aparecem elementos que nos permitem diferenciar o modelo de 1984 com os demais regimes totalitários, em que o poder por amor ao poder deve ser “instalado” em todos os cidadãos. Tal ação leva ao apagamento da singularidade do sujeito, tornando-o mais integrante da massa, uma massa cega, fabricada pelo controle. É essa a concepção de poder que a obra de Orwell faz emergir, esse é o discurso do IngSoc, e O’Brien insiste em fazê-lo circular e fazer com que Winston repense seus critérios:

Agarrou Winston pelos ombros e fê-lo dar meia volta, de maneira a fitá-lo de frente.

- Olha o estado em que estás! Olha a imundície que recobre o teu corpo. Olha a sujeira entre teus artelhos. Olha essa nojenta ferida na tua perna. Sabes que fedes como um bode? Provavelmente já não consegues mais senti-lo. Olha a tua magreza. Vês? Com o polegar e o indicador dou volta ao teu bíceps. Poderia quebrar teu pescoço como se fosse uma cenoura. Sabes que perdeste vinte e cinco quilos desde que caíste em nossas mãos? Até o teu cabelo está caindo aos punhados. Olha! - Puxou o cabelo de Winston e arrancou um maço de cabelo. - Abre a boca. Nove, dez, onze dentes restam. Quantos tinhas quando vieste a nós? E os poucos que te sobram estão caindo atoa. Olha só!

Agarrou um dos incisivos restantes de Winston com o polegar e o indicador. Um arrepio de dor percorreu o maxilar de Winston. O’Brien arrancara-lhe o dente pela raiz. Atirou-o ao chão.

- Estás apodrecendo. Estás caindo aos pedaços. Que és tu? Um saco de lixo. Agora, volta-te e olha-te de novo no espelho. Vês aquela coisa te olhando? É o último homem. Se és humano, a humanidade é aquilo. Agora, torna a vestir-te. (ORWELL. 2005, p.317)

- Nós te batemos, Winston. Nós te vencemos a resistência. Viste que aspecto tem teu corpo. Tua mente está no mesmo estado. Não creio que possa restar muito orgulho em ti. Foste escoiceado, chibateado e insultado, gritaste de dor, rolaste no chão, melando-te no teu sangue e teu vômito. Choramingaste pedindo misericórdia, traíste todo mundo e tudo. Podes imaginar alguma degradação que não te haja acontecido? (ORWELL. 2005, p. 317)

O primeiro fragmento traz um enunciado importante “É o último homem”, podemos associá-lo a um já-dito, uma vez que uma das opções de Orwell para nomear a obra em estudo seria essa, relacionando o último homem a um ser vivo com capacidade crítica e não como um “robô”, um conformado. Winston reafirma uma pressuposição que fizera um tempo antes: “ele era o último homem que restara”, os outros já haviam morrido há tempos, eram mortos-vivos. O enunciado “Nós te vencemos a resistência. Viste que aspecto tem teu corpo. Tua mente está no mesmo estado” reitera o estado físico de Winston que, mesmo sofrendo todo tipo de castigo e violência, ainda insiste, é resistente, mesmo parecendo um “lixo humano”,

não estava pronto. E apesar das humilhações e maus-tratos, Winston não se recomposera, por isso foi dada a ordem: sala 101:

- Estás melhorando. Intelectualmente, não há quase nada errado em ti. Só emocionalmente é que não progrides. Dize-me, Winston - e lembra-te, nada de mentir; bem sabes que sempre descubro as mentiras - dize-me, quais são teus verdadeiros sentimentos em relação ao Grande Irmão?

- Eu o odeio.

- Odeias. Bom. Então chegou a hora de dares o último passo. É preciso que ames o Grande Irmão. Não basta obedecê-lo: é preciso amá-lo.

Soltou Winston com um pequeno empurrão na direção dos guardas.

- Sala 101 - ordenou. (ORWELL, 2005, p. 328)

O enunciado “Não basta obedecê-lo: é preciso amá-lo” implica preceitos religiosos, em que a aceitação de um ser divino está sobre todas as coisas, não bastando seguir as doutrinas religiosas, como também sentir-se feliz ao servi-lo. Do mesmo modo como deveria acontecer em 1984, e para aqueles que não o fizessem, haveria uma solução, a sala 101, o local do *Miniamor* mais detestado por todos, era nele que os medos dos encarcerados eram colocados à mesa. Winston teve medo:

- Uma vez me perguntaste - disse O'Brien - o que havia na Sala 101. E eu te disse que sabias a resposta. Todos sabem. O que há na Sala 101 é a pior coisa do mundo.

A porta tornou a abrir-se. Um guarda entrou, trazendo algo feito de arame, uma caixa, ou cesta. Colocou-o na mesa distante. Por causa da posição ocupada por O'Brien, Winston não pôde enxergar bem o que era.

- A pior coisa do mundo - disse O'Brien - varia de indivíduo para indivíduo. Pode ser o sepultamento vivo, a morte pelo fogo, afogamento, empalamento, ou cinquenta outras mortes. Casos há em que é algo trivial, nem ao menos mortífero.

Afastou-se um pouco para o lado, de modo que Winston pudesse ver melhor o que estava sobre a mesa. Era uma gaiola de arame, retangular, com uma alça em cima. Fixado na frente havia um objeto que parecia uma máscara de esgrima, com o lado côncavo para fora. Embora estivesse a três ou quatro metros de distância, Winston pôde ver que a gaiola era dividida longitudinalmente em dois compartimentos, e que em cada um havia um animal. Eram ratazanas.

- No teu caso - disse O'Brien - a pior coisa do mundo são ratos.

Uma espécie de tremor de premonição, um medo de que não tinha certeza, passara por Winston assim que entrevira a gaiola. Mas naquele momento, a utilidade do objeto côncavo de repente se esclareceu. Suas entranhas pareceram liquefazer-se (ORWELL, 2005, p. 305).

A sequência enunciativa “sepultamento vivo, a morte pelo fogo” remete a uma

memória discursiva, remetendo aos suplícios e à “caçada” às bruxas, sendo o sepultamento e queima na fogueira castigos corporais para os desobedientes. Mas de tudo o que Winston mais teve medo na vida, os ratos eram seu pesadelo, o intolerável. A cada minuto aquela gaiola se aproximava mais e mais da cabeça de Winston, o medo estava atormentando-o. Ele não é forte o suficiente, e mesmo não sendo “açoitado” pelos ratos, ele cede e “Suas entranhas pareceram liquefazer-se”, O’Brien consegue o que queria. Smith era um novo homem:

- Mostrei os dedos de minha mão. Viste cinco dedos.

- Lembras disso?

Lembro. O’Brien levantou os dedos da mão esquerda, escondendo o polegar. Aqui há cinco dedos. Vês cinco dedos? Vejo. E vii mesmo, por um instante fugidio, antes de mudar a cena, no seu espírito. Viu cinco dedos, sem deformidade. Depois tudo voltou ao normal, e o velho medo, o ódio e o espanto regressaram de tropel (ORWELL, 2005, 331).

A máscara se aproximava. O arame tocou-lhe o rosto. E então... não, não era alívio, apenas esperança, um minúsculo fragmento de esperança. Tarde demais, tarde demais talvez. Mas compreendera de repente que no mundo inteiro só havia uma pessoa a quem transferir seu castigo

- um corpo que podia colocar diante dos ratos. E pôs-se a berrar freneticamente, repetidamente:

- Faze isso com Júlia! Faze com Júlia! Comigo não! Júlia! Não me importa o que faças a ela. Arranca-lhe a cara, desnuda-lhe os ossos. Não comigo! Com Júlia! Comigo não!

Estava caindo para trás, vertiginosamente, afastando-se dos ratos. Ainda estava amarrado à cadeira, mas caíra através do soalho, através das paredes do edifício, através da terra, dos oceanos, da atmosfera, do espaço exterior, no vácuo entre as estrelas - sempre longe, longe, longe dos ratos. Estava a uma distância de anos-luz, porém O’Brien continuava de pé ao seu lado. Sentia ainda na face o toque frio do arame. Mas dentro da escuridão que o envolvera ouviu outro estalido metálico, e soube que a porta da gaiola se fechara, não se abria (ORWELL, 2005, p. 333).

E é nesse espaço que ocorre a “recodificação” de Winston; é o lugar onde ele sofre ameaças, humilhação, espancamentos, torturas, passa fome, recebe “tratamento” à base de eletrochoque, tem seus medos expostos e a verdade do Partido lhe é imposta. Os enunciados “Viu cinco dedos, sem deformidade” e “Faze com Júlia! Comigo não!” reiteram a sua desistência da luta, evidenciam a sua entrega e conversão, agora, ele era um sujeito dócil agora. É o espaço em que está inserido e os métodos e ferramentas oferecidas na sala 101 o docilizam, fazendo com que Winston mude seus conceitos acerca do poder e das verdades instauradas:

Seus pensamentos tornaram a vaguear. Quase inconscientemente, pôs-se a rabiscar com o dedo na poeira da mesa: $2+2=5$
 “- Não podem ver dentro de ti” - dissera ela. Mas, podiam entrar na pessoa.
 “-O que te acontecer aqui será para sempre” - dissera O'Brien. E era verdade. Havia coisas, atos do indivíduo, dos quais era impossível se recuperar. Algo estava morto em seu peito; queimado, cauterizado (ORWELL, 2005, p. 338/339, grifos do autor).

A docilização dos corpos, produzida pelo exercício do poder sobre os corpos, é alcançada na obra em análise a partir do momento em que Winston é submetido às práticas de controle, é “convertido” e se vê amando o Grande Irmão, o que causa uma alteração na posição-sujeito que ocupa, pois ele deixa de ser rebelde e se torna dócil, como os demais. Ocorre não só o controle físico como mental, pois a tortura era tanta que não restava outra condição ao sujeito. Nesse tipo de relação de poder, quando a submissão é total, não há espaço de resistência, há a entrega, a desistência da luta.

Sob a mesa, os pés de Winston fizeram movimentos convulsos. Não se movera do lugar, porém mentalmente estava correndo à pressa, misturando-se com a multidão, vivendo até ensurdecer. Tornou a olhar o retrato do Grande Irmão. O colosso que dominava o mundo! A rocha contra a qual as hordas da Ásia debalde se haviam arremessado! Pensou que havia apenas dez minutos - sim, dez minutos - havia dúvida em seu coração quanto ao caráter das notícias da frente de batalha: vitória ou derrota. Ah, perecera mais que um exército eurasiático! Muita coisa havia mudado nele, desde aquele primeiro dia no Ministério do Amor, porém a transformação final, salvadora, não se registrara até aquele momento. [...] Winston, imerso num sonho bem aventurado, não reparou quando lhe encheram o copo, Já não corria nem dava vivas. Estava de volta ao Ministério do Amor, tudo perdoado, a alma branca de neve. Estava na tribuna dos réus, confessando tudo, implicando todos. Ia andando pelo corredor de ladrilhos brancos, com a impressão de andar ao sol, acompanhado por um guarda armado. Por fim penetrava-lhe o crânio a bala tão esperada.
 Levantou a vista para o rosto enorme. Levara quarenta anos para aprender que espécie de sorriso se ocultava sob o bigode negro. Oh mal-entendido cruel e desnecessário! Oh teimoso e voluntário exílio do peito amantíssimo! Duas lágrimas cheirando a gin escorreram de cada lado do nariz. Mas agora estava tudo em paz, tudo ótimo, acabada a luta. Finalmente lograda a vitória sobre si mesmo. Amava o Grande Irmão (ORWELL, 2005, p. 345/346).

A sequência discursiva “a transformação final, salvadora”, “tudo perdoado, a alma branca” evoca o discurso salvacionista, o discurso religioso. Os pastores na obra são os “condutores” da sociedade, que seria o rebanho, relacionando-se ao poder pastorado, o qual visa “moldar os sujeitos em função da própria salvação”, sendo que “Em nome dos

mandamentos de Deus, o pastor exige a obediência absoluta, isto com base em sua autoridade de obrigar cada ovelha a se salvar. A salvação é obrigatória [...] e todos devem ser humildes o suficiente para obedecer ao pastor” (FERNANDES, 2012, p. 54-55).

Em “Ia andando pelo corredor de ladrilhos brancos, com a impressão de andar ao sol, acompanhado por um guarda armado. Por fim penetrava-lhe o crânio a bala tão esperada”, poderia referir-se, ironicamente, ao discurso religioso “encontrou Jesus”, reiterando sua salvação. Esse espaço (“ia andando pelo corredor”) é de extrema importância, pois se configura como local de desfecho do romance e é carregado de efeitos de sentidos. Nessa perspectiva, podemos pensar em dois sentidos: realmente o personagem Winston fora alvejado e morto por lutar contra a ideologia do Partido ou ele fora “docilizado”, conformado com sua situação perante o regime em que vivia e “*Amava o Grande Irmão*”. Ainda vale ressaltar um enunciado que se relaciona a esse “Nem mesmo no instante da morte podemos admitir um desvio. [...] Até a vítima dos expurgos russos conseguia levar a rebelião selada no crânio, enquanto ia pelo corredor à espera do tiro. Todo mundo é levado.” (ORWELL, 2005, p.146), ao se tratar dos expurgos russos, Orwell faz uma analogia às séries de repressões que aconteceram na Rússia no período de 1934 e 1938. Após a morte de Stálin, fizeram uso de espancamentos e torturas, mas no final todos eram capturados e, geralmente, mortos. O enunciado “corredor à espera do tiro” também faz alusão à expressão “corredor da morte”, utilizado em países em que a pena de morte é utilizada. Ou ainda, que todos nós já estamos nesse corredor “aguardando” nossa vez, afinal, a morte é para todos.

O nosso *corpus* de análise, romance de uma sociedade na qual o Partido utilizava a disciplina como instrumento de poder, possibilitou-nos evidenciar e analisar as posições ocupadas pelo sujeito, ora conformado, ora resistente para sujeito re-configurado, ora morto, como estavam os demais e não haviam percebido. E a prisão, mais precisamente, a sala 101 foi o espaço fundamental para que ocorresse a “re-codificação” de Winston Smith, conforme trata Foucault (1999):

A prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder total sobre os detentos: tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica. Leva à mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total (FOUCAULT, 1999, p. 199).

Antes mesmo de a prisão ser definida como pena, ela era utilizada como forma de separação de indivíduos a fim de treinar e docilizar os corpos e aproveitar de sua força de trabalho. A prisão tem como especificidade o encarceramento do indivíduo e, como fundamento, a “privação de liberdade”. Fica encarregada da correção/modificação do sujeito, funcionando como um aparelho para transformar os indivíduos.

E o governo narrado em 1984 “aplicava o poder” e controlava as massas pela manipulação da informação, embasado no *slogan* “Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força”. Se ele repetisse aquelas informações e fizesse as pessoas acreditarem que a situação estava realmente satisfatória, uma forma de alucinação coletiva seria criada para reagir positivamente aos interesses do regime. O’Brien, representando o líder governamental (Grande Irmão), ordena a prisão de Winston, o traidor, exercendo, assim, o poder que lhe é conferido, fazendo jus à sua posição-sujeito nessa ordem discursiva. A sequência enunciativa “Levantou a vista para o rosto enorme. Levava quarenta anos para aprender que espécie de sorriso se ocultava sob o bigode negro. Oh mal-entendido cruel e desnecessário! Oh teimoso e voluntário exílio do peito amantíssimo!” comprova o processo de modificação sofrido por Winston. Aplicados os procedimentos e as punições corretas, o sujeito foi convertido, esquece e rejeita seu inconformismo e passa a amar o seu “senhor”, como todos os outros. Desse modo, e com base em Foucault (FOUCAULT, 2010, p. 302), pode-se verificar que existe “um triângulo: soberania- disciplina- gestão governamental cujo alvo principal é a população”, imperando sobre ela o controle social e a docilização dos corpos, sendo “Finalmente lograda a vitória sobre si mesmo” (ORWELL, 2005, p.346).

CONCLUSÕES

Partimos dos pressupostos teóricos da Análise do discurso de vertente francesa com o objetivo de analisar, com contribuições foucaultianas, a constituição do objeto poder e sua emergência no *corpus* em estudo. Consideramos que as posições-sujeito são definidas pelas relações de poder e saber que se estabelecem no meio social, tomando-as como não fixas e constituídas pela exterioridade, marcadas por transformações e deslocamentos. Nesse ínterim, a Análise do Discurso de linha francesa foi a disciplina que nos permitiu observar os enunciados constitutivos do poder/disciplina como objeto de discursos no livro estudado.

Os enunciados analisados inserem-se em uma rede enunciativa, na qual diferentes posições de sujeito são acionadas e aparecem no discurso que nelas se materializa. Em *1984* observamos como aparecem os discursos governamentais, discursos religiosos, relações de poder, a norma, a disciplina e as estratégias de resistência que se constroem em oposição ao discurso totalitário mobilizado na sociedade vislumbrada por Orwell nesse romance distópico. Constatamos que é pelos processos de subjetivação que os sujeitos se reconhecem – ou não – nas posições discursivas, às quais possibilitam a obediência ou contraposição à ideologia do partido.

Dividimos o estudo em três capítulos. No primeiro “Análise do discurso, eis que surge um objeto: o discurso”, esboçamos os percursos da AD, discutindo sobre seu surgimento, função e deslocamentos, em três fases distintas. Amparados pelos conceitos desenvolvidos por Michel Foucault, utilizamos o método arqueogenealógico, ferramenta que nos permite a análise discursiva em Foucault. Também discutimos acerca dos espaços discursivos, e da relação entre literatura e sociedade, assim como das condições de produção do discurso, destacando a “exterioridade” que permitiu a escrita de *1984* em determinado momento, cercado por determinados acontecimentos que propiciaram a escrita do romance.

O primeiro capítulo nos permitiu verificar, sobretudo, o direcionamento da nossa pesquisa, assim como o método que seria aplicado e as bases que seriam utilizadas, reforçadas no capítulo dois. Em “Da História à disciplina: emergência discursiva do poder em *1984*”, procuramos evidenciar a relação entre documento e monumento, pautados na “Nova história”, uma vertente que aplica a questão do descontínuo, do desfragmentado em suas análises, que entende a história enquanto discurso, a partir do qual se localiza os recortes do historiador, a relação entre o documento e a construção/invenção de verdades produzidas na história. Posteriormente, discutimos os procedimentos de controle do discurso, salientando a aplicabilidade dessa questão ao nosso objeto de estudo, a obra *1984*, de Orwell. Elencamos a

noção de memória e verdade, considerando, sobretudo, a questão do palimpsesto que foi observada na obra, assim como a invenção da “Novilíngua” pelo Ingsoc (Partido Socialista Inglês), considerando a pertinência do discurso controlado e reorganizado em prol do governo.

Nesse mesmo capítulo, discutimos sobre as práticas de subjetivação, uma vez que, de acordo com Foucault, o sujeito não é uma substância, “é uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma” (FOUCAULT, 2004, p. 275). Desse modo, utilizamos da noção de subjetividade, proposta por Foucault, para nos embasar acerca da constituição do sujeito na obra de Orwell, dada pelas condições às quais ele estava submetido, modificando a posição que ele ocupava e, assim, a sua identidade, sempre regulada, condicionada pelo poder. Nesse percurso analítico, consideramos que “as técnicas e práticas de subjetivação são constructos históricos que surgem nas práticas sociais e emergem por meio dos embates entre as relações de poderes e saberes. Nesse sentido, o sujeito é produzido nas/pelas relações discursivas.” (FERNANDES, 2010, p.138).

Ainda no capítulo dois, discutimos a ideia central do nosso trabalho: o poder. Em “Poder disciplinar: corpos adestrados”, evidenciamos o conceito de poder disciplinar como nosso norteador de nossa análise, uma vez que o poder disciplinar “volta-se para a produção de corpos dóceis, para a vinculação da função sujeito ao corpo, visa a produzir individualidades no sentido de fazer do sujeito apenas um corpo sujeitado, o que configura como fabricação do indivíduo” (FERNANDES, 2012, p. 63). Esses dados foram analisados no tópico supracitado.

No último capítulo, “A sociedade do controle: construindo sujeitos”, arrolamos nossa análise com base nos pressupostos da AD e de Foucault, elucidados nos capítulos um e dois. Interessou-nos, para este estudo, salientar o aspecto do controle discursivo, observado pela reclusão dos sujeitos infratores e de sua reconfiguração, ajuste necessário para estar apto a ser reintegrado no seio social. Assim, a partir da análise de alguns recortes da obra, percebemos as vozes de dois sujeitos: Winston revoltado e Winston reconfigurado. Esse sujeito discursivo se constituiu devido à sua inserção em uma rede de formações discursivas, que se atravessam e se deslocam ao longo do discurso da narrativa de Orwell.

Pudemos constatar, por meio das análises, que a prática discursiva é controlada e selecionada com o objetivo instaurar e estabelecer “a verdade” do corpo social, que é determinada pelos discursos dos sujeitos estabelecidos pelo Partido. Observamos também que, no interior da exclusão, há outro espaço de exclusão, de segregação, de rejeição. E, para o sujeito rebelde, há uma negação da individualidade, restando-lhe apenas a posição-sujeito

que lhe foi imposta, ou seja, a de transgressor e, depois de disciplinado, de cidadão comum, obediente.

Em *1984*, o sujeito discursivo Winston, a partir de suas experiências, evidencia que há algo de errado na forma como o governo atuava, pois o Partido controla tudo e todos, inclusive o passado. Esse sujeito sente aversão às normas estabelecidas, levando-o a se revoltar e buscar uma saída contra a situação imposta. Tal tentativa é frustrada e, ao ser capturado pelo Partido, passa por um processo de conversão, uma espécie de “lavagem cerebral”, construída ao longo dos processos de tortura física e mental, que o leva a aceitar todas as verdades do Partido como naturais, como fato consumado: o Partido controla a mente de Winston. Podemos verificar, por meio do romance, que estamos diante de uma narrativa na qual a sociedade é modelada pelas técnicas disciplinares, consideradas como o grande instrumento do poder. Para a análise desses elementos, vislumbramos o conceito de disciplina como técnicas e “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”, segundo Foucault (2005).

Se onde há poder, há resistência, conforme nos ensina Foucault, podemos elencar a prática de resistência, por exemplo, no episódio da escrita do diário, no qual Winston se propõe a registrar suas posições e críticas ao regime. Nesse momento, Winston Smith busca a fuga da ideia de panóptico, instaurada no espaço social e ficcional de *1984*. Pelo único espaço que não poderia ser vigiado pela teletela, escreve seus pensamentos e sua negação, ocupando, assim, a posição-sujeito de desrazão. A sua escrita é movida pela tentativa de recuperar memórias já apagadas e não esquecer as novas que agora se compunham. Esse gesto de escrita evidencia o governo de si, evitando que ele pudesse ser “controlado”, que ele pudesse estar à mercê das “verdades” impostas. Sua tentativa falha, pois ele é capturado e todas as evidências vão junto.

Destarte, no capítulo analítico, optamos pela separação de sequências discursivas. No primeiro tópico, apresentamos enunciados que mobilizavam o discurso do Partido em evidência, o discurso totalitário, que faziam com que os cidadãos acreditassem nisso e ficassem convencidos (iludidos) e felizes com sua condição. As práticas totalitárias e o poder disciplinar em funcionamento, tal como evidenciado no romance, tinham um objetivo claro: a dominação.

Desta feita, centrados na noção de poder disciplinar realizamos as análises dos enunciados e/ou sequências discursivas. No primeiro tópico, tratamos da condição de sujeito “conformado”, do poder do Partido atuando sobre os corpos. Posteriormente, colocamos em

evidência a resistência, podendo ser observados os enunciados que apontam para tal posição, considerando os resistentes como aqueles que agem de forma contrária às normas estabelecidas, que serão considerados como infratores e devem, por isso, ser penalizados. É a ação da pena que tratamos no tópico três, ou seja, a intervenção do Partido efetuada por procedimentos de violência física e psicológica, que são adotadas para a conversão do sujeito, modificando a posição-sujeito de rebelde para convertido. O sujeito, ao ser “reconfigurado” e “moldado”, pode ser reinserido na sociedade, pois não é mais um difusor da rebeldia.

Nesse ínterim, verificamos que o poder se dá por meio de uma prática que, no caso de *1984*, é exercida por uma instância governamental, que possui o direito de dispor sobre os corpos do proletariado, normatizando-os, destituindo-lhes do direito de liberdade. Nesse sentido, pensamos o personagem Winston (o sujeito analisado) enquanto transgressor das normas, ocupante da posição-sujeito de resistência, sendo esta considerada como uma prática discursiva que se exerce em meio às relações de poder.

Em *1984*, a sociedade fictícia orwelliana tem como característica mais marcante o rígido controle sobre os indivíduos, sobretudo o controle pela mente. O autor vislumbrava em meados do século XX, uma sociedade cujos regimes de controle se dariam pela mente. Assim, após localizarmos as relações de poder e a instauração do controle social, utilizamos os postulados de Michel Foucault como base para a investigação dos diversos dispositivos controladores que compõem as estruturas disciplinares e estavam presentes nessa obra de Orwell. Dessa maneira, desenvolvemos nossa análise tendo em vista os enunciados que emergem da obra e colocam em evidência o posicionamento do sujeito, relação indissociável da história, do social, dos espaços, enfim, da exterioridade, regidas por uma determinada lei de emergência e de regularidades.

A estrutura social representada na obra tem como objetivo fundamental a normalização dos cidadãos. Cada um dos indivíduos colocados sob o jugo desse rígido poder institucional serve como exemplo dos meios e dos resultados do sistema disciplinar representado. “Tal reflexão assume ainda mais propriedade quando o personagem analisado possui uma consciência singular diante da ortodoxia idólatra que domina o espaço ficcional” (PAVSLOKI, 2005, p.132).

Ao contrapormos as noções de poder para Orwell e para Foucault, verificamos divergências, pois o conceito de poder para Foucault não é negativo e nem se limita à repressão, tem uma dimensão positiva, pois produz saberes e sujeitos, e não é um objeto que uns tem e outros não, perpassando todas as relações sociais. Em *1984*, o poder que aparece é repressor, presente nas mãos de um só (totalitarismo), considerado como aquele que inibe,

controla. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1999) discute sobre a sociedade disciplinar e seu sistema de controle, que se dá por um conjunto de técnicas que classificam, selecionam, vigiam, controle e circulam/ramificam, logo formam uma rede de poderes. Através da disciplina, o indivíduo é catalogado para ser controlado, ou seja, o poder, nesse sentido é exercido de forma celular para o governo de todos. Em *Microfísica do Poder*, o autor discute sobre o controle da burguesia sobre a massa, uma vez que o poder em rede é um dos elementos mais eficientes para a contenção dos indivíduos, pois se os ideais do Iluminismo e Revolução Francesa fossem instaurados, desestruturaria os burgueses e seu poderio, instalando assim “Tecnologia das Disciplinas” e controle social.

A aproximação da noção de poder e de controle social ocorre, sobretudo, através do modelo do Panóptico de Jeremy Bentham (1748-1832), concebido com um espaço (sistema) prisional, com celas individuais, em forma de anel, com a parte frontal exposta, com uma torre central, de forma que permitisse olhar sem ser visto, assim como as teletelas de 1984. Tanto o panóptico quanto as teletelas, de Orwell, permitem uma vigilância constante e um acompanhamento da conduta dos indivíduos, bem como a questão de nunca saber se estavam sendo ou não monitorados.

Tendo em vista a discussão proposta, o modelo do Panóptico e os sistemas de controle de 1984 podem ser comparados quanto ao aspecto do modelo de vigilância, obviamente guardadas as devidas diferenças entre os dois sistemas de controle, pois em ambos há vigilância, há incerteza sobre o estar sendo ou não vigiado. As teletelas de Orwell anulam a privacidade dos sujeitos e os condicionam, uma vez que, do outro lado está o observador, aquele que vigia e concomitantemente (re) passa informações ao Partido.

Além desse processo, temos os espiões, ou seja, pessoas infiltradas que podem ser qualquer um, uma pessoa da família, um amigo, um desconhecido, um companheiro de trabalho, conforme demonstramos neste estudo. Como discorre Pinto (2003, p.118), “Aquilo que George Orwell anteviu em 1948, em forma literária-alegórica, Foucault detalhou, décadas depois, de forma teórico-filosófica”, como o controle social, as formas de correções, o sistema prisional e seus efeitos, as relações de poder e outros conceitos elencados por Michel Foucault. No entanto, acreditamos que, para Orwell, as possibilidades de resistência, no modelo totalitário por ele vislumbrado, parecem estar fadadas ao insucesso, enquanto para Foucault, a resistência é constitutiva das relações de poder e se caracterizam por um fundamento ético, a partir do qual se busca vislumbrar a construção de espaços de liberdade. O aprofundamento nessa comparação são questões que demandam outras reflexões e fogem aos propósitos aqui estabelecidos.

Consideramos que nossa metodologia adotada, via enunciados, tenha se mostrado pertinente e produtiva. Ao propormos uma divisão da obra em sequências discursivas, buscamos delimitar as posições-sujeitos ocupadas e a regularidade discursiva presente nos discursos instaurados na obra, tendo “o discurso como objeto de investigação, [que] trabalha com a linguagem sob suas diferentes possibilidades de existência, e a considera em relação direta com a história- esta que determina as possibilidades de realização daquela- e com os sujeitos” (FERNANDES, 2012, p. 16).

Verificamos as condições a permitirem que os discursos fossem produzidos, foram, também, constitutivas dos sujeitos, revelando a posição ocupada por eles, ora conformado, ora rebelde, ora remodelado. Aprofundamos nossa discussão acerca dos mecanismos de controle utilizados pelo Partido, sendo observado que a revolta é progressiva e o processo de readaptação (retomar a lucidez) também. Dessa forma o sujeito passa da posição de “revolucionário”, prisioneiro e dócil.

O espaço ficcional, sob a perspectiva discursiva, evidencia o conflito inicial entre Winston e a sociedade, enfatizando que a exterioridade também é fator de constituição do sujeito. Um princípio importante, que merece destaque, é o fato de todas as heterotopias terem uma função precisa e determinada (de evasão, de resistência, de desvio, de compensação, de acumulação do tempo, etc.) que, no entanto, varia conforme o momento histórico e a cultura em que estão inseridos. A heterotopia evidenciada em *1984* é justamente a que funciona como resistência, a heterotopia de crise passa para a de desvio, remetendo ao desvio da norma, o espaço é tomado pelo Partido e os “controlados” são subordinados aos espaços travados pelo poder controlador. Tomamos os espaços sociais presentes na obra (ministérios, praças, ruas, edifício Vitória, e principalmente a prisão e sala 101) como um espaço heterotópico, sobre os quais discursividades são instauradas, construindo redes discursivas e constituindo saberes, que resultam em relações de poder.

Sobre o lema do Partido, podemos dizer que tais enunciados foram utilizados para criar uma ilusão paradoxal, de inversão de valores sociais. Ao tratar da distopia, Pavloski (2005, p. 186) discorre que esta “se define, em grande parte, pela representação de paradoxos aceitos passivamente pela maioria da população, que constituem evidentes inversões de aspectos do mundo factual” (2005, p. 186). Ao buscar a verdade, sobretudo aquela que destituía o governo, ao desejar o amor e o prazer, nos braços de Júlia, Winston encontra a possibilidade de transgressão, de desvios de comportamento. A revolta é fadada ao fracasso, a “verdade” encontrada e o amor experimentados “são revelados nos porões do Ministério do Amor: a terrível verdade da dor e o amor incondicional pelo Grande Irmão. Discorrendo

substancialmente sobre os processos físicos e psicológicos por meio dos quais o Partido logra vitória sobre o indivíduo” (PAVLOSKI, 2005, p. 206).

Os procedimentos de controle discutidos na obra de Orwell nos permite fazer um paralelo com os procedimentos de controle da sociedade atual e nos coloca a seguinte questão: os procedimentos de controle atuais estão longe daqueles indicados em *1984*? ou ainda: não estamos submetidos (mesmo que de forma “inconsciente”) a diversos procedimentos de controle, como os representados na distopia orwelliana?. Os dispositivos de controle existem, sempre existiram e sempre existirão. Dessa forma, é válido pensar no modo como a obra de Orwell possibilita essa “ponte” com a atualidade. Para Pavloski (2005) *1984* já chegou:

É importante salientar, entretanto, que os elementos apresentados em *1984* não ficam restritos aos regimes totalitários. Atualmente, as tendências do pensamento sociopolítico por todo o mundo se mostram avessas aos governos ditatoriais e autocráticos, posicionamento que é apoiado pela maioria das nações do ocidente. Mas temos que admitir que o capitalismo, em sua constante evolução técnica e tecnológica, assimilou e adaptou certos mecanismos disciplinares que aproximam a nossa sociedade da Oceania de Orwell. Os conflitos externos são analisados com base em níveis de popularidade dos governantes. A privacidade é constantemente cerceada pela insegurança ou pela mídia, transformando-se ao mesmo tempo em produto e marketing televisivo. A propaganda comercial e política invade incessantemente a mente dos indivíduos, condicionando atitudes e opiniões. O trabalho subtrai as pessoas de seu tempo e de seus próprios corpos, já quase docilizados pela esmagadora rotina diária. A história foi substituída pelo bombardeio ininterrupto de informações que, nascendo já marcadas pela efemeridade, não criam raízes na consciência coletiva e são sumariamente substituídas no próximo noticiário. O fluxo histórico é desarticulado pela agilidade jornalística inerente à era da desinformação.

Propomos uma reflexão breve acerca da sociedade atual, pensando que esta está perpassada pela era tecnológica/digital e é monitorada constantemente, seja através das câmeras de “segurança”, seja através das redes sociais e outras tecnologias. Mas até que ponto as “teletelas” atuais nos servem como segurança e não como invasão de privacidade, ou como controle social? Em comparação à obra de Orwell, não podemos elencar apenas a questão das teletelas/câmeras, porém, resta saber se as teletelas atuais são agenciadas por governos ou pelo capital!

Podemos citar outras ferramentas de controle da informação, tais como a modificação da história, a manipulação das notícias, ou seja, a distorção de fatos políticos, como a “tendência política” de determinadas revistas, emissoras de TV, jornais, internet etc. Ainda outras formas de controle como o cumprimento de horários, a necessidade de prática de

exercício físico (evitando doenças e gastos aos cofres públicos, assim como maior produtividade) e outros que, mesmo sem que percebamos, nos controlam e nos coagem.

Ao afirmar que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126), Foucault já explicita que micropoderes perpassam todo o corpo social, acarretando em transformações e modificações de condutas nos indivíduos. A modelagem dos corpos atribui caracteres de docilidade, tornando o corpo útil e produtivo ao aumentar sua submissão e obediência. Seria, portanto, uma política de coerções, uma ideologia calculada no detalhe que tem como finalidade o controle e reconfiguração de atitudes, gestos e comportamentos? Os processos de subjetivação dos seres humanos – pelo emprego de relações de poder sobre o corpo – só podem ser entendidos como mecanismos sociais, partindo do princípio de que tal corpo apresenta aspectos, formas de percepção e inserção constantes para o exercício de relações de poder.

Fazendo um paralelo com as questões políticas atuais, vivenciadas no Brasil, notamos que, em situação parecida ao que ocorre em 1984, determinadas informações podem ser controladas e selecionadas por determinados segmentos da mídia como estratégia de distorção de fatos e construções de verdades. Nesse sentido, o modo como valores são distorcidos, tal como ocorre com o lema do Partido (“Guerra é paz/Liberdade é escravidão/ Ignorância é força”) em 1984, é válido, citar um artigo recente de Mauro Santayanna (2015), que traz essa temática no texto “O Papa e o estrume do diabo”³⁴, publicado em 03/03/15, tecendo críticas ao culto ao dinheiro e o sistema de informação. Nesse artigo, o autor explora o modo como foi recebida, nas redes sociais, a afirmação do Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio), quando afirma que “o dinheiro é o estrume do diabo”, frase dita durante uma audiência do Vaticano em 28 de fevereiro de 2015³⁵. Em função dessa afirmação, o Papa foi rotulado de “comunista”, de “argentino hipócrita”, ou que deveria distribuir o dinheiro do vaticano aos pobres, dentre outros. Santayanna (2015) explora, no referido texto, o modo como os segmentos midiáticos distorcem os valores sociais em benefício de uma vontade de verdade defendida pela classe dominante brasileira, para a qual valores considerados “de esquerda” devem ser rebatidos a qualquer custo. Nesse artigo, o autor explora desde o comportamento da Igreja, o cultivo à cultura consumista, a opção de curso superior que dê visibilidade e

³⁴ Texto publicado pelo site “Tijolaço”, disponível no link <http://tijolaco.com.br/blog/?p=25102>.

³⁵ “O dinheiro é esterco do diabo”, frase utilizada pelo Papa Francisco, durante audiência no Vaticano, para Confederação de cooperativas italianas (Confcooperative). O líder religioso criticou as cooperativas que visam ao lucro e enganam as pessoas, reiterando que se deve promover uma economia honesta. Discurso proferido e mal aceito por uma parte da população.

dinheiro, a desnecessidade de preocupação com os menos favorecidos e, inclusive, até o controle de informações relacionando ao “ter” (Ou seja: eu não sou, eu tenho!). Santayanna (2015), de forma muito direta, expõe o controle social que nos atravessa, fazendo com que seja criada uma “unanimidade estúpida”, estabelecendo uma relação de controle que está “nos conduzindo para um mundo em que a tecnologia tornará o mais fraco teoricamente desnecessário”. Segundo o autor, somos nós quem cultivamos esse tipo de prática!

A veneração ao dinheiro, o “analfabetismo político”, a “meritocracia”, a nossa cegueira em massa não deixa perceber que

o controle da origem da informação, da sua transmissão, e, sobretudo dos cidadãos, continuará a ser feito, cada vez mais, pelo mesmo MINIVER, o Ministério da Verdade, de que nos falou George Orwell, em seu livro “1984”, estabelecido primariamente pelos Estados Unidos, por meio da internet, a gigantesca rede que já alcança quase a metade das residências do planeta, e de seus mecanismos de monitoração permanente, como a NSA e outras agências de espionagem, seus backbones, satélites, e as grandes empresas norte-americanas da área, e a computação em nuvem, identificando rapidamente qualquer um que possa ameaçar a sobrevivência do Sistema (SANTAYANNA, 2015).

As observações de Santayanna vão ao encontro do que discutimos a partir do livro *1984* e nos mostra a atualidade das reflexões indicadas por Orwell, construídas no idos da década de 1940 do século XX. A literatura mostra-se, mais uma vez, muito importante e como lugar de reflexão histórica, permitindo-nos verificar os discursos sobre o controle, antevistos por Orwell, e colocados em prática na atualidade.

Ao pensarmos em atualidade e controle, podemos ainda citar um caso recente de grande repercussão. A espionagem norte-americana sobre o governo brasileiro. No início de Setembro de 2013, foi exibida no programa de televisão da Rede Globo, o "Fantástico", uma reportagem acerca de uma possível espionagem no sistema de inteligência (virtual) do Brasil, assim como interceptações de *e-mails* pessoais da presidente Dilma Rousseff. Posteriormente, outra reportagem apontou que os norte-americanos também espionaram a Petrobras, maior empresa petrolífera/energética brasileira. Tais dados só foram possíveis pelo intermédio de Edward Snowden, ex-agente da NSA (*National Security Agency*), que deixou “vazar” alguns documentos. Nesse ínterim, ao propomos uma breve reflexão acerca da sociedade atual e as “amarras invisíveis do poder”, devemos considerar o atravessamento da era tecnológica/digital e o monitoramento constante, seja através das câmeras de “segurança”, seja através das redes sociais. A espionagem pode ser considerada um tipo de controle, que

visa manter o poder, pois disfarça-se os valores “democráticos”, “os sentidos de justiça/igualdade” em prol de uma minoria, que ainda domina o capital e os valores por ele veiculados. Temos que considerar também que, não sociedade sem regras, sem exercício de poder.

Contudo, com base nas análises tecidas e relações com a atualidade, podemos considerar que os procedimentos de controle e vigilância construídos em 1984 ainda existem e estão presentes nos dias de hoje, de forma ressignificada, mas existem. Controle e manipulação da informação, mídia que gera alienação, vigilância constante e valores que perdem sua essência. Vivemos uma igualdade em que “Todos os animais são iguais, mas alguns são mais que os outros” (ORWELL, 2003, p. 53). Discurso ironizado, também por Orwell, na obra *A Revolução dos Bichos* (2003).

A partir das questões desenvolvidas nesta dissertação, podemos indicar que os procedimentos de controle, viabilizados pela disciplina e adestramento dos corpos, constituem a sociedade de 1984, na qual os espaços de resistência são retratados e reconfigurados. Orwell opta pela escolha de um narrador onisciente de terceira pessoa que acompanha o protagonista ao longo do enredo do romance. Nesse percurso, o foco narrativo acompanha e descreve as práticas discursivas do romance a partir de um sujeito transgressor, que se posicionou contra o regime do Partido do “Grande Irmão”. A escolha por essa técnica narrativa nos deixa uma questão: por que escolher um sujeito resistente e não outro em seu lugar? Que efeitos de sentido se produzem a partir dessa escolha? Talvez poderíamos indicar que, por meio desse personagem e das posições- sujeitos assumidas por ela e pelo narrador, Orwell quisesse mostrar certa desilusão com os regimes totalitários e a falta de liberdade, seja em ditaduras capitalistas ou socialistas.

Voltando ao texto de Santayana e à crítica por ele construída sobre o poder exercido pelo dinheiro e pelo capital na atualidade, talvez pudéssemos arriscar uma paráfrase do título desta dissertação (“poder por amor ao poder”), propondo a seguinte alteração: “dinheiro, por amor ao dinheiro”. Em nome dele, anulam-se os discursos de igualdade de oportunidades, os sentidos de justiça e construção de espaços de liberdade!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Vozes sem rosto, sombrias silhuetas: a contribuição da publicação do livro Vigiar e Punir de Michel Foucault para a historiografia brasileira*. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/academico/artigos.htm> Acessado em 16 dez 2014

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico*. ArtCultura, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan.-jun. 2013. Disponível em http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF26/4_Palestra.pdf Acessado em 03 mar 2015

_____. Às margens d'O Mediterrâneo 2008. Michel Foucault, historiador dos espaços. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz, VEIGA-NETO, Alfredo & SOUZA FILHO, Alípio. *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. *História: A arte de inventar o passado*. São Paulo: Edusc, 2007.

BORGES, Valdeci. A nova história e a história cultural. In: SANTOS, Regma (org). *História e Linguagens: literatura, Música, oralidade, cinema*. Uberlândia: Aspectus, 2003, p. 21-40.

BORGES FILHO, Ozíris. *Espaço & Literatura: Introdução à topoanálise*. São Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CÂNDIDO, Luís Felipe Martins. *Genealogia da Biopolítica: uma leitura da analítica do poder de Michel Foucault*. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

CANDIDO .Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Cristina Campos Velho. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

_____. George Orwell e a questão da língua. In: BARONAS, Roberto (org). *Identidade Cultural e Linguagem*. Campinas: Pontes Editores, 2005, p.13-21.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____. Análise do Discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; KHALIL, Marisa Martins Gama; ALVES JÚNIOR, José Antônio (Orgs.). *Análise do Discurso na Literatura: rios turvos de margens indefinidas*. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2009, p.08-24.

_____. Literatura em Foucault: infinita exterioridade, in: *Análise do Discurso: objetos literários e midiáticos*. SANTOS, João Bosco Cabral; FERNANDES, Cleudemar Alves. (Orgs.) Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

_____. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas urbanas, 2005.

FERNANDES, Cleudemar Alves; BARBOSA, Pedro Luís Navarro (Org.). *Discurso e Sujeito: Reflexões Teóricas e Dispositivos de Análise*. 1 ed. Curitiba: Appris / Prismas, 2011.

FERNANDES JUNIOR, Antônio. Discurso, poder e processos de subjetivação: a infância na sociedade de controle. In: *Sujeito, língua e memória*. Letras, Santa Maria, v. 24, n. 48 2004.

Disponível em < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/14430/pdf>>, acessado em 12 jan 2015

_____. *Os entre-lugares do sujeito e da escritura em Arnaldo Antunes*. Curitiba: Appris, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos VIII: Segurança, penalidade e prisão*. In: MOTTA, Manoel (org). Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 2006.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

_____. Outros espaços. In: *Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422.

_____. Linguagem e Literatura. In: MACHADO, Roberto. *A Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a.

_____. Retornar à História. In: _____. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. p. 282-295.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: _____. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c. p. 62-77.

_____. *Vigiar e Punir*. O nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 15-37.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. *O lugar teórico do espaço ficcional nos estudos literários*. 2010. Disponível em <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/view/166/179>, acessado em 07 ago. 2014.

_____. Veredas possíveis dos estudos discursivos sobre a literatura: as vozes de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin nos campos da AD e da teoria literária. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; KHALIL, Marisa Martins Gama; ALVES JÚNIOR, José Antônio (Orgs.). *Análise do Discurso na Literatura: rios turvos de margens indefinidas*. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Tempos Brasileiros: percursos da Análise do Discurso nos desvãos da história do Brasil. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral dos (Orgs.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2008, v. 01, p. 23-46.

_____. *Identidade: objeto ainda não identificado?* Estudos da Linguagem, Vitória da Conquista, UESB, 2007, p.81-97.

_____. AD: descrever- interpretar acontecimentos cuja materialidade funda linguagem e história. In: NAVARRO, Pedro (org). *Estudo do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. [1971]. *A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. In: BARONAS, R. L. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.

KOGAWA, João Marcos. *Por uma arqueologia da Análise do Discurso no Brasil*. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística)- Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara. 2012 Disponível em <http://portal.fclar.unesp.br/poslinpor/teses/Joao_Marcos_Kogawa.pdf> acessado em 02 dez 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LEITE, Carlos. *O livro que matou George Orwell*. Disponível em <<http://www.revistabula.com/235-1984-o-livro-que-matou-george-orwell/>> acessado em 21 dez. 2014.

MACHADO, Roberto. Foucault, a filosofia e a literatura, Anexo: *Linguagem e Literatura* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C. e SARGENTINI, V. (Orgs.) *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto: 2011.

_____. Denise. *A inquietação do discurso-* (Re) ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2005.

Marx & Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. 10a. Ed., São Paulo: Global, 2006 [1848]

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. Discurso, História e Memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), Identidade e memória*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 59-74.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*. Estudos da Língua (gem), Vitória da Conquista, UESB, 2005, p.9-13.

ORLANDI, Eni. *A inquietude do Discurso*. Um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. Revista Semen, N. 08, 1993, p. 107-119. Disponível em <<https://www.passei.com/arquivo/4568978/maldidier-denise-a-inquietude-do-discurso-um-trajeto-na-historia-da-analise-do-d/3>> Acessado em 02 mar. 2015.

ORLANDI, Luiz. *Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze*. In: TRONCA, I. Foucault vivo. Campinas: Pontes, 1987, p.11-42

ORWELL, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner & Heloi'as Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A Revolução dos Bichos*; tradução de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Globo, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2007.

_____. PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise ; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso ; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.

PAVLOSKI, Evanir. *1984: A distopia do indivíduo sobre controle*. 203 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2005.

PINTO, Paulo Roberto. O Panóptico: Foucault confirma Orwell. *Revista Espaço Acadêmico*, 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/028/28cpinto.zip>>. Acessado em 28 fev. 2015.

PIOVEZANI, Carlos e SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI; SARGENTINI. (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p.7-38.

SANTAYANNA, Mauro. *O Papa e o estrume do Diabo*. 2015. Disponível em <<http://tijolaco.com.br/blog/?p=25102>> Acessado em 04 mar. 2015.

SARGENTINI, Vanice. O As relações entre a análise do discurso e a história. In: MILANEZ, N. ; GASPAR, N.. (Org). *A (des) ordem do discurso*, 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-102.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (orgs.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem - discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

SILVA JÚNIOR, Wilton. *A transgressão no evangelho de Saramago: um efeito discursivo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009. Disponível em: http://pos.letas.ufg.br/uploads/26/original_wiltondivino.pdf Acesso em 04 mar. 2015.

TOLEDO JÚNIOR, Joaquim. *A virada linguística da filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: PUC Digital, 2009.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ANEXO 1

“Para Noel Willmet
18-Mai-1944
10a Mortimer Crescent NW 6

Caro Sr. Willmet,

Muito obrigado por sua carta. Você questiona se o totalitarismo, o culto a um líder, etc, estão realmente em progressão e usa como exemplo o fato de que eles não estão aparentemente crescendo neste país e nem nos EUA.

Devo dizer que acredito, ou temo, que tomando o mundo como um todo, essas coisas estão a crescer. Hitler, sem dúvida, irá desaparecer em breve, mas apenas à custa do fortalecimento de (a) Stalin, (b) os milionários anglo-americanos e (c) os tipos de Fuhrers mesquinhos no nível de De Gaulle. Todos os movimentos nacionais em todos os lugares, até mesmo aqueles que se originam na resistência à dominação alemã, parecem tomar formas não-democráticas para ficar em torno de alguns Fuhrers sobre-humanos (Hitler, Stalin, Salazar, Franco, Gandhi e De Valera são exemplos variados) e a adotar a teoria de que o fim justifica os meios. Em todos os lugares, o movimento do mundo parece ser na direção das economias centralizadas que podem ser feitas para “trabalhar” em um sentido econômico, mas que não são democraticamente organizadas e que tendem a estabelecer um sistema de castas. Com isso vem os horrores do nacionalismo emotivo e uma tendência para não acreditar na existência de uma verdade objetiva, porque todos os fatos devem se encaixar nas palavras e profecias infalíveis de algum Fuhrer. A história, em algum sentido, já deixou de existir. Não existe tal coisa como uma história dos nossos tempos que poderia ser universalmente aceita, e as ciências exatas estão ameaçadas de extinção no momento em que se tenha necessidade de militar para colocar as pessoas de volta em seus lugares. Hitler diz que os judeus começaram a guerra, e que se ele sobreviver, isso se tornará a história oficial. Ele não pode dizer que dois e dois são cinco, porque, para os fins de, digamos, balística, tem que ser quatro. Mas se o tipo de mundo que receio chegar – um mundo de dois ou três grandes superestados que são incapazes de conquistar um ao outro – dois e dois podem se tornar cinco se o Fuhrer desejar. Isso, tanto quanto posso ver, é o rumo em que o globo vem tomando efetivamente – apesar de, é claro, o processo ser reversível.

Quanto à imunidade comparativa da Grã-Bretanha e dos EUA, o que quer que os pacifistas, etc, possam dizer, nós não nos tornamos totalitários ainda e isso é um sintoma muito esperançoso. Acredito profundamente – como expliquei em meu livro “The Lion and the Unicorn” – no povo inglês e em sua capacidade de centralizar sua economia sem destruir a liberdade ao fazê-lo. Mas é preciso lembrar que a Grã-Bretanha e os EUA não foram realmente tentados, não conheceram a derrota ou o sofrimento grave e há alguns sintomas ruins para equilibrar os bons. Para começar, há uma indiferença geral em relação à decadência da democracia. Você percebe, por exemplo, que agora ninguém na Inglaterra com menos de 26 anos tem direito ao voto e que até onde se pode ver, a grande maioria nessa idade não dá a mínima para isso? Em segundo lugar, há o fato de que os intelectuais são mais totalitários na perspectiva do que as pessoas comuns. No geral, a intelligentsia inglesa se opôs a Hitler, mas com o preço de aceitar Stalin. A maioria deles estão perfeitamente prontos para métodos ditatoriais, polícia secreta, falsificação sistemática da história, etc, desde que eles achem que é no “nosso” lado. Na verdade, a afirmação de que não temos um movimento fascista na Inglaterra, em grande parte, significa que o jovem neste momento vê seu Fuhrer em outro lugar. Não se pode ter certeza de que isso não vai mudar, nem se pode ter certeza de que as pessoas comuns não vão pensar daqui a dez anos como os intelectuais de agora. Espero que

não, eu mesmo confiaria que não, mas se assim for, será à custa de luta. Se alguém simplesmente proclama que tudo é para o melhor e não aponta para os sintomas sinistros, este alguém está apenas ajudando a trazer o totalitarismo para perto.

Você também pergunta: se eu acho que a tendência mundial é na direção do fascismo, por que eu apoiaria a guerra? É uma escolha entre males – imagino que quase todas as guerras sejam assim. Eu sei o suficiente sobre imperialismo britânico para não gostar, mas gostaria de apoiá-lo contra o nazismo ou o imperialismo japonês, como o mal menor. Da mesma forma que eu iria apoiar a URSS contra a Alemanha, porque acho que a URSS não pode escapar completamente de seu passado e mantém bastante as ideias originais da Revolução para torná-la um fenômeno mais esperançoso do que a Alemanha nazista. Eu acho – e tenho pensado nisso desde o início da guerra, em 1936 ou por aí – que a nossa causa é a melhor, mas temos que continuar a fazê-la a melhor, o que envolve críticas constantes.

Atenciosamente,
Geo. Orwell

[XVI, 2471, pp 190-2; datilografado]”

Disponível em <<http://literatortura.com/2013/08/carta-de-george-orwell-explica-por-que-1984-foi-escrito/>>

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Tiago, Héllen Nívia

"Poder por amor ao poder" [manuscrito] : Uma análise discursiva
das relações de poder em 1984, de George Orwell / Héllen Nívia Tiago.
2015.

144 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Regional
Catalão, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da
Linguagem, Catalão, 2015.
Bibliografia. Anexos.

1. Análise do Discurso. 2. Foucault. 3. Poder. 4. George Orwell. 5.
1984. I. Fernandes Júnior, Antônio, orient. II. Título.